UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

BRUNA LAVINAS JARDIM FALLEIROS

**Sexo designado antes de nascer:
imagens fetais como tecnologia de produção de gênero**

São Paulo
2020

BRUNA LAVINAS JARDIM FALLEIROS

**Sexo designado antes de nascer:
imagens fetais como tecnologia de produção de gênero**

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Filosofia pelo Programa de Pós-
Graduação em Estudos Culturais.

Área de concentração:
Cultura, saúde e educação

Orientadora:
Profa. Dra. Valéria Cazetta

Co-orientadora:
Profa. Dra. Maria Helena Lenzi

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)
CRB 8 - 4936

Falleiros, Bruna Lavinias Jardim

Sexo designado antes de nascer: imagens fetais como tecnologia de produção de gênero / Bruna Lavinias Jardim Falleiros ; orientadora, Valéria Cazetta ; coorientadora, Maria Helena Lenzi. – 2020
182 f : il.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Versão corrigida

1. Corpo humano - Aspectos sociais. 2. Feto. 3. Gêneros (Aspectos sociais). 4. Ultrassonografia pré-natal. 5. Imagem corporal. 6. Foucault, Michel, 1926-1984. 7. Didi-Huberman, Georges. I. Cazetta, Valéria, orient. II. Lenzi, Maria Helena, coorient. III. Título

CDD 22.ed.- 306.4613

Nome: FALLEIROS, Bruna Lavinias Jardim

Título: Sexo designado antes de nascer: imagens fetais como tecnologia de produção de gênero.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais.

Área de concentração:
Cultura, saúde e educação

Aprovada em: 26/05/2020.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Fabiana de Amorim Marcello
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Pedro Eduardo Silva Ambra
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Sandra Noemi Cucurullo de Caponi
Universidade Federal de Santa Catarina

Agradecimentos

É grande o desafio de recordar e reconhecer todas as pessoas que direta e indiretamente contribuíram, durante essa longa caminhada de aprendizados que foi o processo de escrita dessa dissertação, conseguindo expressar realmente o tamanho da gratidão. Em tempos de descrédito e desmonte das instituições de ensino superior públicas, começo por reconhecer o privilégio de ter tido a oportunidade de produzir pesquisa numa das melhores universidades mundiais com um quadro profissional de excelência. A isso sou grata.

Desse quadro, dedico o principal agradecimento à Profa. Dra. Valéria Cazetta, quem me orientou, por sua confiança, apoio e presença constante ao longo dessa trajetória. Valéria é daquelas orientadoras natas, que nos provoca a enfrentar e ultrapassar todas as dificuldades do caminho. Sua paixão pela pesquisa ensinou sobre a importância do rigor do método, sobre a ambiência da escrita e, principalmente, estimulou o fazer crítico, criativo e consistente. Também agradeço à Profa. Dra. Maria Helena Lenzi, quem me coorientou, pela competência e contribuições preciosas que ofereceu para o resultado final da pesquisa.

Aos colegas do Miragem - Grupo de Pesquisa em Culturas Visuais e Experimentações Geográficas, agradeço pelas trocas e discussões sobre um campo ainda novo para mim, o das imagens. Em especial, minha gratidão a Bruno e Thiago, pelo companheirismo ao longo do árduo caminho trilhado lado a lado, pelo comprometimento com as leituras, comentários e contribuições à minha produção que muitas vezes redirecionaram a escrita, e também pelas risadas, troca de vivências e brincadeiras que suavizaram a jornada.

Aos Profs. Drs. Pedro Ambra e Fabiana Marcello, membros tanto da banca de qualificação quanto da banca de defesa, agradeço a assertividade dos apontamentos e a generosidade e riqueza das sugestões e conselhos que ofereceram novas possibilidades ao trabalho num primeiro momento e ao debate estimulante que suscitaram, em conjunto à Profa. Dra. Sandra Caponi, a quem também sou imensamente grata, no momento da defesa.

Reconheço ainda os profissionais da Biblioteca da ECA e da Hemeroteca da Biblioteca Mario de Andrade, pelo auxílio na lida com os arquivos durante o processo de seu manuseio, assim como da Pós-graduação em Estudos Culturais, pelo suporte quanto às questões burocráticas do programa e da biblioteca da EACH, pelo apoio para as questões técnicas da redação.

Agradeço igualmente às pessoas amigas, próximas e distantes, constantes e de momentos, por terem, algumas vezes sem nem saber, contribuído com *insights* e reflexões ao longo dessa empreitada. Por fim, à minha família, agradeço o permanente incentivo, paciência

e afeto. Em especial ao meu pai, por ter aceito o desafio para uma leitura dita leiga, que auxiliou sobremaneira o fechamento final do texto. E, o mais importante, à minha esposa, pelo encorajamento, apoio incondicional e constantes leituras críticas e atentas, mas mais ainda, pelo amor e cumplicidade de uma vida, sempre em transformação.

Quando o homem atribuía um sexo a todas as coisas, não via nisso um jogo, mas acreditava ampliar seu entendimento – só muito mais tarde descobriu, e nem mesmo inteiramente ainda hoje, a enormidade desse erro. De igual modo o homem atribuiu a tudo o que existe uma relação moral, jogando sobre os ombros do mundo o manto de uma significação ética. Um dia, tudo isso não terá nem mais nem menos valor do que possui hoje a crença no sexo masculino ou feminino do Sol.

(NIETZSCHE, 2004, p.15)

A noção de “sexo” permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres, permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal, sentido onipresente, segredo a descobrir em toda parte: o sexo pôde, portanto, funcionar como significante único e como significado universal.

(FOUCAULT, 1988, p. 144-145)

Considere a interpelação médica que (apesar do surgimento recente da ecografia) muda uma criança de "isso" para "ela" ou "ele", e nessa nomeação, a menina é tornada menina, trazida para o domínio da linguagem e do parentesco por meio da interpelação de gênero. Mas esse fazer tornar-se menina a menina não termina aí; ao contrário, essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades e ao longo de vários intervalos de tempo para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado. A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de fronteira e também a inculcação repetida de uma norma.

(BUTLER, 2014, p. 7-8)

RESUMO

FALLEIROS, Bruna Lavinias Jardim. **Sexo designado antes de nascer:** imagens fetais como tecnologia de produção de gênero. 2020. 182f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Versão corrigida.

Provocadas pelo fenômeno do Chá Revelação, possibilitado pela designação do sexo fetal via ultrassonografia, nossa indagação inicial foi: tal tecnologia biomédica estaria relacionada a uma ruptura discursiva de marcadores de gênero? A hipótese é a de que, após a emergência da fotografia do “feto astronauta” na capa da revista *Life* de 1965 seguida de larga difusão de imagens de embriões e fetos operando para humanizá-los, a ampliação do uso ultrassonografia obstétrica a partir da década de 1990 no Brasil generificou-os. Nosso objetivo, portanto, foi o de indicar a relevância das tecnologias de visualidade na objetivação e subjetivação dos corpos fetais e infantis relativas ao gênero. Para tanto, inspiramo-nos nos procedimentos arqueogenealógico foucaultiano e na arqueologia da imagem didi-hubermaniana com o propósito de analisar imagens e textos das publicações periódicas brasileiras *A Cigarra*, *Revista Feminina*, *Vida Domestica* e *Pais & Filhos* em um recorte temporal de 100 anos até os dias atuais, numa tentativa de diagnosticar o presente. Por meio dessas quatro revistas, identificamos a construção da maternidade científica e do pré-natal como *a priori* histórico da humanização e consequente generificação fetal. Forjamos, para dar conta de nossa proposta, a noção de imagem-acontecimento que, somada a marcadores de gênero em corpos infantis encontrados nas revistas – cortes de cabelo, furos nas orelhas, roupas, cores rosa e azul –, possibilitou-nos demonstrar que as imagens produzidas pela ciência e as imagens que circulam nos meios de comunicação sobre corpos fetais e infantis compõem os jogos de saber e poder constituidores do regime de verdade que os generificam cada vez mais precocemente. Nesse embate discursivo, frente à prevalência de forças conservadoras, tal qual o movimento que cunhou a expressão ideologia de gênero, compreendemos a urgência de provocar uma circulação discursiva desgenerificadora dos corpos.

Palavras-chave: Gênero. Corpos fetais. Ultrassonografia obstétrica. Foucault, Michel. Didi-Huberman, Georges.

ABSTRACT

FALLEIROS, Bruna Lavinias Jardim. **Sex assigned before birth:** fetal images as technology of gender production. 2020. 182 p. Dissertation (Master of Philosophy) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2020. Corrected version.

Triggered with the phenomenon of Gender Reveal Party made possible because of fetal sex assignment via ultrasound, our initial question was: would this biomedical technology be related to a discursive rupture of gender markers? The hypothesis is that after the emergence of the photograph of the “astronaut fetus” on the cover of the 1965 Life magazine followed by a wide diffusion of embryos and fetuses images operating to humanize them, the increased use of obstetric ultrasound in the 1990’s genderificated them. Our objective, therefore, was to indicate the relevance of visual technologies in objectifying and subjectifying fetal and infantile bodies in relation to gender. To do so, we were inspired by the Foucaultian archeogenealogical procedure and didi-hubermenian images archeology procedure for analyzing images and texts from the Brazilian periodicals *A Cigarra*, *Revista Feminina*, *Vida Domestica* and *Pais & Filhos* over a period of 100 years until the present day, in an attempt to diagnose the present. Through these four magazines, we identified the construction of scientific maternity and prenatal care as an historical *a priori* of humanization and consequent fetal gererification. We forged, to give an account of our proposal, the notion of image-event that added with gender markers in children's bodies that were found in the magazines – haircuts, ears perfurations, clothes, pink and blue colors – enabled us to demonstrate that the images produced by science and the circulating images in the media about fetal and infant bodies assemble the games of knowledge and power that constitute the regime of truth that genderificates them more precociously. In this discursive clash, against the prevalence of conservative forces, such as the movement that coined the expression gender ideology, we believe to be urgent to produce a discursive circulation that would desgendered bodies.

Keywords: Gender. Fetal bodies. Obstetric ultrasound. Foucault, Michel. Didi-Huberman, Georges.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reprodução de capa da revista Life, abril de 1965	18
Figura 2 – Reprodução da primeira página do ensaio fotográfico de Lennart Nilsson	21
Figura 3 – Início e término das publicações empregadas como material empírico da pesquisa	26
Figura 4 – Fotografia de embrião de 3 semanas e meia	44
Figura 5 – Fotografia de embrião de 5 semanas	45
Figura 6 – Fotografia de feto de 11 semanas	46
Figura 7 – Desenho legendado: “A posição normal, em que 94% dos bebês nascem, é de cabeça para baixo. E na hora do parto o topo da cabeça surge primeiro.”	66
Figura 8 – Desenhos legendados: “Ficar de cabeça para cima é uma das posições anormais, tendo três variantes na hora do parto: ou surge primeiro a nádega [esquerda], ou a nádega e os pés [acima à direita] ou ainda apenas os pés [abaixo à direita].”	66
Figura 9 – Desenho legendado: “A mais rara das posições é aquela em que o bebê está deitado na bacia da mãe. É o caso de cesariana.”	67
Figura 10 – Desenhos legendados: “Variações da posição normal: nuca para trás [esquerda] ou a frente da cabeça surge primeiro [direita].”	67
Figura 11 – Fotografia apresentada como embrião humano aos 40 dias	68
Figura 12 – Fotografia de embrião de sete semanas de gestação da coleção de J. M. Essemberg, Escola de Medicina de Chicago	69
Figura 13 – Crescimento fetal semanal pelo esqueleto, montado por Rudolph Skarda, Universidade da Califórnia	69
Figura 14 – Fotografia da formação do rosto fetal com seis semanas de gestação	70
Figura 15 – Fotografia da formação do rosto fetal com dez semanas de gestação	71
Figura 16 – Contorno de crânio fetal - 34ª semana gestacional	74
Figura 17 – Útero na 14ª semana gestacional, mostrando ecos do feto em direção à metade esquerda do órgão	75
Figura 18 – Contorno de seção transversal do corpo fetal dentro de saco amniótico distendido	75
Figura 19 – Gêmeos: ambos aparecem na investigação por meio da pélvis	76
Figura 20 – Conjunto imagético de cortes ultrassonográficos e suas legendas explicativas	81
Figura 21 – Ultrassonografia de bebê visto por inteiro	82
Figura 22 – Captura ultrassonográfica de mão à esquerda e pé à direita	83
Figura 23 – Propaganda de ultrassonografia 3D	86
Figura 24 – Retratos de feto na propaganda de ultrassonografia 3D	87

Figura 25 – O útero e seus vasos nomeados com designação equivalente a dos órgãos sexuais masculinos	96
Figura 26 – Representação de genitália feminina à esquerda e corpos femininos à direita	97
Figura 27 – Panfleto de propaganda de exame de sexagem fetal	111
Figura 28 – Fotografia legendada: “Antonio Fernandes, interessante e inteligente filho do Sr. João Gusmão, do alto comércio desta praça”	119
Figura 29 – Fotografia legendada: “A pequena pianista Amelia Barregan, filha do sr. Gregorio De Miguel e que pretende dar um concerto nesta capital”	120
Figura 30 – Fotografia legendada: “Pose do pequenito José Maria, filhinho do Dr. Dulphe Pinheiro Machado”	120
Figura 31 – Fotografia legendada: “Nilza Cavalcante, graciosa e encantadora filha do Sr. Diniz Cavalcante nosso colega do ‘O Jornal’”	121
Figura 32 – Fotografia legendada: “Gilda, Jandyr e Jacyra, filhas do sr. Antonio Brenn, residente nesta capital”	121
Figura 33 – Fotografia legendada: “Sophia Ferreira de Andrade e os seus primos Edy e Decio, sobrinhos e filhos do dr. João Ferreira de Moraes Junior, digno e ilustre secretario do sr. Ministro da Fazenda”	122
Figura 34 – Luciana com enfeite na cabeça	123
Figura 35 – Luciana com sua roupa de festa	123
Figura 36 – Menina com cabelo curto e meninos com cabelo comprido	124
Figura 37 – Menino e menina lado a lado, com mesmo corte de cabelo	125
Figura 38 – Menino com cabelo curto e meninas com adereços na cabeça	126
Figura 39 – Menino com cabelo curto e menina com cabelo longo	126
Figura 40 – Menino com cabelo curto e meninas com cabelos longos e adereços	127
Figura 41 – Fotografias compiladas por site de crianças consideradas estilosas	127
Figura 42 – Fotografia legendada: “A inteligente e graciosa Arlette, filhinha do sr. Alfredo Figueiras, conceituado industrial nesta capital”	130
Figura 43 – Fotografia legendada: “A menina Clelia, filha do academico de Direito Miguel Ferrara e d. Maria Cesar Pinheiro Ferrara”	131
Figura 44 – Fotografia legendada: “O galante Paulo, filho do sr. Roberto de Souza, director das escolas ‘Berlitz’ e ‘Americana’ e de sua esposa d. Noemia de Salvo Souza”	131
Figura 45 – Conjunto imagético legendado do passo-a-passo de como vestir um bebê	135
Figura 46 – Sugestão de peças para o enxoval do bebê	136
Figura 47 – Desenho de modelos de camisolas e macacões para meninas e meninos	137
Figura 48 – Propaganda de roupas de criança	138
Figura 49 – Desenho de grupo de crianças com roupas coloridas	140
Figura 50 – Três camaradas	141
Figura 51 – Sugestão de roupas para bebês	145

Figura 52 – Crianças com macacão	146
Figura 53 – Crianças com macacão igual	146
Figura 54 – Vestidinhos para banho de sol	147
Figura 55 – Propaganda de enxoval de bebê	147
Figura 56 – Enxoval amarelo para o verão	148
Figura 57 – Enxoval azul para o inverno	148
Figura 58 – Menino veste cor de rosa	149
Figura 59 – Propaganda com menino de conjunto rosa	149
Figura 60 – Propaganda de peças unissex para enxoval	150
Figura 61 – Publicidade de fraldas coloridas	151
Figura 62 – Roupas de bebê separadas por distinção entre meninas e meninos	153
Figura 63 – A des/re/montagem do feto generificado	156

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	LER E VER ARQUIVOS: A FORJA DE UM PROCEDIMENTO	27
2.1	APROXIMAÇÕES ENTRE FOUCAULT E DIDI-HUBERMAN	27
2.1.1	O paradigma das representações na episteme ocidental	30
2.1.2	Imagem como sintoma em Didi-Huberman	34
2.1.3	Imagens clichê em arranjo com o texto	37
2.1.4	Imagens-acontecimento em re/des/montagem	40
2.2	O ENSAIO FOTOGRÁFICO DE LENNART NILSSON COMO ACONTECIMENTO ...	43
2.3	REVISTAS PERIÓDICAS: AS PEÇAS DO ARQUIVO	47
3	DAS IMAGENS DE NILSSON À ULTRASSONOGRAFIA: A TRANSFORMAÇÃO DO FETO	53
3.1	A MATERNIDADE MODERNA/CIENTÍFICA EM REVISTA	53
3.1.2	O prenúncio de um novo ator	59
3.3	A INVENÇÃO DO PRÉ-NATAL: O FETO ALÇADO AO PROTAGONISMO	61
3.3.1	Antes, o não-nascido	72
3.4	ABRAM-SE AS CORTINAS: O FETO VISTO “AO VIVO”	74
3.4.1	Ultrassonografia fetal no Brasil	77
3.4.2	Um outro/novo humano	80
3.5	PONTO DE ARREIMATE: A DISCUSSÃO SOBRE O ABORTO	88
4	PRODUÇÃO DE GÊNERO EM CORPOS FETAIS	93
4.1	SEXO <i>VERSUS</i> GÊNERO	93
4.2	MENINO OU MENINA?	107
4.3	PRECISA-SE DE UM NOME	112
4.4	DO CHÁ DE BEBÊ AO CHÁ REVELAÇÃO	114
4.5	A MODA NAS REVISTAS E SUAS ENUNCIACÕES GENERIFICADORAS ...	115
4.5.1	Cabelos a gosto de quem?	116
4.5.2	Brincos: amuletos de proteção ao corpo frágil	128
4.5.3	Enxovais infantis: de vestidos a macacões	132
4.5.4	Azul ou rosa, a cor importa	140
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA MONTAGEM	156
	REFERÊNCIAS	164

1 INTRODUÇÃO

Há alguns anos surgiu nos EUA uma nova tendência de festas para gestantes, *Gender reveal party*, o Chá Revelação. Em publicação de abril de 2012 no *New York Times* é descrito um casal à espera do nascimento de seu bebê que convida amigos e familiares para juntos tomar ciência do sexo biológico designado¹ da futura criança. A informação está guardada por alguém de confiança do casal que detém a ultrassonografia obstétrica reveladora e organiza os preparativos do encontro. Para compartilhar esse momento, o casal sugere aos convidados que vistam peças de roupa azul caso acreditem que o bebê seja menino, ou cor-de-rosa caso acreditem que seja menina. Durante a festa, a notícia será revelada pela cor do recheio do bolo, azul ou cor-de-rosa, quando for finalmente cortado (WILLIAMS; MURPHY, 2012). A revelação, sempre realizada por meio das duas cores, também pode ser anunciada por bexigas que sobem aos céus após serem liberadas de uma caixa de papelão; pelo estouro com dardos de balões cheios de tinta presos a uma tela branca; pelo estouro de balões cheios de pó ou papéis coloridos; pelo arremesso de bombas de fumaça colorida; ou por outras tantas maneiras quanto a imaginação – e a indústria – permitir. No ano seguinte ao aparecimento do *Gender reveal party* a apresentadora e jornalista brasileira Ana Maria Braga, no programa Mais Você da Rede Globo, anuncia a novidade importada de terras estadunidenses, explicando como funciona o evento (MAIS VOCÊ, 2013).

Como parte do modo de vida contemporâneo, é comum registrar – e arquivar – esses eventos em fotografias digitais e vídeos para depois serem compartilhados nas redes sociais. Também é costumeiro que alguns desses registros acabem se tornando virais². É o caso de dois vídeos publicados, um na sequência do outro por Joe Krummel em seu canal no *YouTube*. O primeiro, chamado *Gender Reveal Party fail*, o fracasso do Chá Revelação, com mais de dois milhões de visualizações, o segundo *Gender Reveal Party success*, ou sucesso do

¹ Ainda hoje é comum a confusão entre os conceitos de sexo e gênero, ambos centrais à nossa pesquisa. Embora trataremos disso mais adiante na dissertação, consideramos importante ressaltar algumas escolhas. Utilizamos no texto as expressões sexo biológico, sexo anatômico e sexo designado para nomear aquilo que é considerado como elemento da natureza, diferenciando-as da noção de gênero, tido como elemento da cultura. Por ora, gostaríamos apenas de fazer essa ressalva para facilitar a compreensão dos usos conceituais pelos quais optamos e também frisar que mantivemos os usos como sinônimo entre sexo e gênero quando aparecem nos arquivos. Aprofundaremos a discussão em concordância com algumas pessoas estudiosas da sexualidade biológica, haja visto as possibilidades de intersexualidade, assim como de gênero, pois o que é tido como natural também é uma construção, para assim reavaliar o debate natureza *versus* cultura nessa temática, uma vez que sendo a definição de sexo circunscrita a dadas temporalidades e espacialidade discursivas, ele também seria elemento da cultura.

² Palavra utilizada para designar conteúdos divulgados virtualmente que passam a ser compartilhados inesperadamente, ganhando repercussão.

Chá Revelação, com mais de um milhão de visualizações (KRUMMEL, 2016a; 2016b)³. No primeiro vídeo, a expectativa pela revelação do sexo designado é fracassada por balões de cores sortidas, curiosamente por seis bexigas com as mesmas cores da bandeira do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo (LGBTI+)⁴: vermelho, laranja, amarelo, verde, azul e roxo. No entendimento do casal, o constrangimento foi provocado por um funcionário da empresa contratada para a festa que provavelmente não sabia o que era um Chá Revelação. Com auxílio dos convidados, o equívoco foi corrigido e registrado no segundo vídeo, atendendo à expectativa da comemoração: a criança viria a ser um menino, notícia recebida com grande entusiasmo.

A situação vivenciada por esse casal convoca-nos a pensar sobre a real motivação do suposto funcionário incompetente da empresa de eventos. Será que sua atitude foi um equívoco ou deliberada? Em outro artigo, *Gender Reveals: insanely popular - and also outdated?* agora do jornal *USA Today*, Josh Hafner (2017) problematiza justamente esse episódio que, inclusive, possibilitou a participação de Krummel e sua companheira no programa televisivo *Today*⁵, da *NBC TV Network*. O jornalista aponta para o descompasso do modismo dos Chás Revelação com as discussões sobre a fluidez de gênero, as transexualidades e as intersexualidades. Entretanto, mesmo com críticas acerca da confusão entre gênero e sexo designado e o viés estereotipado dessas festas, as pessoas continuam aderindo a essa prática cuja justificativa deve-se à importância de saber mais sobre a criança que nascerá, no sentido de estabelecer vínculos fortes com ela, como a possibilidade de já lhe atribuir um nome, definir a cor do enxoval, a decoração do quarto, o tipo de brinquedo a ser consumido e, algumas vezes, até criar projeções dentro dos limites de um papel de gênero masculino ou feminino⁶.

³Os vídeos estavam disponíveis quando acessados em 09 jun. 2018, porém foram retirados do ar, assim como a conta de Krummel foi deletada. Usaremos imagens dos vídeos para ilustrar a narrativa, entretanto, por conta da exclusão do material, apenas faremos o relato, uma vez que permanece divulgado por inúmeras outras páginas da internet.

⁴Sigla utilizada por instituições e organismos nacionais e internacionais.

⁵Um dos programas matinais de notícias e variedades de maior audiência da TV estadunidense, disponível em <https://www.nbc.com/>. Acesso em: 09 dez. 2018.

⁶Cabe aqui explicar cinco nuances dos conceitos de sexualidade e gênero compartilhados entre os diferentes movimentos sociais vinculados às respectivas temáticas. A primeira diz respeito ao sexo anatômico designado ao nascer, compreendendo um espectro que vai da fêmea ao macho, incluindo as condições intersexo ao meio; a segunda nuance refere-se ao papel social de gênero, isto é, como cada pessoa se comporta ao desempenhar atividades frente às demandas sociais; a terceira trata da identidade de gênero, que é autodeclarável e diz de como uma determinada pessoa identifica-se num espectro que vai do feminino ao masculino, podendo ser cisgênero, transgênero, passando pela androginia ou não binariedade; a quarta diz respeito à prática sexual, que são as formas de expressão e satisfação do prazer, quando a prática do sexo anal pode ser prazerosa para um homem heterossexual, por exemplo; e, por fim, a quinta nuance, orientação sexual: para quem o desejo e o afeto romântico se orienta, sendo homossexual, bissexual, pansexual ou heterossexual.

A busca por informações, especialmente sobre o sexo designado de quem nascerá não se trata somente de uma demanda da subjetividade contemporânea. Das primeiras perguntas que gestantes escutam e se fazem, é: Qual o sexo do bebê? Crenças populares, simpatias e formatos de barriga foram e continuam sendo empregados como evidências para prever e inflacionar expectativas de todos os envolvidos com a futura criança, que nascerá enredada por essa experiência situada tanto no presente como no porvir. Mas o que antes estava a cargo das suposições concernentes à anatomia sexual fetal, com o advento e a popularização da ultrassonografia obstétrica adquire materialidade, graças à visualidade confirmatória outorgada aos profissionais da área médica.

A emergência da ultrassonografia obstétrica ocorre a partir do final da década de 1950 e o primeiro aparelho de ultrassom chega ao Brasil em 1973 no Recife, seguido de São Paulo em 1974 e Rio de Janeiro em 1975. A partir de 1977, devido à melhoria na qualidade das imagens ultrassonográficas, passou a ser possível designar o sexo anatômico em fetos no sétimo mês de gestação. Na primeira década da ultrassonografia fetal no Brasil, o recurso era acessível a poucos médicos e estava a serviço das universidades ou maternidades que atendiam à população de alta renda. Estima-se que, em 1982, apenas 10% das gestantes realizavam o procedimento. Com a contínua melhoria na qualidade das imagens, o uso desse dispositivo para fins de identificação da genitália do feto a partir da 12ª semana de gestação fez com que se tornasse popular na década de 1990 (AMARAL; SANTOS, 2012; CHAZAN, 2007). Lembremos que, em 1993, o Sistema Único de Saúde (SUS)⁷ havia sido recém-criado e seus protocolos e regulamentações ainda estavam sendo construídos; nesse período inexistia regulamentação de planos e seguros privados de assistência à saúde no país, bem como a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)⁸.

A tecnologia⁹ diagnóstica, ao mesmo tempo que possibilita acompanhar a saúde da gestante e do feto, materializa visualmente o que há de mais recôndito em nós: a interioridade

⁷A Lei que regulamenta o SUS (nº 8.080) foi promulgada em 1990. Considerando que o direito à saúde é um direito fundamental de todo ser humano e é dever do Estado garanti-lo, a lei dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em: 09 dez. 2018.

⁸A primeira Lei Federal que dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde no país foi a de nº 9.656, de 1998, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9656.htm; a ANS foi criada pela lei nº 9.961, de 2000, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9961.htm. Acesso em: 09 dez. 2018.

⁹Nesse texto, utilizamos a palavra tecnologia com dois significados, a depender do contexto em que ela apareça. No primeiro deles, uso comum, tecnologia é utilizada como sinônimo da aplicação prática de técnicas científicas em constante aprimoramento que visem, seja a suposta melhoria de eventos considerados problemáticos, seja “facilitar a vida”. A outra acepção da palavra é a foucaultiana: tecnologia como política de poder, sendo técnica de estratégia e tática nos jogos de verdade (CASTRO, 2009).

de um corpo dentro de outro corpo, isto é, o corpo da gestante e do feto por ela abrigado. Paradoxos de um dentro que agora estará visualmente do lado de fora. Imagens de um dentro-fora passíveis de serem carregadas em um envelope. Isso alargará e produzirá redes de significados possíveis em decorrência de um dispositivo eletrônico que dará a ver o feto em imagens. Destinadas a produzir conhecimento, as imagens científicas e biomédicas ultrapassam a compreensão do objeto que elas apresentam visualmente, tornando-se tecnologias de objetivação e subjetivação:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. [...] Na segunda parte do meu trabalho estudei a objetivação do sujeito naquilo que eu chamarei de 'práticas divisoras'. O sujeito é dividido no seu interior em relação aos outros. Este processo o objetiva (FOUCAULT, 1995, p. 231).

As transformações nos suportes tecnológicos no interior das ciências médicas, biomédicas e biotecnológicas possibilitaram a emergência de um discurso¹⁰ de verdade¹¹ sobre a saúde e sobre os corpos. Dentre tais tecnologias, a ultrassonografia obstétrica, tida como imagem científica, designa os sexos anatômicos que validam um suposto gênero. Ao darem a ver o feto, acabam por reforçar a ideia da existência restrita de dois sexos possíveis de designação, macho e fêmea, atrelados necessariamente a seus respectivos gêneros, masculino e feminino. Assim, tão logo seja possível identificar visualmente a anatomia genital relacionada às designações binárias de sexo, a informação é alardeada. As reações que se seguem são respostas a expectativas, e sejam elas quais forem, sustentam promessas de uma vivência em devir, mas já circunscrita por tecnologias de objetivação e subjetivação de gênero.

As reflexões sobre esse campo foram provocadas por situações bastante corriqueiras, de conversas de almoço de domingo em família. Entre meus primos, somente alguns poucos dos mais novos passaram por uma ultrassonografia obstétrica enquanto estavam no útero. Nas gerações de nascidos até meados de 1990 foi muito comum não se saber o sexo designado do bebê antes de nascer. A maioria de nós chegou ao mundo com dois nomes possíveis previstos e alívio das famílias quando não se constatava nenhuma má formação. Além disso, as roupas, em grande parte *unissex*, eram passadas de uma pessoa para outra, conforme íamos rapidamente crescendo, o que suponho ter sido prática bastante comum em diversas outras famílias. Até muito poucas décadas atrás as crianças pequenas não viviam num mundo

¹⁰No entendimento de Foucault (2006a), o discurso deve ser considerado como uma série de acontecimentos por meio dos quais "o poder é vinculado e orientado" (p. 254).

¹¹A verdade, na perspectiva foucaultiana, é tida como circunstancial, histórica e sempre em disputa.

exclusivamente azul e cor-de-rosa como nos dias dos Chás Revelação, muito menos os bebês. Ainda que, logicamente, houvesse barreiras culturais limitadoras entre as experiências infantis de meninos e de meninas, especialmente na primeira infância, as interdições pareciam ser menos rígidas. Mas, então, como teria ocorrido a mudança de práticas flexíveis em relação à generificação dos corpos recém-nascidos para práticas produtoras e intensificadoras de uma diferenciação sexual anterior ao primeiro respiro? Estaria a tecnologia da ultrassonografia obstétrica relacionada à tal ruptura discursiva?

Com esses questionamentos em mente, em um primeiro movimento de busca e definição de um material empírico que nos ajudasse a respondê-los, nos deparamos com uma notícia sobre a primeira edição da Revista Crescer¹², de novembro de 1993, cuja capa trazia a mesma criança da primeira capa, já crescida, e mencionava imagens fetais. Encontramos ali o disparador que nos conduziria às revistas impressas como arquivo. A matéria apresenta a declaração da mãe da criança modelo: “Muita coisa está diferente. Na gravidez da Carol, por exemplo, eu não fiz o ultra-som morfológico, não era algo tão pedido, sabe?” (ROGÉRIO, 2008). A jornalista acrescenta aos dizeres da mãe, informando que a ultrassonografia fetal se popularizou no final da década de 1980, mas tornou-se rotineira somente quase uma década depois. A matéria ainda nos conta que na primeira edição da publicação havia uma reportagem sobre fotografias intrauterinas, relacionadas ao livro *A child Is Born*, de 1965, do fotógrafo científico sueco Lennart Nilsson (1922-2017).

Nilsson tornou-se mundialmente reconhecido por imagens fotográficas do desenvolvimento do feto humano desde sua fecundação. Sem formação médica ou científica, começou a carreira como fotógrafo *freelancer* em 1940. No início dos anos de 1950, passou a se dedicar ao projeto de fotografar fetos humanos, que culminaria, em 1965, no ensaio fotográfico sobre o desenvolvimento fetal, *Drama of Life Before Birth*, publicado como reportagem de capa da revista *Life*¹³ em abril de 1965. Na figura 1, reprodução dessa capa, lê-se, nas partes inferior esquerda e direita, respectivamente, *Unprecedented photographic feat in color* (Façanha fotográfica colorida sem precedentes) e *Living 18-week-old fetus show inside its amniotic sac - placenta is seen at right* (Feto com 18 semanas de vida no interior da bolsa amniótica – placenta é vista à direita).

¹²Crescer é uma revista publicada no Brasil pela Editora Globo e em Portugal pela Impala. Enfoca assuntos do bebê, da criança e do adolescente. Sua primeira edição data de novembro de 1993, com circulação até os dias de hoje.

¹³Publicação estadunidense, editada no período de 1936 a 2000.

Figura 1 – Reprodução de capa da revista Life, abril de 1965

Fonte: Capa [...] (1965).

A publicação obteve tamanha repercussão, a ponto de o impacto de suas fotografias ter sido comparado, à posteriori, às primeiras imagens do homem pisando na lua, em 1969¹⁴. Em 1966, Nilsson lançou seu primeiro livro, *A Child is Born: The drama of life before birth in unprecedented photographs. A practical guide for the expectant mother*. Com imagens de embriões e recomendações para mulheres grávidas ou que quisessem engravidar, suas fotografias, muitas delas coloridas, apresentavam a evolução da gestação desde a concepção, passando pelo desenvolvimento fetal ao longo dos 9 meses, até o nascimento (JÜLICH, 2015a). Publicado em 20 idiomas e tido como um dos livros de fotografias com maior vendagem, *A child Is Born* está na sua quinta edição. Imagens fetais feitas por Nilsson já haviam sido publicadas anteriormente na revista *Life*, edição de 30 de março de 1953, mas talvez o fator que fizesse com que o livro fosse um sucesso foi a competência do sueco no aprimoramento de seu procedimento com suporte tecnológico de câmeras fotográficas com lentes macro e grande angulares. Além das fotografias serem coloridas, detalhando o processo de gestação do começo ao fim, o livro trazia textos médicos. Para alguns, foi o primeiro livro sobre o tema da gestação que priorizava mais o desenvolvimento do feto do que as circunstâncias da gestante (ZHANG, 2013).

O primeiro contato que Nilsson teve com embriões e fetos humanos foi em 1950. Quando solicitado para acompanhar uma matéria em um hospital sueco, deparou-se com potes de vidro com os espécimes em uma prateleira, fotografando-os. Em 1952, período de controvérsia sobre o aborto na Suécia, realizou fotografias por encomenda de um ginecologista contra o aborto, cujo consultório possuía os mesmos tipos de potes contendo fetos e embriões conservados, ganhando novamente o interesse de Nilsson. Desde suas primeiras capturas sobre esse tema, evidenciou-se, tanto para os meios de comunicação que o contratavam, quanto para os médicos contrários ao aborto, que suas fotografias provocavam a sensibilização do público frente ao dilema da vida, pois davam a ver o feto como humano. Assim, o fotógrafo desenvolveu parcerias com médicos e pesquisadores, tendo acesso exclusivo à sala na qual eram realizados os procedimentos cirúrgicos, passando a fotografar embriões e fetos oriundos de abortos espontâneos e de gestações extrauterinas, imediatamente após o ocorrido.

Durante a década de 1950, as imagens produzidas por Nilsson eram em preto e branco e mais rudimentares. Além de serem produzidas com menos recursos e suportes tecnológicos,

¹⁴As primeiras imagens do homem na lua foram capturadas durante a missão Apollo 11, da Nasa de 20 de julho de 1969. Disponível em: https://www.nasa.gov/mission_pages/apollo/missions/apollo11.html. Acesso em: 14 dez. 2018.

estiveram fortemente atreladas a discursos antiaborto, sendo inclusive empregadas na publicidade dos debates travados na Suécia e, nas décadas seguintes, em países da Europa e nos Estados Unidos. Conforme Nilsson vai garantindo mais recursos, parcerias e aprimorando seus procedimentos, já na década de 1960, vale-se de técnicas como o uso de lentes magnificadoras macro e grande angulares, luz negra e coloridas, produzindo um efeito visual como se o feto estivesse flutuando na escuridão de uma bolsa protetora, tal qual os astronautas no espaço, com a diferença de que o feto, na realidade, flutuava num tanque de solução salina, com fragmentos de placenta. Além disso, alguns dos espécimes fotografados ainda permaneciam no interior das membranas fetais, conectados ao cordão umbilical e à placenta, reforçando a percepção de que estavam dentro do útero (JÜLICH, 2014, 2015a, 2015c, 2018).

Ainda que as imagens da primeira fase do fotógrafo sobre esse tema tenham tido alguma circulação, as que o consagraram foram as da segunda fase. Além de melhor montadas, Nilsson também estava interessado em conseguir registros fotográficos de feto antes do nascimento, ainda no interior do corpo da mulher. Para isso, desenvolveu, em 1963, com o auxílio de um engenheiro, um novo sistema de foco de curto alcance e ângulo de 150°, utilizando microlentes já existentes e acopladas ao endoscópio. Sobre o uso do equipamento, em entrevista, afirma que algumas fotografias foram “tiradas dentro da mãe com auxílio de um cistoscópio e um *flash* vinculado a um abortamento necessário” (FRANKL¹⁵, 1965 *apud* JÜLICH, 2015a, p. 23, tradução nossa). Ao que tudo indica, apenas uma fotografia foi obtida de dentro do útero e publicada no ensaio da revista *Life*; no livro *A Child Is Born* ela não aparece. Nilsson também afirma que tinha pouco tempo para fotografar os fetos resultado de abortamentos ainda vivos em decorrência da modificação da coloração e aparência.

A despeito das declarações do fotógrafo sueco, há poucas pistas sobre os procedimentos utilizados por ele para captura das imagens, assim como nenhuma menção explícita é feita a fotografias de fetos mortos. Na famosa capa da revista *Life* (figura 1) há a legenda “Feto com 18 semanas de vida no interior da bolsa amniótica – placenta é vista à direita” (CAPA [...], 1965, tradução nossa), conforme mencionado anteriormente, que nos faz crer que o feto da capa foi fotografado vivo. Entretanto, no interior da revista, em letras pequenas antes do sumário dizem: “esse embrião foi fotografado logo após ter sido removido cirurgicamente do útero de sua mãe na idade de quatro meses e meio. Apesar de cientistas esperarem algum dia conseguirem manter bebês tão prematuros vivos, esse não sobreviveu” (CONTENTS, 1965, p. 03, tradução nossa). Ainda que o texto diga que o feto não sobreviveu,

¹⁵FRANKL, E. Jag kände bara en stor vördnad! *Aftonbladet*, 19 set. 1965.

não revela que a imagem foi feita com ele já morto. Já o texto introdutório ao ensaio fotográfico de Nilsson descreve a imagem que o acompanha (figura 2) da seguinte forma:

Este é o primeiro retrato já feito de um embrião vivo dentro do ventre de sua mãe. É um conjunto inédito de fotografias coloridas – surpreendentemente completas em seus detalhes clínicos, mas ao mesmo tempo estranhamente belas – de embriões humanos nesse estado natural. Elas foram tiradas pelo fotógrafo sueco Lennart Nilsson, que trabalhou sete anos em seu projeto. Os embriões mostrados nas páginas seguintes foram cirurgicamente removidos por uma variedade de razões médicas. Mas, usando uma lente macro angular especialmente construída e um pequeno *flash* no final de um cistoscópio, Nilsson foi capaz de fotografar a imagem de um embrião vivo de 15 semanas de idade, com os olhos ainda fechados, a apenas uma polegada de distância (ROSENFELD, 1965, p. 54, tradução nossa).

Figura 2 – Reprodução da primeira página do ensaio fotográfico de Lennart Nilsson

Fonte: Rosenfeld (1965, p. 54-55).

A reportagem segue com fotografias ilustrativas do desenvolvimento do embrião, semana a semana, sem maiores referências ao procedimento de captura e tratamento das imagens. Há de se perguntar sobre que entendimento houve por parte do público, das instituições científicas, pesquisadoras e pesquisadores sobre o que ali se apresentava. Na sessão de cartas de leitores da edição de maio de 1965 as opiniões eram contrastantes. Se, de um lado, pessoas emocionadas diziam ser das coisas mais belas e tocantes que haviam visto, ressaltando a importância do uso dessas fotografias como forma de ensinar, outras se mostravam indignadas e afrontadas com o teor das imagens. As críticas eram direcionadas à revista por se considerar acima da escola, dos pais e dos médicos; também continham

preocupações de que as pessoas poderiam questionar a existência de Deus após visualizar tais registros, ou, ainda, incredulidade pela invasão à privacidade das mulheres, tratando-as como animais de laboratório. Dentre as cartas, havia uma em nome do Instituto Nacional de Saúde da Criança e Desenvolvimento Humano, redigida por seu diretor, que enaltecia o feito como de maior importância (LETTERS, 1965).

O grande entusiasmo capitaneado pelo ensaio *Drama of Life Before Birth* não foi desperdiçado e o lançamento do livro *A Child Is Born*, em outubro do mesmo ano, não foi mera coincidência. Havia um importante trabalho comercial e publicitário nesses dois eventos. Outrossim, a mudança nos estilos visuais entre a primeira e a segunda fase do trabalho de Nilsson tinha um propósito. O debate sobre aborto perde força na Suécia do pós-guerra e, dessa maneira, preocupações com baixas taxas de natalidade deixaram de ser centrais. Do mesmo modo, o mercado internacional de publicações de manuais para gestantes e de educação sexual estava em expansão. Em virtude disso, a decisão editorial foi a de produzir um livro que contasse uma história sob a perspectiva da relação de um casal heterossexual que pudesse ser útil tanto para os temas de educação sexual, bem como para mulheres grávidas ou que desejassem engravidar. Todavia, diferentemente de produtos similares, o destaque do material seria para as fotografias excepcionais de Lennart Nilsson, desde a perspectiva do feto, visando enaltecer a descoberta dos mistérios da reprodução humana (JÜLICH, 2014, 2015a, 2015b).

Se por um lado, o fotógrafo ganhou reputação em seu país por advogar em prol de políticas sexuais progressistas (LYKKE; BRYLD¹⁶, 2004 *apud* JÜLICH, 2018), uma vez que desde 1956 havia a obrigatoriedade da disciplina de educação sexual no currículo da educação básica sueca, por outro, havia jornalistas, médicas e médicos contrários à abordagem da revista, visto que as fotografias de Nilsson eram de fetos abortados. Tais jornalistas buscavam trazer à tona a relação da obra do fotógrafo com as clínicas de aborto legal e rumores de experimentos com embriões e fetos humanos. Entre a classe médica, a contenda foi tratada entre ginecologistas da Sociedade Sueca da Medicina, atônitos por não haver debate público sobre a origem do material, no entanto a problematização não foi adiante, pois o principal parceiro de Nilsson era um colega renomado e influente no país. Pouco a pouco, a preocupação perde força e a origem dos fetos e o procedimento de obtenção das imagens deixa de ser relevante em seu país de origem. Não obstante, o impacto da produção de Nilsson provocou, internacionalmente, importante reflexão no cenário dos estudos feministas, em

¹⁶LYKKE, N.; BRYLD, M. Bevisets teater: Videnskabsdokumentargenren og læsninger af Lennart Nilsson. *Polhem*, p. 90–108, 2004.

especial após os movimentos contra o aborto de outros países da Europa e dos Estados Unidos fazerem suas imagens ressurgirem nas décadas seguintes (DUDEN, 1993; JÜLICH, 2018; MICHAELS, 1999; STOMER, 2008).

As análises, para além de problematizarem o uso de fotografias em campanhas contra o aborto, caminharam no sentido de identificar o trabalho de Nilsson como o responsável pela proliferação cultural de imagens fetais, fazendo surgir o conceito de *the public fetus*, o feto público (JÜLICH, 2015a, 2015b). Em outras palavras, a possibilidade de reprodução científica de imagens fetais, desde seu início, transferiu a mirada para a construção de um reconhecimento da existência de uma nova forma de vida a ser estudada, a do feto/embrião:

O feto, como os estudos feministas têm revelado, não é um dado natural descoberto pelo progresso científico, mas em vez disso, um objeto gerenciado gerado por novas práticas sociais e técnicas de governança. Como tal, o feto espelha as relações de poder contemporâneas e correspondentes noções de si e práticas de subjetivação (SAMERSKI, 2016, p. 699, tradução nossa).

Na tentativa de compreender melhor o fenômeno da iconografia das imagens fetais Tatjana Buklijas e Nick Hopwood, do Departamento de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Cambridge, criaram, em novembro de 2008, a exibição *Making Visible Embryos*. Utilizando-se de vasto arquivo, eles traçam uma genealogia do feto, de suas representações imagéticas e de discursos circundantes de cada tempo histórico. Na linha do tempo que produziram é apresentado que de 1300 a 1800, no ocidente, não havia a noção de um feto ou embrião, mas do *unborn*, o não-nascido (BUKLIJAS; HOPWOOD, 2008).

Do não-nascido ao feto público há um grande percurso que será construído mais adiante, anterior às fotografias de Lennart Nilsson e à emergência da ultrassonografia obstétrica, que culminará no Chá Revelação. O Chá Revelação, elemento do presente, trata-se da atualização de condições técnicas que possibilitaram o amplo acesso das pessoas ao dispositivo da ultrassonografia obstétrica, ratificando a tecnologia do sexo ao possibilitar a construção do feto como pessoa¹⁷ via imagem produzida. O Chá Revelação também nos indica a extrema relevância cultural da informação sobre o sexo anatômico do bebê na atualidade e percebemos que corpos infantis são objetivados e subjetivados por uma adesão

¹⁷ Tratamos, ao longo do texto, do percurso do feto desde um momento em que era tido como figura monstruosa, não humana, passando pelo momento em que adquire humanidade por conta da circulação de suas imagens até o momento em que assume status de pessoa, por conta de sua generificação. Grosso modo, na episteme ocidental, ser pessoa está atrelado a um status de individualidade. Sabemos que há importante discussão sobre o uso desse conceito, mas não adentraremos nela. De forma introdutória, sugerimos a leitura do artigo SPINK, M. J. P. Pessoa, indivíduo e sujeito: notas sobre efeitos discursivos de opções conceituais. In: SPINK, M. J. P.; FIGUEIREDO, P.; BRASILINO, J. (orgs.) **Psicologia social e personalidade**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011, p. 01-22. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 03 jun. 2020.

excessivamente performática à expectativa de conformidade do gênero com o sexo que lhe foi designado. Ao mesmo tempo, percebemos ações micropolíticas de resistência a ordem vigente. Nessa direção, algumas estratégias buscam, desde motivar meninas a desempenharem atividades ditas de meninos e vice-e-versa, até uma educação radicalmente agênero, ou seja, não utilizar ou mesclar e intercambiar marcadores de gênero nos corpos infantis, na relação com eles e nas expectativas frente à suas formas de estar no mundo.

Operando o fenômeno das festas de Chá Revelação como disparador de nossa pesquisa, deparamo-nos com ensaio fotográfico de Lennart Nilsson como evento de emergência das imagens fetais na ordem discursiva ocidental. No Brasil, ainda que suas fotografias tenham circulado, no período de seu surgimento vivíamos sob regime militar e assuntos como aborto e educação sexual não se faziam presentes no cotidiano. A partir da redemocratização brasileira, provocada pelas manifestações coletivas que exigiam eleições diretas entre 1983 e 1984, a ultrassonografia obstétrica finalmente insere as imagens fetais na ordem discursiva nacional. Identificamos, nesse percurso, a função central das imagens e sua circulação como ferramentas de pedagogia cultural. A partir disso, buscaremos entender qual o lugar das imagens na transformação do feto em pessoa por meio de sua generificação. Nossa hipótese é a de que, após a larga difusão de fotografias de embriões e fetos operando para humanizá-los, a ultrassonografia obstétrica dá um passo além e assume importante função nas disputas discursivas a respeito de corpos fetais e infantis sexuados e generificados na contemporaneidade brasileira, pessoalizando-os.

Vivemos um momento histórico de retrocessos tanto em âmbito nacional quanto em escala mundial. Para além do risco de perda de direitos já garantidos e do enfraquecimento de algumas lutas e movimentos de resistência, no que diz respeito à temática de sexualidade e gênero, os reflexos são bastante perceptíveis, a pauta está em voga e saiu da marginalidade de décadas atrás. A expressão ideologia de gênero é o melhor exemplo; ela foi criada no interior de discursos fundamentalistas religiosos, tendo sido disseminada a fim de responsabilizar o campo dos estudos de gênero por algumas concepções equivocadas retransmitidas nessa nova roupagem, sendo definidas como uma ameaça à sociedade e à família. Mais além, os avanços dos instrumentos tecnológicos dentro da biomedicina, como a ultrassonografia, possibilitaram a construção de uma verdade científica ao designar os sexos anatômicos dos fetos e precocizar a definição da identidade de gênero de alguém por outrem. Nesse sentido, ponderamos sobre a possibilidade de agregar ao debate por um enfoque ainda pouco explorado, assim justifica-se esse estudo. Nosso objetivo é o de oferecer uma concepção sobre a relevância das tecnologias de visualidade na objetivação e subjetivação dos corpos, no caso, fetais e infantis.

Em busca de respostas, exploraremos dizibilidades atreladas às visibilidades, acompanhadas de pressupostos metodológicos arqueogenealógicos do pensador francês Michel Foucault (1926-1984) e do procedimento de arqueologia da imagem do filósofo, historiador e crítico de arte francês Georges Didi-Huberman (1953-), para sugerir que as imagens produzidas pela ciência assim como as imagens que circulam nos meios de comunicação sobre os corpos compõem os jogos de saber e poder constituidores dos discursos de verdade. Nesse intento, buscaremos escavar as imagens conjuntamente ao exercício de análise dos discursos, investigando descontinuidades e rupturas. Seleccionamos como arquivo publicações impressas de grande circulação, tidas como importantes instrumentos pedagógicos e subjetivadores presentes na cultura.

Considerando as informações sobre a emergência das imagens fetais na ordem discursiva, que se iniciaria a partir da publicação de *A Child Is Born*, de 1965, devido a grande repercussão que suas fotografias de feto tiveram à época, até a década de 1990, quando a ultrassonografia obstétrica se populariza, supomos que nesse intervalo de tempo as tecnologias de produção de imagens fetais começaram a ser desenvolvidas, aprimoradas e difundidas. Entretanto, para melhor compreender as rupturas e descontinuidades dos discursos sobre sexo e gênero e o porquê da compreensão hegemônica de que são a mesma coisa, é mister darmos um passo para trás e outro à frente em nosso recorte temporal. Nesse sentido, pareceu-nos coerente recuar 50 anos, quando das primeiras publicações impressas de revistas voltadas para mulheres, com o intuito de analisar as dinâmicas de gestação, primeira infância e cuidado de crianças na primeira infância relacionadas à temática de sexo anatômico e gênero. Ao mesmo tempo, avançar até os dias atuais, pois discussões sobre gênero, transexualidade e condições intersexo têm circulado de forma distinta, estando em curso, inclusive, a narrativa sobre ideologia de gênero, intensificadora de uma pauta de costumes conservadores.

As publicações selecionadas para compor o conjunto empírico da pesquisa foram: *A Cigarra* (1914-1962), *Revista Feminina* (1915-1936), *Vida Domestica* (1920-1962) e *Pais & Filhos* (1968-). A intenção, com essas três primeiras publicações, é identificar possíveis continuidades ou mudanças de costumes anteriores à data da primeira edição de *Pais & Filhos*, primeira revista nacional voltada às gestantes e à primeira infância (figura 3). O intento, ao percorrer as quatro revistas suprarreferidas, será buscar referências de textos sobre gestação e as expectativas frente ao sexo anatômico da criança, enxoval para bebês e moda infantil.

Figura 3 – Início e término das publicações empregadas como material empírico da pesquisa

Fonte: Bruna Lavinas Jardim Falleiros, 2018.

Para apresentar a pesquisa, no capítulo *Ler e ver arquivos: a forja de um procedimento*, buscamos construir um procedimento metodológico objetivando conectar pressupostos foucaultianos e didi-hubermenianos, com a preocupação de possibilitar um diálogo fluido e frutífero entre os dois autores. Entendendo as imagens como acontecimentos em re/des/montagem, ensaiaremos uma análise da matéria sobre as fotografias de Nilsson na revista *Life*, na qual as imagens têm figuração central na discursividade sobre embriões e fetos. Na sequência, esclareceremos a escolha das revistas como arquivo empírico e apresentaremos cada uma delas detalhadamente. Instrumentalizadas pelas publicações que compõem o arquivo, no capítulo *Das imagens de Nilsson à ultrassonografia: a transformação do feto*, trataremos da discussão sobre a construção da maternidade científica e da tecnologia do pré-natal e a produção do feto humanizado por meio da circulação de suas imagens. Em *Produção de gênero em corpos fetais*, ainda recorrendo às revistas, o enfoque é para os processos de generificação dos corpos ao largo da história discutindo, em especial, as transformações nas indumentárias infantis como ferramentas mascaradoras dos corpos e incitadoras de performances de gênero e o advento da ultrassonografia obstétrica na solidificação das ordens discursivas generificantes vigentes sobre corpos fetais. Nas considerações finais, intentaremos concluir a montagem imagético-discursiva sobre o fenômeno estudado, resgatando e sintetizando nosso percurso e análises.

2 LER E VER ARQUIVOS: A FORJA DE UM PROCEDIMENTO

Escrutinaremos, nesse capítulo, alguns conceitos e formulações de Foucault e Didi-Huberman que nos possibilitem a concepção de um procedimento de análise de imagens e textos que permitam levar a cabo nosso intento de evidenciar as imagens fetais como imagens de poder, imagens com função de imprimir uma ordem discursiva humanizadora e, sequencialmente, generificadora e pessoalizadora de corpos fetais. Para tanto, apresentaremos o conceito de arquivo em ambos pensadores, assim como resgataremos obras de um e de outro que tratam de seus próprios procedimentos, do mesmo modo que buscaremos aproximar suas leituras para forjar uma prática de investigação que dê conta de nossa problemática. Como forma de avaliar nossa construção procedimental, analisaremos a matéria da revista *Life* que apresenta o ensaio fotográfico de Nilsson. Apesar de já o termos discutido anteriormente, analisá-lo, antes de embarcarmos no arquivo, nos oferecerá solo referencial. Por fim, apresentaremos as revistas do arquivo de modo pormenorizado, publicações periódicas nacionais que, por sua ampla circulação, evidenciam discursos de verdade, rupturas discursivas, emergências enunciativas e o jogo de forças das verdades em disputa.

2.1 APROXIMAÇÕES ENTRE FOUCAULT E DIDI-HUBERMAN

O conceito de arquivo sempre foi caro à filosofia, em princípio, tanto à filosofia grega, quanto à História. Entretanto, em meados do século passado, ganha força na escola francesa a discussão em torno da ideia de arquivo para além do documento em si, de sua catalogação ou guarda. Dentre alguns pensadores que tratam do tema, Foucault o faz de forma mais enfática e anuncia em *Arqueologia do Saber*, lançado em 1969, um procedimento de leitura da história do saber que consistiria em uma prática semelhante àquela das arqueólogas e dos arqueólogos, a saber, escavar arquivos de modo que nos conduzissem ao *locus* das emergências epistemológicas de saberes que, diferentemente de nos catapultar a uma suposta origem, propor-se-ia a ressignificar o modo de se formular a história e os saberes.

A relevância desse procedimento investigativo recairia para uma análise dos discursos, de distintos tempos e espaços, enunciadores de saberes sobre os seres humanos, suas vivências e condutas; discursos estes carregados de enunciados de verdades em disputa. Para cumprir com a tarefa de identificar a emergência dos acontecimentos discursivos, o contato com uma massa documental – arquivo – deveria ser desde seu interior, organizando-a para encontrar unidades e estabelecer relações, em busca, primordialmente, das fissuras e rupturas

discursivas. Ao invés de procurar um sentido oculto no arquivo, ao invés de interpretar suas ditas verdades, de forma cronológica e ascendente, o intento seria o de identificar os enunciados possíveis a cada tempo, bem como seus espaços de circulação e limites de enunciação, conservação e apropriação. Nessa perspectiva, arquivo seria, “antes de tudo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2008a, p. 147).

Com a finalidade de compreendermos a emergência de discursos generificantes, ficou evidente que somente recorrendo aos arquivos seria possível encontrar elementos indicativos da ocorrência – ou não – de uma ruptura discursiva nos processos de generificação decorrente do advento da sexagem fetal via imagens da ultrassonografia obstétrica. Mas, para percorrer os arquivos mirando-os da forma descrita, precisamos ampliar os alcances de nosso procedimento.

Em *Arqueologia do Saber*, Foucault indica apenas uma parte do que seria seu procedimento metodológico. Isso porque, após sua formulação, depara-se com a impossibilidade interna ao próprio percurso procedimental de analisar o jogo de forças das verdades em disputa. Para desatar esse nó, Foucault recorre à genealogia do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900), que influenciará esse novo momento de suas pesquisas, já revelado em seu livro seguinte, *Vigiar e Punir*, lançado em 1975; não obstante, sem abandonar o percurso arqueológico. Agora, para além da análise dos discursos, seu procedimento abarcaria a análise das práticas não discursivas – práticas de poder –, para um diagnóstico do presente. (DREYFUS; RABINOW, 1995). Ou seja, Foucault passa a analisar a díade saber/poder, a qual considera um instrumento que permite descrever melhor “o problema das relações entre sujeito e jogos de verdade” (FOUCAULT, 2006b, p. 274).

Foucault nos alerta para o que entende por [relações de] poder, a fim de evitar incorrer no risco de uma interpretação maniqueísta do conceito:

é preciso situar as relações de poder no interior das lutas, e não supor que há, de um lado, o poder e, do outro, aquilo sobre o qual ele se exerceria, e que a luta se desenrola entre o poder e o não-poder. Inversamente a essa posição ontológica entre poder e resistência, eu diria que o poder não é outra coisa senão uma certa modificação, a forma com frequência diferente de uma série de conflitos que constituem o corpo social, conflitos do tipo econômico, político. Portanto, o poder é como a estratificação, a institucionalização, a definição de técnicas, de instrumentos e de armas que servem em todos os conflitos (FOUCAULT, 2006b, p. 275).

É natural que paire a dúvida sobre que incidência no presente poderia ser suscitada ao operar com o procedimento arqueogenealógico proposto. Foucault nos explica:

Na verdade, o que quero fazer, e aí reside a dificuldade da tentativa, consiste em operar uma interpretação, uma leitura de um certo real, de tal modo que, de um lado, essa interpretação possa produzir efeitos de verdade e que, de outro, esses efeitos de

verdade possam tornar-se instrumentos no seio de lutas possíveis. Dizer a verdade para que ela seja atacável. Decifrar uma camada de realidade de maneira tal que dela surjam as linhas de força e de fragilidade, os pontos de resistência e os pontos de ataques possíveis, as vias traçadas e os atalhos. É uma realidade de lutas possíveis que tento fazer aparecer (FOUCAULT, 2006b, p. 278).

Assim, interpondo-se essas duas fases, o procedimento foucaultiano não consiste em fazer uma interpretação contemporânea do passado, mas sim, compreender o presente a partir das discontinuidades identificadas na leitura dos arquivos. Como dito, as grandes teses de Foucault relacionaram-se a saberes epistemológicos sobre seres humanos; indubitavelmente, nossa investida é bastante mais modesta, não obstante, na construção dessa discussão caminharemos inspiradas nesse procedimento.

Mais ainda, considerando a relação estreita de nosso problema de pesquisa com o campo da visualidade, a possibilidade de agregar a tal procedimento a perspectiva imagética nos foi apresentada por Didi-Huberman que, em entrevista, declara muita proximidade com procedimentos foucaultianos em seu trabalho: “No fundo, o que tento fazer como discípulo de Foucault, é uma arqueologia do saber visual” (DIDI-HUBERMAN, 2011a, p. 21). Ao mesmo tempo Didi-Huberman (2012) adverte que a massa documental com a qual nos deparamos ao começar uma determinada investigação não se trata do resultado de um determinado acontecimento, nem de sua “prova” documental, porque o arquivo montado pela história, precisa ser desmontado e remontado “mediante recortes incessantes, mediante uma montagem cruzada com outros arquivos” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 131).

Como Foucault, Didi-Huberman tem nos arquivos a centralidade de seus objetos de estudo. Entretanto, se o procedimento foucaultiano, *a priori*, debruça-se sobre os discursos e enunciados em busca de rupturas, Didi-Huberman volta-se às imagens de arte. Como proceder então à análise das imagens? Nesse ponto, será necessária uma rememoração das obras arqueológicas de Foucault e Didi-Huberman. Por um lado, a arqueologia epistêmica, ou seja, a arqueologia dos saberes foucaultiana e, por outro, a arqueologia da história das artes ou, dito de outro modo, a arqueologia do saber visual de Didi-Huberman. Isso posto, vale dizer que, embora pareça excessivo, tal apontamento é imprescindível para que possamos entender a transmutação do conceito de representação, nosso principal interesse nessa discussão, pois auxiliar-nos-á pensar a relação entre o visível e o dizível.

2.1.1 O paradigma das representações na episteme ocidental

Foucault deixa evidente seu intento já no subtítulo de *As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas*, lançado em 1966. Trata-se de um texto denso, anterior à apresentação, pelo autor, de uma metodologia arqueológica, porém que já traz consigo indicativos de seus passos futuros. No referido livro, Foucault pretende analisar a episteme ocidental, que seria a experiência dos códigos ordenadores da cultura, em busca de rupturas e descontinuidades, isto é, compreender que condições possibilitaram às modalidades de organização serem ou não “reconhecidas, colocadas, vinculadas ao espaço e ao tempo, para formar o suporte positivo de conhecimento” (FOUCAULT, 2000a, p. XVIII). Para tanto, o autor aborda dois deslocamentos epistêmicos: o primeiro localizado entre o Renascimento e o Classicismo; o segundo, entre o Classicismo e a Modernidade.

Resumidamente, na Renascença, que foi até o fim do século XVI, vigorava o princípio da semelhança entre palavras e coisas. A linguagem era, por isso, descritiva, fruto da conexão de semelhança entre a palavra e o que ela designava; a arte era somente imitação. A representação “se dava como repetição: teatro da vida ou espelho do mundo” (FOUCAULT, 2000a, p. 23). Na Idade Clássica, dos séculos XVII ao XVIII, denominada como era da ordem e da representação, surge o interesse no nexo entre o signo e seu significado, o que põe em xeque a noção de similitude entre palavras e coisas. Funda-se o conceito de representação, pelo qual a palavra passa a representar a coisa e a linguagem representar o pensamento. “Desaparece então essa camada uniforme onde se entrecruzavam indefinidamente o visto e o lido, o visível e o enunciável. O olho será destinado a ver e somente a ver; o ouvido somente a ouvir” (FOUCAULT, 2000a, p. 59). Nesse contexto, o visto – as coisas – deveria ser nomeado dentro de uma lógica universal, regrada por critérios, a fim de que o signo representante – e nomeador – abarcasse suficiente e universalmente o objeto representado. “Em outras palavras, é possível analisar o pensamento e, através de tal análise, estabelecer uma taxonomia¹⁸ dos seres” (FOUCAULT, 2000a, p. 322). Isso ocorre na história natural, com o advento do microscópio, que propiciaria um olhar mais acurado e empírico. Entretanto, pela análise de Foucault (2000a), toda a lógica da cientificidade e empiricidade e a necessidade da nomeação universalizante tributárias da passagem de uma episteme da similitude para uma episteme da representação restringe o campo de experiência dos outros sentidos, ofertando primazia à visão.

¹⁸Ciência ou estado dos princípios gerais da classificação científica. Trata da classificação e descrição dos seres vivos, animais ou vegetais, quer em grupo, quer individualmente, quer abrangendo todos os grupos.

É na entrada da Modernidade, entre os séculos XVIII e XIX, que ocorre outro significativo deslocamento. Para nós, será indispensável compreendê-lo para a formulação de um procedimento de análise imagética. O filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-1804) talvez seja a figura que apresentou a tese catalizadora dessa nova episteme quando escreve, em 1781, *Crítica da Razão Pura*. Nesse texto clássico, suscitado pelo resgate de questionamento muito próximo ao que provocou a ruptura do Renascimento para o Classicismo, de quais seriam as bases fundantes da relação da representação com o objeto, Kant cunha o termo transcendental: “Chamo transcendental a todo o conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos, que do nosso modo de os conhecer, na medida em que este deve ser possível *a priori*”¹⁹ (KANT, 2001, p. B26). Se para Kant, o modo de conhecer os objetos é anterior ao contato mesmo com o objeto, significa que o conhecimento só é possível na relação do sujeito com o objeto fora do espaço da representação:

Que a representação do fenômeno; que as coisas que intuimos não são em si mesmas tal como as intuimos, nem as suas relações são em si mesmas constituídas como nos aparecem; e que, se fizermos abstração do nosso sujeito ou mesmo apenas da constituição subjetiva dos sentidos em geral, toda a maneira de ser, todas as relações dos objetos no espaço e no tempo e ainda o espaço e o tempo desapareceriam; pois, como fenômenos, não podem existir em si, mas unicamente em nós. É-nos completamente desconhecida a natureza dos objetos em si mesmos e independentemente de toda esta receptividade da nossa sensibilidade. Conhecemos somente o nosso modo de os perceber, modo que nos é peculiar, mas pode muito bem não ser necessariamente o de todos os seres, embora seja o de todos os homens. É deste modo apenas que nos temos de ocupar. O espaço e o tempo são as formas puras desse modo de perceber; a sensação em geral a sua matéria. Aquelas formas, só podemos conhecê-las *a priori*, isto é, antes de qualquer percepção real e, por isso, se denominam intuições puras; a sensação, pelo contrário, é aquilo que, no nosso conhecimento, faz com que este se chame conhecimento *a posteriori*, ou seja, intuição empírica. As formas referidas são absoluta e necessariamente inerentes à nossa sensibilidade, seja qual for a espécie das nossas sensações, que podem ser muito diversas. Mesmo que pudéssemos elevar esta nossa intuição ao mais alto grau de clareza, nem por isso nos aproximaríamos mais da natureza dos objetos em si. Porque, de qualquer modo, só conheceríamos perfeitamente o nosso modo de intuição, ou seja, a nossa sensibilidade, e esta sempre submetida às condições do espaço e do tempo, originariamente inerentes ao sujeito; nem o mais claro conhecimento dos fenômenos, único que nos é dado, nos proporcionaria o conhecimento do que os objetos podem ser em si mesmos (KANT, 2001, p. A42-43).

Como solo fértil, a filosofia transcendental de Kant dá suporte para constituição de novos objetos e novas empiricidades: na díade trabalho/objeto, economia/empiricidade, o valor de um produto se transfere de suas características representativas para suas condições de produção e força de trabalho envolvida; em vida/objeto, biologia/empiricidade, a taxonomia dá lugar ao estudo anatomo-fisiológico e às condições de vida e morte; em linguagem/objeto,

¹⁹Relevante distinguir *a priori* em Kant (conhecimento anterior à experiência) do *a priori* histórico de Foucault (condição de emergência dos enunciados).

linguística/empiricidade, o discurso se transfere das coisas percebidas para o sujeito em sua atividade. Nessas novas empiricidades, identificam-se as condições de possibilidade dos objetos da experiência e condições de possibilidade da própria experiência; no entanto, diferem da proposição kantiana, pois instauram uma metafísica do objeto, buscando “conhecer não as substâncias, mas os fenômenos; não as essências, mas as leis; não os seres, mas suas regularidades” (FOUCAULT, 2000a, p. 337), tal qual em um conhecimento positivo. Funda-se a dobra de um empiricismo transcendental, assim como a de nós, seres humanos, como sujeitos e objetos do conhecimento: “duplo empírico transcendental”²⁰.

Esse sucinto panorama exprime os princípios da noção de representação e suas rupturas históricas, mas, mais do que isso, Foucault nos ofertou logo no primeiro capítulo do livro com a análise de uma imagem, análise essa que somente se faz completamente compreensível quando o acompanhamos em todo o percurso da escrita. Esta imagem, a pintura *As Meninas*, de 1656 do artista espanhol Diego Velázquez (1599-1660), contém em si mesma elementos anunciadores da ruptura da episteme clássica para a modernidade. A obra nos é apresentada como paradigma do que o texto expressa.

O quadro retrata figuras da corte espanhola à época. Velázquez faz-se representar na tela, dando a entender que pinta algo que está fora do quadro. Algumas das figuras ali presentes, próximas a ele, olham em direção a quem possa estar sendo pintado, enquanto outras interagem entre si. Filipe IV e a sua esposa Mariana de Áustria aparecem refletidos num pequeno espelho atrás do pintor, indicando serem eles a serem retratados. No início de sua análise Foucault (2000a) sugere que, para não incorrer no equívoco de utilizar uma linguagem inadequada ao visível, seria suficiente falar sobre as figuras ali representadas, incluindo o próprio pintor e as duas figuras retratadas, que estariam fora do quadro, mas visíveis pelo espelho nela desenhado. Todavia, aponta que há algo como uma lacuna entre o que se vê e o que se diz, transformando em infinitas as possibilidades de dizeres sobre a pintura, propondo, por isso, “manter aberta a relação entre a linguagem e o visível, [...] falar não de encontro, mas a partir de sua incompatibilidade, de maneira que se permaneça o mais próximo possível de uma e de outro” (FOUCAULT, 2000a, p. 12). Nesse movimento, aborda, em especial, do que está invisível, do que está fora do quadro e, com isso, apresenta a pintura como enunciativa de uma episteme por vir:

Se desvanece esse discurso clássico em que o ser e a representação encontravam seu lugar-comum, então, no movimento profundo de uma tal mutação arqueológica, o homem aparece com sua posição ambígua de objeto para um saber e de sujeito que conhece: soberano submisso, espectador olhado, surge ele aí, nesse lugar do Rei

²⁰Termo cunhado por Foucault para condensar o postulado da modernidade.

que, antecipadamente, lhe designavam *Las meninas*, mas donde, durante longo tempo, sua presença real foi excluída. Como se nesse espaço vacante, em cuja direção estava voltado todo o quadro de Velásquez, mas que ele, contudo, só refletia pelo acaso de um espelho e como que por violação, todas as figuras de que se suspeitava a alternância, a exclusão recíproca, o entrelaçamento e a oscilação (o modelo, o pintor, o rei, o espectador) cessassem de súbito sua imperceptível dança, se imobilizassem numa figura plena e exigissem que fosse enfim reportado a um olhar de carne todo o espaço da representação. (FOUCAULT, 2000a, p. 430)

Foucault de *A palavra e as Coisas* oferece-nos uma perspectiva do cerne das epistemes ocidentais e, simbolicamente, trata do ponto de virada entre a episteme da representação para episteme moderna por meio de uma imagem, indicando que na modernidade, a pessoa humana é o principal foco dos saberes ao mesmo tempo que os firma, tanto na ordem da representação do visível, quanto na elaboração cientificista e autorreferente dos significados e saberes. Podemos supor, por esse movimento, que Foucault pensa as imagens, no caso uma obra de arte, como podendo ser parte componente da formulação de verdades em disputa, mas retomaremos esse debate mais adiante. Por ora, voltemos a Didi-Huberman.

Em sua publicação *Diante da Imagem* Didi-Huberman também ajuda a aprofundar nossa problemática, qual seja, como introduzir o conceito de imagem na análise do discurso. Nesse livro, é desenvolvida uma arqueologia crítica da história da arte, apontando que a disciplina se constituía, até então, pelo deslocamento entre a tirania do visível, na qual ver é absoluto, e a tirania da ideia, na qual saber é absoluto. Recuperaremos esta incursão desde o resgate do pensamento de Giorgio Vasari (1511-1574), pintor e arquiteto italiano que inaugurou a história da arte por meio da publicação *Vite*, de 1550, com biografias de artistas do Renascimento e suas técnicas para que seus legados não caíssem no esquecimento ou, melhor dizendo, para alçá-los ao *status* da imortalidade (DIDI-HUBERMAN, 2013).

No principal postulado deixado por Vasari, denominado como “‘lei dos três estados’ das artes do desenho” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 59), são designados três períodos distintos do Renascimento, em termos da qualidade dos desenhos, que não aprofundaremos aqui, mas indicam um percurso progressivo rumo a dita perfeição. Lembrando-nos que o Renascimento é a era da ordem e da representação, o conceito de *disegno* faz-se vital, pois é alicerce das artes tidas como maiores – arquitetura, escultura e pintura – e seu mais alto atributo é reflexo do aprimoramento de técnicas de imitação da natureza, legitimadas tanto pela ideia – saber e pensamento, representação do visível –, como pelo espírito. Por um lado o conceito de *disegno* confere uma pretensa unidade à arte, por outro, reconhece seus operadores, os artistas, intelectuais dotados de dom e nobreza de espírito. “Assim a história da

arte criou a arte à sua imagem — sua imagem específica, especificada, sua imagem triunfal e fechada” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 111).

É o alemão Erwin Panofsky (1892-1968), crítico e historiador da arte, quem refunda a disciplina da história da arte via iconologia. Seu principal argumento, *pari passu* com a episteme de seu tempo, apreendido do também historiador de arte alemão Aby Warburg (1866-1929), é de que não há nada anterior à interpretação de uma obra, já que a assimilação desde seus detalhes e elementos mais específicos aos mais gerais atravessam a percepção formal e são uma representação formulada por quem produz a imagem. Assim, as formas sensíveis das artes traduziriam os conceitos e ideias da razão. “Iconologia traz consigo o propósito de uma disciplina que faria não mais apenas a recensão dos fenômenos artísticos, mas sua interpretação fundamental, legitimada em razão” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 158). Dois são os movimentos da nova disciplina ao explicar as imagens: criar a possibilidade de uma leitura das imagens via descrições e definições discursivas e oferecer significados para o invisível da imagem, o que não está explícito, mas pode ser significado.

Entretanto, questiona Didi-Huberman: “Não contêm as obras de arte algo mais que significação? Seria realmente insensato imaginar uma história da arte cujo objeto fosse a esfera de todos os não-sentidos contidos na imagem?” (2013, p. 161). A partir desse ponto ele nos apresenta sua proposta para análise de imagens, que dialoga com nosso intento. Para responder a tal questionamento, Didi-Huberman anuncia o conceito central ao seu procedimento: rasgadura da imagem, derivado da conceituação freudiana sobre a formação dos sintomas e dos sonhos.

2.1.2 Imagem como sintoma em Didi-Huberman

Sigmund Freud (1856-1939), médico neurologista austríaco e criador da psicanálise, definiu os sintomas, grosso modo, como “indícios de um retorno do recalcado” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 199). O recalque, repressões inconscientes de representações simbólicas, transforma-se em acontecimento – sintoma, sonho, chiste, etc. – ao irromper no presente como uma representação figurável, mas deformada e anacrônica. Esta é a forma possível de manifestação do recalque uma vez que o conteúdo recalcado/reprimido estaria entre o desejo e a coerção e, portanto, impossibilitado de síntese. Por isso, o sintoma simboliza, mas sua capacidade de simbolizar não está na “relação de um termo com outro, mas como o conjunto aberto de relações entre conjuntos de termos, eles próprios suscetíveis de abertura... cada termo sendo afetado por aquele ‘mínimo de sobredeterminação que um

duplo sentido constitui” (LACAN²¹, 1966, p. 269 *apud* DIDI-HUBERMAN 2013, p. 233-234). Na tentativa de dar lugar às manifestações de conteúdos reprimidos, ou seja, aos sintomas, Freud desenvolveu a psicanálise, cujo procedimento contou com duas proposições centrais: uma atenção flutuante por parte de quem analisa o sintoma, e a produção de livres associações de conteúdos por quem detém o sintoma, sem perder de vista que as interpretações possíveis dentro desse processo são infinitas, mas, em última instância, visam transformar o sintoma.

Didi-Huberman, em sua proposta procedimental, subsidia-se em Freud não para encontrar doenças e recalques manifestados nas obras de arte, mas sim para rasgar seu visível e deixar fazer-se presente a “malha irregular de acontecimentos-sintoma” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 40) que atingem o visual. Para tanto,

Seria preciso então propor uma semiologia não somente dos dispositivos simbólicos, mas também dos acontecimentos, ou acidentes, ou singularidades da imagem pictórica. Eis o rumo para o qual tenderia uma estética do sintoma, isto é, uma estética dos acidentes soberanos da pintura. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 337)

Mas o que Foucault diria a respeito dessa possibilidade aberta por Didi-Huberman? Se retomarmos a proposta de Freud, o que Didi-Huberman sugere é uma interpretação das imagens? Em seu percurso teórico, Foucault travou importantes batalhas de afastamento e aproximação com a psicanálise, assim como com a falta de conclusão da interpretação de textos/falas e imagens, que como já abordado, poderiam ir ao infinito. Recorrendo novamente à *Arqueologia do Saber* encontramos uma passagem que talvez nos indique um caminho de conexão para essa contenda entre esses dois pensadores. Parece-nos que para ambos, o foco reside no que possibilita o acontecimento da singularidade da imagem ou evento e não no que se oculta nisso:

A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido — e nenhuma outra em seu lugar. (FOUCAULT, 2008a, p. 126).

Foucault também abordou a questão em *Nietzsche, Freud e Marx*, fala proferida no Colóquio de Royaumont, em 1964, não para negar a interpretação, mas para cravar os três pensadores como instauradores dessa modalidade interpretativa do século XIX. Acerca dos sintomas na psicanálise, sobretudo, Foucault (2000b) considera que na interpretação do que

²¹LACAN, J. Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse. In: LACAN, J. *Écrits*. Paris: Editions du Seuil, 1966.

está latente no psiquismo, Freud interpreta interpretações, uma vez que o núcleo do sintoma já é em si uma interpretação. Mas, mais valiosa que essa consideração, é o que ele traça como consequências dessa que ele chama de hermenêutica moderna: uma é que não existe interpretação sem intérprete e, conseqüentemente, a interpretação quiçá diga mais de quem a interprete do que de seu objeto; a outra é que se subverte a primazia do signo sobre a interpretação, a interpretação é interpretação de interpretação e, por isso, uma tarefa circular, infinita e inconclusiva. O que fazer então, como contemporâneos dessa modernidade, ao que ainda nos parece, para proceder a uma analítica que se resguarde do equívoco da interpretação sem fim por um lado e, por outro do positivismo e empiricismo da era clássica, por buscar por uma origem dos signos e por um significado universal do objeto? Talvez seja, como ambos alertaram, olhar para o fenômeno, imagem ou evento, como acontecimento e para as condições possibilitadoras de sua ocorrência, seu *a priori* histórico. Ou seja, se pudermos dizer que o sintoma freudiano é a representação manifesta do que está latente, o sintoma da imagem é sua causa mesma de existência. Freud sugeriu que o sintoma, nos sofrimentos psíquicos, seria passível de ser modificado via técnica específica de interpretação de conteúdos de quem o carregava; e nós, inspiradas em Didi-Huberman e Foucault, entendemos que o sintoma da imagem – a justificativa accidental de sua ocorrência – não carece de técnica de interpretação, já que não se objetiva sua modificação; sua forja deve ser escrutinada e decomposta até se encontrar quais foram as condições para que ela pudesse surgir; isso seria rasgar a imagem.

Para evidenciar que a proposta de Didi-Huberman está mais vinculada a de Foucault do que possa ter parecido a princípio, em *Quando as Imagens Tomam Posição*, publicação lançada em 2009, quase 20 anos após sua analogia do conceito de rasgadura com o sintoma freudiano, ao mencionar a discussão sobre a inabilidade de leitura de imagens em tempos de imagens clichês, que seriam imagens midiáticas e de grande circulação, diagnostica nisso a falta de memória de um passado, porque “as imagens formam, do mesmo modo que a linguagem, superfícies de inscrição privilegiadas para esses complexos processos memoriais” (DIDI-HUBERMAN, 2017a, p. 37). Isto é, para o autor, assim como a linguagem, as imagens são artefatos produtores de verdades. Ou ainda, em *Imagens Apesar de Tudo*, lançada em 2004, quando reforça sua convergência com a arqueologia foucaultiana por enunciar que “a marca histórica das imagens [...] indica, sobretudo, que elas não adquirem legibilidade senão numa determinada época” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 119), quer dizer, tanto quanto a linguagem, as imagens participam do jogo de forças em disputa e vinculam-se a um *a priori* histórico que possibilita sua existência.

2.1.3 Imagens clichê em arranjo com o texto

Até aqui, parece que temos conseguido caminhar em nossa investida para encontrar uma maneira de dar cabo ao intento de analisar discursos e imagens, possibilitando-nos tratar de nossa problemática de pesquisa. Entretanto, restam-nos ainda duas questões. A primeira, é que ainda nos falta uma reflexão de como operar uma análise em que texto e imagem compõe-se mutuamente, sem hierarquizá-los; a segunda, é que o foco principal de Didi-Huberman são as imagens de arte, assim como estas também são o foco de Foucault quando procede com suas análises a partir de imagens tanto no exemplo já referido quanto nos textos que abordaremos a seguir. Seria possível analisarmos outros tipos de imagem a partir de suas propostas? Buscaremos endereçar esses dois pontos a seguir.

Foucault tratou do tema das imagens algumas vezes em todo seu percurso. Não resgataremos todas, mas as que concernem ao nosso problema, são: *Isto não é um Cachimbo*, primeiro publicada em 1973 e *A Pintura Fotogênica*, lançada em 1975. Na primeira, Foucault analisa a famosa obra de mesmo nome do artista surrealista belga René Magritte (1898-1967). Seu interesse por ela recai no fato de que a pintura apresenta o desenho de um cachimbo legendado por uma enunciação que aparentemente o nega, o contradiz: “isso não é um cachimbo”. Aparentemente porque um desenho que representa um objeto não seria ele o próprio objeto. Analisando a conexão entre imagem e texto, Foucault (2008b) a entende como um caligrama; mas não o caligrama clássico, no qual, geralmente, o arranjo das linhas do texto ou mesmo das letras formam a imagem que o significa. Magritte é capaz de proporcionar o mesmo resultado de “apagar ludicamente as mais velhas oposições de nossa civilização alfabética: mostrar e nomear; figurar e dizer; reproduzir e articular; imitar e significar; olhar e ler” (FOUCAULT, 2008b, p. 23), ao criar uma continuidade entre o cachimbo desenhado e o texto. Ao construir esse efeito, o artista anula a lacuna entre imagem e linguagem no cerne da própria pintura.

Anteriormente abordávamos a noção de representação nas diferentes epistemes, em *Isto não É um Cachimbo* Foucault aborda a relação entre a imagem representada de um objeto/coisa e o texto escrito ou falado sobre ela – linguagem/discurso – e discute dois princípios orientadores da arte ocidental do século XV ao século XX: no primeiro evidencia-se a separação entre o *designo*, representação por semelhança, e a referência por signo, o texto, havendo sempre uma hierarquia entre o dizível e o visível ou vice-e-versa. No segundo, a representação por semelhança é indissociável de uma afirmação sobre ela, em decorrência

de um laço representativo. Basta que uma pintura se assemelhe a um objeto para que se banalize sua enunciação: ““O que vocês estão vendo, é isto”” (FOUCAULT, 2008b, p. 42).

Magritte, dentre alguns outros pintores que Foucault cita, rompe com esses dois paradigmas. Sua maestria em rompê-los é por confrontar a semelhança e a similitude. Apesar de parecerem sinônimos, há uma pequena diferença. Da semelhança ordenam-se as cópias, a afirmação sobre ela é sempre a mesma, pertence à dimensão do pensamento. Na similitude, presente no mundo das coisas, ramificam-se diferenças, em deslocamentos não hierarquizados e as afirmações sobre elas são diferentes. Ou seja, na obra *Isso não É um Cachimbo*, o cachimbo desenhado, semelhança, e texto desenhado, negação da semelhança, são postos um contra o outro e, mutuamente, anulam-se. A semelhança transmuta-se em similitude.

Magritte liga os signos verbais e os elementos plásticos, mas sem se outorgar, previamente, uma isotopia; esquiva o fundo de discurso afirmativo, sobre o qual repousava tranquilamente a semelhança: e coloca em jogo puras similitudes e enunciados verbais não-afirmativos, na instabilidade de um volume sem referência e de um espaço sem plano (FOUCAULT, 2008b, p. 76).

Nessa análise, Foucault (2008b) encontra no interior do próprio quadro a ruptura da hierarquização entre o visível e o dizível. Essa ruptura, que comunga semelhança e similitude num exercício entre imagem e linguagem seria um acontecimento, rasgaduras da pintura? Cremos que sim. Apesar desse exercício sobre a obra de Magritte não tratar diretamente de como operar uma análise em que texto e imagem se atravessam, nos é demonstrado o funcionamento da balança hierarquizante pela relevância do jogo entre semelhança e similitude ao rasgar uma imagem, ou seja, evidenciar seu sintoma.

Aqui percebemos um pouco melhor o quão complexa e difícil de concluir é nossa tarefa, uma vez que não há regras que possam ser criadas para entabular tal procedimento. São os acontecimentos mesmos, o arquivo, nossa massa documental que apresentarão as possibilidades de análise e entendimento desse confronto entre semelhança e similitude, assim como das verdades daí suscitadas. Daí, entendemos que a forja de um procedimento de análise discursiva que conecte texto e imagem não tenha regras explícitas por meio das quais analisa-se imagens de arte, menos ainda, imagens clichê, de grande circulação, que serão o cerne de nosso arquivo. Didi-Huberman (2017b), afirmou que a ele:

interessa a potência das imagens. Potência, não poder. É muito diferente. Eu acredito que **a civilização em que estamos não é uma civilização das imagens; é uma civilização de clichês**. Entende o que quero dizer por clichê? É dizer: as imagens que tomam o poder. Mas a imagem mais bela é a que tem sua potência, mas que não busca tomar o poder (DIDI-HUBERMAN, 2017b, 35”-1’07”, transcrição e destaque nosso).

Nessa passagem, Didi-Huberman define o que seriam imagens clichê: imagens que invadem a cultura e participam das disputas de poder, são imagens de poder; porém não são essas as imagens pelas quais Didi-Huberman interessa-se, ele parece deixar evidente em quais imagens seus olhos repousam. Nas imagens que carregam potência. Mas nosso alvo são justamente as imagens que tomam o poder. Quais seriam seus sintomas? Poderiam ser acontecimentos, provocar rupturas e emergências discursivas na cultura? Pretendemos deduzir que sim. Mas, antes, como fomos parar numa civilização das imagens, tal como afirmado por Didi-Huberman? Consideramos importante essa pergunta, para endossar a nossa escolha nas imagens clichê. Foucault aborda esse tema no ensaio *A Pintura Fotogênica*, de 1975.

O desenvolvimento da tecnologia fotográfica e sua popularização em meados do século XIX provocou preocupação e atenção na sociedade europeia. Se por um lado, supunha-se que a arte e a pintura estariam em risco, por outro, ampliaram-se as chances de transformação e reduplicação das imagens. Pinturas e fotografias passam a se misturar: poses organizadas pelos fotógrafos assemelhavam-se às dos retratos pintados e imagens capturadas por câmeras passavam a ser reproduzidas em quadros. Mas nos ambientes acadêmicos e artísticos, a ascensão das imagens pela via da fotografia foi tida como fútil, sendo, inclusive, desqualificada pelo poeta e teórico da arte francesa Charles Baudelaire (1821-1867) em sua crítica célebre²² sobre o Salão Francês de Belas Artes de 1859. Foucault (2009) entendeu a atitude de Baudelaire arriscada: “podíamos ser entregues, pés e mãos atados, ao domínio de outras imagens – políticas, comerciais – sobre as quais não tínhamos poder. [...] Como reaprender não simplesmente a decifrar ou a alterar as imagens que nos são impostas, mas a fabricá-las de todas as maneiras?” (p. 349).

Foucault acredita que o hiper-realismo e a arte *pop*, contemporâneos ao texto *A Pintura Fotogênica*, respondem ao seu próprio questionamento. O hiper-realismo seria um estilo de pintura operacionalizado por intermédio de fotografias clichês, cujos objetos capturados são representados detalhadamente, buscando conferir-lhes valor de obras particulares, de maneira que, por meio delas, a imagem clichê é recuperada como objeto de arte único. Já a arte *pop* é fruto de uma atitude artística baseada em imagens de símbolos e objetos da cultura de consumo de massa e da vida cotidiana (CHILVERS; GLAVES-SMITH, 2009). A arte *pop* cria quadros únicos por meio de capturas fotográficas de cenas banais. Do hiper-realismo, Foucault ressalta que o produto final não é um quadro construído a partir de uma fotografia, nem uma fotografia maquiada em quadro, mas uma imagem única. Ambos

²²Carta ao diretor da *Revue française* sobre o Salão da Academia de Belas Artes da França de 1859, datada de 20 de junho de 1859, intitulada O Público Moderno e a Fotografia.

movimentos tiram a pintura do lugar de soberania da arte e cedem lugar à arte das/com as fotografias (FOUCAULT, 2009). Assim, ele entende que ambas as artes fabricam imagens por intermédio da fotografia que não são políticas ou comerciais. Entretanto, ficamos com a dúvida: como aprender a decifrar as imagens clichê, de poder, que nos são impostas? Veremos.

Em algumas de suas obras, Didi-Huberman trata das fotografias, especialmente em seu livro *A Invenção da Histeria: Charcot e a Iconografia Fotográfica da Salpêtrière*, primeiro publicado em 1982. Nele Didi-Huberman concede ao neurologista francês Jean-Martin Charcot (1825-1893), um dos precursores do uso de documentação fotográfica de pacientes na medicina, o feito de dar um lugar à histeria na história da arte, dado que, por meio do serviço fotográfico da Salpêtrière coordenado por ele, as manifestações da histeria de diversas²³ pacientes foram exaustivamente registradas em fotografias e catalogadas; feito crucial para a construção não só de uma sintomatologia, mas também de uma iconografia da histeria. Além de analisar a função da fotografia na medicina, Didi-Huberman (2003) dissecou a própria concepção da fotografia, oferecendo-nos múltiplos elementos para examiná-las.

2.1.4 Imagens-acontecimento em re/des/montagem

Departamentos de fotografia em hospitais proliferaram ao redor do mundo nas últimas décadas de 1800. Em 1869, o *Revue photographique des Hôpitaux de Paris*, compêndio de fotografias de pessoas portadoras de doenças raras e desconhecidas, teve importante repercussão na comunidade médica. A técnica adotada por Charcot na construção da histeria acompanhava, assim, o espírito de seu tempo. A diferença residia no fato de que as histéricas não apresentavam deformidades nem sintomas visíveis em seus corpos; a apresentação de seus sintomas manifestava-se em comportamentos/movimentos físicos e faciais. Nesse sentido, a fotografia psiquiátrica relacionar-se-ia às fotografias forenses: retratos de rostos de criminosos, a partir dos quais traços em comum eram classificados como indicadores de perfil, fundamentado na crença de que os movimentos da alma e das paixões se manifestavam no rosto. A fotografia firma seu espaço cativo na ciência médica. A lente da câmera, verdadeira retina, capturaria melhor que os próprios olhos, possibilitando o exercício pleno do postulado da observação (DIDI-HUBERMAN, 2003).

²³Ressaltamos que haviam tanto homens acometidos pela histeria como mulheres e, apesar do próprio Charcot apontar para esse fato, suas fotografias eram quase que exclusivamente de mulheres.

Em *O Nascimento da Clínica*, lançado em 1963, Foucault conta como a importância do olhar sobre os corpos altera o saber ocidental. Ele discute a passagem da medicina clássica para medicina científica e identifica que tal ruptura, ocorrida nos últimos anos do século XVIII, relacionava-se a uma “reorganização do espaço manifesto e secreto” (FOUCAULT, 1977a, p. X). Ou seja, há um *a priori* histórico possibilitador da retomada de pressupostos da antiguidade grega sobre anatomia patológica, somados a interesses mais amplos sobre o corpo, havendo também uma mudança no objeto da prática médica, que deixa de ter o foco sobre a doença e passa à investigação de onde se localizam os processos de doença na espacialidade corpórea.

O olhar penetra no espaço que se estabeleceu como objetivo percorrer. A leitura clínica, em sua primeira forma, implicava um sujeito exterior e decifrador que, a partir e além do que soletrava, ordenava e definia parentescos. Na experiência anatomo-clínica, o olho médico deve ver o mal se expor e dispor diante dele à medida que penetra no corpo, avança por entre seus volumes, contorna ou levanta as massas e desce em sua profundidade (FOUCAULT, 1977a, p. 155).

Didi-Huberman acrescenta que a imagem fotográfica, no contexto da medicina anatomo-clínica, teve valor de evidência, além de estar a serviço da memória, uma memória dita imparcial e confiável. “A fotografia teve que cristalizar o caso em um quadro: não um quadro extenso, mas um quadro no qual o tipo estava condensado em uma imagem única, ou em uma série unívoca de imagens – as faces” (2003, p. 48). O paradoxo da fotografia seria o paradoxo da evidência especular, e, também o paradoxo da semelhança fotográfica. Recuperando a mesma carta de Charles Baudelaire abordada por Foucault, Didi-Huberman corrobora a crítica sobre a exatidão da fotografia, pautada mais pela crença do que pela evidência. As disputas postas em cena – evidência ou fantasia, crença; ciência ou arte; figuratividade do conhecimento ou manipulação –, parecem ainda hoje ser uma constante do tema, como demonstraremos na análise das fotografias de Nilsson ainda nesse capítulo. Aprofundando o debate em torno do significado representacional da fotografia, Didi-Huberman (2003) oferece-nos algumas pistas para investigar as imagens fotográficas, quando imagens clichê.

A fotografia encena corpos: mutabilidade. E, em um momento ou outro, sutilmente, desmente-os (inventa-os), submetendo-os, ao invés, à extorsão figurativa. Como mesmo quando se presta a alguma compreensão desse enigma, e mesmo quando esse entendimento é sufocado. Um retrato fotográfico [...] nunca apresentou o “modelo” “como tal”. Ele já representava e complicava o modelo, já esculpido em alguma outra coisa, talvez um ideal, talvez um enigma, talvez ambos (DIDI-HUBERMAN, 2003, p. 65, tradução nossa).

Os retratos como forma de registro de uma cena, bastante usuais na pintura como no quadro *As Meninas*, popularizaram-se, destacando-se dentre os tipos de imagens capturadas

pelas câmeras fotográficas. Sejam capturas de faces ou corpos, ambas são concebidas como poses, paramentadas de adornos, arranjos e cenários, luzes, enquadre e cortes. São imagens teatralizadas, encenadas, previamente concebidas, mas adquirem estatuto de verdade; e ganham cópias, imagens clichê por semelhança, autenticadoras de uma verdade da existência do objeto nela contido, daquilo que se supõe ser de fato. As legendas, somadas às imagens, saem do lugar de figuração, da condição de título da obra, e passam a ser imprescindíveis às fotografias; o texto é incorporado à imagem. Entendemos assim que as imagens clichê são produtos de semelhança representacional de imagens de poder que emergiram entrelaçadas às linguagens acontecimentais, ambas constituidoras de ordens discursivas. Ao formular essa compreensão, consideramos as imagens centrais que serão analisadas nessa pesquisa e reaparecem nas considerações finais em remontagem como imagens que instituíram certo regime de poder. As nomearemos como imagens-acontecimento. Delas, derivaram suas cópias, imagens clichê que outorgam às primeiras, estatuto de verdade na ordem discursiva.

Até aqui, nos foi possível a construção de um percurso que subsidie o estudo de imagens de nosso arquivo empírico de pesquisa, imagens-acontecimento, e sua relação com textos que as acompanham, mas também gostaríamos de tratar da relação de nossas imagens centrais umas com as outras, pois somente por meio dessa relação será possível uma abordagem consistente de nossa problemática de pesquisa, no sentido de oferecer um caminho de análise possível de como operar com nosso arquivo de imagens e textos. Por isso, recorreremos à ideia de montagem de Didi-Huberman como parte do procedimento. A concepção de montagem é difusa e prática de vários saberes, em Didi-Huberman, ela é herdeira particularmente dos conceitos de montagem do historiador de arte alemão Aby Warburg (1866-1929) e do filósofo e sociólogo alemão Walter Benjamin (1892-1940). De Warburg, Didi-Huberman empresta a operação de compor com imagens de tempos heterogêneos. De Benjamin, aproveita a concepção de história como descontinuidade e a consideração de que há somente história anacrônica, ou seja, toda história é montagem. Nesse sentido, para dar a ver as imagens, à montagem, para Didi-Huberman, somam-se desmontagem e remontagem; ambos seriam, em realidade, nosso trabalho procedimental. “O ato de desmontar supõe o desconcerto, [...] um mar desmontado é um mar perigoso, perturbado pela tempestade” (DIDI-HUBERMAN, 2011b, 173, tradução nossa). Já remontar é buscar pelos acidentes e descontinuidades e reapresentar os acontecimentos em nova perspectiva.

Concluimos que, de um lado, Didi-Huberman nos guiará procedimentalmente para desmontar e remontar imagens – forjadas por uma montagem prévia – em busca de sua

rasgadura, seu sintoma, dispondo imagens de tempos heterogêneos em relação umas as outras. De outro lado, Foucault nos guiará a escavar o arquivo de imagens e textos em busca de emergências discursivas e acontecimentos, descontinuidades e rupturas. Assim como, pensar a lacuna entre o que se vê e o que se diz pelo confronto entre semelhança e similitude. Sobre nosso arquivo de imagens-acontecimento e imagens clichê, imagens de poder, escrutinaremos sua forja como autenticadoras de discursos de verdade e sua teatralidade latente.

Ressaltamos, por fim, que a linha de raciocínio organizada neste capítulo procedimental nos acompanhará nas reflexões ao longo da análise do arquivo, por vezes de forma mais explícita, em outras menos anunciadas, mas sempre em conexão. Essa escolha se explica pois, alguns textos e imagens ilustram a solidificação de dada ordem discursiva, enquanto outros, os quais damos maior atenção, indicam mais precisamente os momentos de rupturas e descontinuidades, os jogos de verdade em ação, nosso principal foco de interesse.

2.2 O ENSAIO FOTOGRÁFICO DE LENNART NILSSON COMO ACONTECIMENTO

Nos capítulos seguintes, pomos em marcha o procedimento ora apresentado valendo-nos do arquivo anunciado. Mas antes, faz-se mister revisitar o ensaio fotográfico de Lennart Nilsson e as enunciações que o acompanham na revista *Life*, agora imbuídas de novas ferramentas. Retomando o texto da capa (Figura 1) que acompanha a fotografia do feto astronauta, o título “Drama da vida antes do nascimento” é seguido dos dizeres na parte inferior da capa “façanha fotográfica colorida sem precedentes” e “feto com 18 semanas de vida no interior da bolsa amniótica – placenta é vista à direita” (CAPA [...], 1965, tradução nossa). Agora que já sabemos que aquele feto está morto, assim o vemos. Contudo, supomos que a maioria das pessoas, ainda nos dias atuais, quando se deparam com a capa pela primeira vez, são tomadas por assombro ao pensar que aquela imagem foi produzida de dentro de um corpo humano gestante. Somos conduzidos a essa impressão pela legenda e, instantaneamente acreditamos nela, mesmo frente ao irreal da enunciação. Mesmo que a revista tenha publicado diminuta nota em pequenas letras em seu interior, referindo-se à imagem da capa como sendo de um feto abortado, conforme mencionado anteriormente, ao mesmo tempo, na manchete principal, refere-se ao feto como estando vivo. Esse é o sintoma da imagem; imagem-acontecimento.

Nisso, nota-se um jogo de contradição velado entre texto e imagem, ou ainda, de uma enunciação que nos induz a ver a imagem com certa lente premeditada, como o registro de uma evidência científica. As fotografias do ensaio de Nilsson, teatralizadas, montadas,

legendadas, não deixam dúvidas sobre a vida existente ali; elas enganam. Inaugura-se, por essa série de imagens-acontecimento, a reprodução e difusão de fotografias de embriões e fetos mortos, semelhantes entre si, ilustrando o começo da vida. Imagens clichê a provocar reações de maravilhamento quando poderiam causar horror caso a legenda da emergência das primeiras fotografias, imagens-acontecimento, estivessem em consonância com a figura retratada.

No interior da revista, mais de dez páginas são preenchidas com fotografias acompanhadas de descrições científicas sobre o fenômeno da gravidez, da fertilização ao desenvolvimento fetal semana a semana, dando a entender que as diferentes fotografias tratavam-se do desenvolvimento de um único e mesmo feto. Curiosamente, a narrativa é interrompida na 28ª semana – idade gestacional limite na qual poderiam ocorrer partos de fetos prematuros com poucas chances de sobrevivência, disponíveis nas clínicas de aborto – e dá um salto, somente textual, para o parto. Considerando que Nilsson teria acesso somente a embriões e fetos abortados ou nascidos mortos, evidencia-se em seu ensaio fotográfico, a fabricação da gravidez e da vida fetal por intermédio da montagem das imagens e de sua legenda/narrativa.

Logo no início do artigo, além de salientar a importância do feito de Nilsson para o progresso científico, o texto contrasta a noção ocidental do reconhecimento da vida de uma pessoa desde o dia em que ela sai do útero com a concepção da cultura chinesa na qual a contagem da vida inicia-se na concepção, “como reconhecimento de uma vida incessantemente ativa que já havia iniciado” (ROSENFELD, 1965, p. 54, tradução nossa). As descrições que chamam atenção são aquelas que ensinam leitoras e leitores a ver/olhar para as fotografias, caso da figura 4, um embrião de 3 semanas e meia.

Figura 4 – Fotografia de embrião de 3 semanas e meia

Fonte: Rosenfeld (1965, p. 58).

A explicação esforça-se para dar a entender quais partes da imagem viriam a ser quais membros em um futuro bebê:

Essa fotografia é uma das poucas conhecidas a mostrar o desenvolvimento do rosto e da cabeça em estágio tão precoce - apesar desse embrião ser imperfeito (o tecido azul à direita está rompido). Ao topo a cabeça incipiente. As duas protuberâncias superiores irão expandir-se nas duas metades da parte frontal do cérebro, enquanto que as protuberâncias inferiores irão juntar-se por volta da oitava semana para formar a mandíbula inferior. Nesse estágio, as quatro protuberâncias circundam uma cavidade central que irá tornar-se a boca. Esse embrião é tão pequeno - aproximadamente um décimo de uma polegada (aproximadamente 25 milímetros) - que a mãe pode nem saber que está grávida. Mesmo assim, já há um desenvolvimento interno impressionante, ainda que não visível aqui. Esse embrião tem o primórdio dos olhos, espinha dorsal, sistema nervoso, tireoide, pulmões, estômago, fígado, rins e intestinos. Seu coração primitivo, que começou a bater no 18º dia está agora pulsando mais confiante. Na protuberância do peito, os minúsculos brotos de braços - ainda não visíveis - estão se formando (ROSENFELD, 1965, p. 58, tradução nossa).

Outros trechos, assim como o título da reportagem, alarmam sobre os riscos, vulnerabilidades e dificuldades da experiência dramática prévia ao nascimento. É o caso da descrição da fotografia de um embrião de 5 semanas (Figura 5), quando ainda não é possível distingui-lo de outras espécies mamíferas. O texto alerta sobre a fragilidade do embrião nessa etapa e dos riscos de má formação ou morte causados por substâncias, medicações e enfermidades do corpo que gesta.

Figura 5 – Fotografia de embrião de 5 semanas

Fonte: Rosenfeld (1965, p. 59).

Ao final do ensaio fotográfico, a matéria estende-se com o subtítulo *Pushed out into a hostile world* (Empurrado para fora em um mundo hostil), narrando uma experiência saturada de sofrimento. Explica que o primeiro choque fora da tranquilidade do útero é a temperatura, ao mesmo tempo que os olhos do bebê são atacados por luzes e o corpo experimenta a passagem de um ambiente úmido e aconchegante para um seco. Mais ainda, nessa transição, a criança antes imersa em líquido precisa começar a respirar, sua dependência do funcionamento do corpo gestante chega ao fim, seus órgãos são obrigados a funcionar sozinhos e rapidamente.

Há descrições que reforçam a preocupação em confundir sobre a falta de vida daquelas fotografias, como a da figura 6, concernente à 11ª semana de desenvolvimento do feto, cuja legenda diz: "a aparência de estrelas no fundo escuro, ao redor do líquido amniótico são bolhas do fluido que o fotógrafo usou para dar suporte à membrana amniótica". E, contraditoriamente, afirma: "totalmente imerso, o feto continua inalando e exalando o suficiente para manter o fluido entrando e saindo de seus pulmões" (ROSENFELD, 1965, p. 71, tradução nossa).

Figura 6 – Fotografia de feto de 11 semanas

Fonte: Rosenfeld (1965, p. 65).

Na reportagem identifica-se, então, três enunciados conectando texto e fotografia: 1) essas imagens retratam algo desconhecido até a presente data; 2) retratam seres vivos e, 3) retratam seres desprotegidos, vidas precárias. Esses enunciados estão mobilizados para um objetivo: inaugurar a emergência de um discurso de humanização do feto. Nos dois próximos capítulos exploraremos o *a priori* histórico dessa emergência discursiva, assim como seus desdobramentos até a contemporaneidade. Com o propósito de compreender como enunciados circularam na cultura, como já dito, recorreremos particularmente às revistas impressas como arquivo; vamos a elas.

2.3 REVISTAS PERIÓDICAS: AS PEÇAS DO ARQUIVO

No período colonial brasileiro, materiais impressos eram somente produzidos na metrópole, circulando, basicamente, entre mãos de padres jesuítas e nobres da corte; para além disso, eram considerados materiais subversivos. No início do século XIX a imprensa escrita surge no Brasil de forma artesanal, de maneira que as primeiras publicações de jornais datam de 1808. *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, de 1812, foi a primeira revista brasileira, porém, muitas outras, com número de edições bastante variado, foram publicadas a partir de então. Assim, revistas voltadas para o público feminino surgiram rapidamente como *A Mulher do Simplicio* ou *A Fluminense Exaltada*, editada de 1832 a 1846. O perfil das publicações era constituído por textos literários, políticos ou satíricos (MIRA, 2001; SODRÉ, 1999).

A partir de mudanças decorrentes do fim oficial da escravidão (1888), da instauração da Primeira República Brasileira (1889) e do processo de industrialização brasileiro, a imprensa também sofreu alterações concernentes ao processo de produção e circulação da mídia impressa, ampliando e profissionalizando o mercado editorial por meio de inovações tecnológicas que, ao aprimorar a qualidade do processo produtivo, reduziram os custos de impressão, com o consequente aumento de tiragens. Somando-se ao ideal de modernização cultural, acompanhado da disseminação da alfabetização²⁴, dos avanços dos meios de transporte, do crescimento dos centros urbanos, setores da agricultura, da indústria e serviços, jornais e revistas constituem-se em difusores das novidades da modernidade no Brasil. Nesse

²⁴No que tange à alfabetização, se na última década do século XIX pouco mais de 2 milhões de pessoas sabiam ler e escrever (19,1% dos homens e 10,4% das mulheres), ou seja, 70% da população brasileira era analfabeta, em 1920, esse número altera-se para 7 milhões e meio de pessoas alfabetizadas (28,9% dos homens e 19,9% das mulheres). Nos grandes centros urbanos, a porcentagem de pessoas letradas era ainda maior, 65,8% dos homens e 54% das mulheres (BESSE, 1999).

processo de mudança da função e alcance de circulação das publicações impressas, a produção do espaço urbano assume papel expressivo e a imprensa torna-se protagonista da emergência de uma dada ideia de progresso, bem como a publicidade ganha destaque. Entretanto, ao mesmo tempo, algumas vezes, o teor dos textos apresenta características de resistência às mudanças, conflitando com a abertura para uma sociedade de consumo e anúncios e propagandas das novidades do mercado. (COHEN, 2012; DE LUCA, 2012; ELEUTÉRIO, 2012; SODRÉ, 1999).

Dentre as publicações voltadas para o público feminino brasileiro, O Jornal das Senhoras, de 1852, é uma das primeiras revistas com participação de mulheres na editoração e redação. Em geral abordavam literatura, poesia e assuntos direcionados à moda, beleza, casamento, cuidados da casa e dos filhos, entretanto, algumas publicações, mesmo recorrendo a esses temas cotidianos, traziam ideias contestadoras e em defesa da mulher. O Voto Feminino, periódico de 1878, por exemplo, era subsidiado pelo movimento sufragista feminino. Mas é somente após a criação do mercado editorial brasileiro que o filão das revistas femininas será um dos alvos, ofertando produtos de saúde, beleza e moda (MARTINS, 2012). O público feminino torna-se, paulatinamente, o principal leitor de revistas e, a partir do final dos anos de 1950, há um *boom* de publicações para esse segmento, muitas das quais ainda em circulação atualmente. Isso se explica porque tanto o formato quanto o tipo de conteúdo de leitura rápida e com dicas práticas para o dia-a-dia, se encaixariam na rotina da mulher moderna, que tinha que cuidar da família, dos afazeres domésticos e estar disponível às vicissitudes daquele cotidiano. Tratava-se, e ainda hoje trata-se, de um nicho de mercado no qual as revistas atuavam como validadoras de práticas discursivas ao definir o papel social e determinar padrões de comportamento desejáveis para as mulheres da época. Nesse sentido, tais revistas podem ser compreendidas como dispositivos²⁵ de uma pedagogia cultural (ABRANTES, 2006; COHEN, 2012), tendo como característica comum a constante contradição entre de um lado conformar os comportamentos das mulheres à moral e aos costumes e de outro contestar a limitação dessa vivência, reflexo de um período de importantes rupturas (CARDOSO, 2009).

²⁵Em uma acepção foucaultiana, dispositivo diz respeito a um conjunto heterogêneo do dito e do não dito (discursos, instituições, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas e morais, etc.). Cada efeito gerado por certo dispositivo tem uma repercussão, seja em consonância, seja em contradição com outros efeitos e dispositivos. Isso provoca uma constante exigência de readequação da rede de elementos que o formam, por meio de intervenções nas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las ou estabilizá-las. Assim os dispositivos inscrevem-se nos jogos de poder. Ao mesmo tempo que sustentam tipos de saber, são sustentados por eles (FOUCAULT, 1984).

Desde seu surgimento até os dias atuais, quando boa parte da imprensa escrita está disponível *online* e com acesso gratuito, periódicos constituem tanto a massa arquivística da cultura quanto os dispositivos de emergência e circulação de discursos. Por isso, analisaremos as publicações da imprensa periódica nacional. Para além de buscar compreender os impactos das imagens fetais, é relevante incorporar uma leitura das condições prévias, do *a priori* histórico que possibilitaram tal acontecimento discursivo, inclusive suas especificidades espaciais, tendo o Brasil como foco. Elegemos, portanto, publicações que nos subsidiaram nessa empreitada, quais sejam, Revista Feminina, A cigarra, Vida Domestica e Pais & Filhos. Também recorremos a publicações de jornais periódicos pontualmente. A escolha por tais publicações está diretamente relacionada à expressividade de suas tiragens e longevidade, tendo conquistado significativa popularidade e circulação, especialmente entre as mulheres. Apresentaremos, a seguir, cada uma delas.

A Revista Feminina, publicada entre 1915 e 1936, foi a de maior proeminência no segmento graças à sua sanha comercial. Com uma média de tiragens de 20 mil exemplares por edição, a empresa proprietária da revista também comercializava produtos femininos divulgados na publicação, atraindo um público cativo. Tendo como missão a emancipação da mulher da cultura católica tradicional brasileira, a revista se caracterizou por abordar temas como o papel da mulher na sociedade, educação dos filhos, trabalho feminino e, de forma sutil, alguns debates feministas, embora distanciando-se das pautas mais radicais. Apesar do autoproclamado ideário dessa revista, seus artigos apresentavam a fórmula da mulher ideal: esposa e mãe zelosa pela saúde e bem-estar da família, bem informada sobre a educação moral e desenvolvimento físico da prole e atenta às necessidades do marido, incluso estar bonita e bem vestida (ABRANTES, 2006; BESSE, 1999; BUITONI, 1986; COHEN, 2012).

Outra revista importante foi A Cigarra, publicada entre 1914 e 1975. Em 1917 foi a revista de maior circulação do estado de São Paulo com tiragem de aproximadamente 60.000 exemplares. Bastante colorida e recheada de fotografias e propagandas, as matérias tratavam de diversos assuntos relativos à vida nos grandes centros urbanos, apresentando, grosso modo, um discurso ancorado nas ideias de progresso e modernidade. A despeito de não ser considerada uma revista feminina, seu editorial foi adequando-se mais à moda e à beleza da mulher, considerando-as um filão do mercado de consumo (DANTAS, 2001). Nesse mesmo período, circulou a revista Vida Domestica, publicada de 1920 a 1962, conhecida também como a “revista do lar e da mulher” que, ao posicionar-se em defesa da família, dos bons costumes e da tradição cristã, ressaltava seu compromisso com a moralidade e a honestidade. Abordava assuntos como puericultura, casamento e cuidados com a casa. Contudo, tal qual a

Revista Feminina, veiculava discursos contraditórios, uma vez que os valores modernos por ela apregoados estariam relacionados ao consumo dos produtos anunciados, abrindo espaço, por vezes, a discussões sobre a emancipação da mulher (CARDOSO, 2009).

Ainda que Revista Feminina, A Cigarra e Vida Domestica sejam publicações consideradas do segmento feminino, seus conteúdos abrangiam desde cuidados com as crianças e sua educação, aos papéis que deveriam ser desempenhados pelos pais e pelas mães em um dado contexto familiar. Papéis esses que estariam organizados simultaneamente à construção da maternidade moderna, ou maternidade científica, atrelada a de família nuclear. A partir dessas enunciações adentrando a cultura por meio da imprensa escrita, a mulher ganha uma função na sociedade, a responsabilidade com o mundo doméstico/privado, frente à responsabilidade do homem com o mundo do trabalho /público.

Por fim, a revista Pais & Filhos – A revista Mensal da Família Moderna, ainda publicada, teve sua primeira edição em 1968. Desde seu início teve como enfoque assuntos relacionados ao universo da maternidade e do manejo de bebês e crianças. Em decorrência dessa especificidade, Pais & Filhos permaneceu sem concorrentes durante mais de 30 anos. Em pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública (Ibope), de 1969, sobre circulação de revistas, Pais & Filhos aparecia dentre aquelas com maior circulação mensal, ocupando o primeiro lugar, com 17% das vendas de periódicos (MIRA, 2001). Destaca-se que, para além dos exemplares vendidos, essa revista foi e continua sendo a publicação mais presente em salas de espera de profissionais da pediatria e obstetrícia, assim como seus exemplares mais antigos ainda são comercializados em sebos, normalmente demandados por pessoas grávidas. Com um corpo editorial composto por especialistas de diversas áreas da medicina, das ciências psicológicas e do direito de família, Pais & Filhos publicava, até meados da década de 1970, informações de carácter fortemente científico, com descrições pormenorizadas, incluindo fotografias de procedimentos cirúrgicos e partos que, talvez, nos dias atuais, nos incomodassem. Entre seus assuntos, também ganham ênfase os novos exames biotecnológicos e os avanços da genética. Desde seu início, continha quantidade expressiva de imagens, acompanhadas por longos textos. Com o passar dos anos, as imagens adquiriram destaque, ao contrário dos textos, que perderam espaço no *layout* das páginas. Ademais, o perfil editorial também sofreu alterações com a finalidade de tornar a revista mais atrativa ao seu público, valendo-se, sobretudo, dos saberes dos especialistas (ASSUNÇÃO, 2010; SCHWENGBER, 2006). Encontramos, ao longo da revista, principalmente nas três primeiras décadas, reportagens completas ou imagens referenciadas à *Eltern*, alemão para pais. A *Eltern Magazin* é uma revista alemã publicada desde 1966, dois anos antes da Pais & Filhos. Essas referências

nos fizeram supor que a revista alemã foi modelo para a publicação brasileira. A relação encontrada é de extrema importância pois, grande parte das imagens fetais, inclusive as fotografias de Lennart Nilsson, circularam na revista Pais & Filhos por conta da reprodução de material da *Eltern Magazin*.

Decorrente de um recorte histórico anterior ao advento da ultrassonografia, mas que contivesse discursos relativos aos nossos interesses de pesquisa, consideramos a pertinência da Revista Feminina, A Cigarra e Vida Domestica comporem o arquivo empírico da pesquisa por publicarem matérias sobre assuntos concernentes aos costumes familiares, já que parto e nascimento eram abordados por elas antes da possibilidade de visualização do feto. Já Pais & Filhos garante a continuidade da investigação sem interrupção temporal e nos catapulta aos dias atuais, além de possibilitar o acompanhamento da emergência das imagens fetais em nossa cultura, tanto quanto seus desdobramentos.

A Revista Feminina foi consultada nos acervos da Hemeroteca da Biblioteca Digital da Universidade Estadual Paulista (Unesp)²⁶ e da Hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional²⁷. A cigarra e Vida Domestica foram acessadas no segundo acervo. A estratégia de pesquisa nos acervos digitais foi por meio da busca de palavras-chave alusivas ao gênero, aos modos e costumes sobre a maternidade e à educação na primeira infância, tais como: gravidez, gestação, maternidade, pré-natal, nascituro, feto, embrião, aborto, nascimento e criança, nascimento e bebê, sexo e criança, sexo e bebê, menino, menina, feminino, masculino, azul, cor-de-rosa, enxoval, corte cabelo, penteado, brinco e moda infantil.

Os exemplares de Pais & Filhos estão disponíveis somente impressos e constam como parte do acervo especial da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e do acervo da Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade, onde foram consultados. Em ambos os espaços a consulta é presencial, não sendo permitidos empréstimos e em nenhum deles a coleção está completa. Analisamos 175 edições de 1969 a 2000 disponíveis na biblioteca da ECA e, para preencher as lacunas, encontramos 147 edições dentre as disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Mario de Andrade, do período de 1968 até 1998. Assim, foi possível consultar 322 exemplares de um total de 379 edições publicadas do início até a data da última revista disponível nos acervos, que foi a do mês de junho de 2000; ou seja aproximadamente 84% das edições publicadas nesse período. Como as publicações não podiam ser retiradas para serem estudadas com maior tranquilidade, a única possibilidade

²⁶Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/36>. Acesso em: 03/06/2018

²⁷Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 03/06/2018

de registrá-las foi fotografar todas as reportagens que pudessem ter alguma relação com nossa busca. Digitalizamos todas as matérias que tratavam de expectativas frente ao sexo anômico da criança na gestação, pré-natal, parto, gestação, enxoval do bebê, costumes de educação familiar para meninos e para meninas e moda infantil. Todas as imagens fotografadas foram tratadas e os artigos salvos em arquivos *portable document format* (pdf).

Em agosto de 2000 a Bloch Editores, detentora de Pais & Filhos, teve falência decretada, em meio a um processo judicial movido pelos funcionários, em janeiro de 2001 foi organizado um conselho curador e a revista retomou sua circulação, continuando até agosto de 2002 nesse formato editorial. Em dezembro do mesmo ano os principais títulos da Bloch Editores, dentre eles Pais & Filhos, foram leiloados e adquiridos pelo criador da Manchete Editora. Finalmente, em junho de 2003 Pais & Filhos volta a circular, agora em nova editora (PEREIRA, 2014). A revista é lançada virtualmente em 2004, quando passamos a acessá-la online. A partir de então, procedemos da mesma forma de pesquisa por palavras-chave realizada nas outras revistas do arquivo.

O mergulho na vastidão do arquivo é carregado de surpresas, como sintetiza a historiadora francesa Arlette Farge (1941-) com uma metáfora: “o arquivo é como uma floresta sem clareiras, mas ao habitá-la por um longo período de tempo, seus olhos começam a acostumar-se ao escuro e você consegue perceber o contorno das árvores” (2013, p. 69, tradução nossa). Apresentaremos nos dois capítulos seguintes o que trouxemos conosco no retorno desse mergulho.

3 DAS IMAGENS DE NILSSON À ULTRASSONOGRAFIA: A TRANSFORMAÇÃO DO FETO

Conforme vimos anteriormente, a primeira vez que imagens fetais tiveram impacto na cultura de massas foi por meio das fotografias de Lennart Nilsson publicadas na revista norte-americana *Life*. Ali apresentaram-se as condições que tornaram enunciável um novo discurso sobre o fenômeno da reprodução humana, qual seja, a constatação de que há vida humana e frágil desenvolvendo-se dentro do útero, necessitando, portanto, de cuidado e atenção. Nesse capítulo analisaremos o *a priori* histórico que possibilitou a emergência de tal discurso e como ele foi mobilizado para ressignificar o embrião/feto e instaurar um novo regime de verdade tanto no mundo ocidental, quanto no Brasil, em especial. Abordaremos a construção da maternidade moderna/científica no âmbito das publicações referidas, bem como o impacto da invenção do pré-natal e o papel preponderante das tecnologias de visualização para a humanização do feto. No capítulo seguinte, desenvolveremos a discussão em torno dos desdobramentos da ultrassonografia obstétrica nos processos de generificação e pessoalização fetal.

3.1 A MATERNIDADE MODERNA/CIENTÍFICA EM REVISTA

Concomitante ao período de constituição do mercado editorial no Brasil, como vimos, ocorreram também outros processos modernizadores da sociedade. Os saberes científicos tomavam maior vulto, assim como o movimento higienista ao exaltar o aperfeiçoamento moral e físico das crianças via educação higiênica e sanitária ofertada às mães. Frente às altas taxas de mortalidade infantil, foi construído um consenso social de que o cuidado das crianças estava entre as questões mais críticas, no sentido de lhe atribuir maior zelo, visando corpos saudáveis e úteis, pois, assim, direcionariam a pátria no rumo certo do progresso. Dessa forma, o bem-estar da mãe e da criança assumem novo *status* de prioridade (BESSE, 1999).

Aprimora-se o conceito de criação de crianças, ou da puericultura, entendido como o conjunto de medidas adotadas para aumentar a natalidade, como a higiene no casamento, a prevenção de doenças infantis e um grande número de regras higiênicas no cuidado com a criança, referentes à habitação, à alimentação, ao vestuário, aos cuidados corporais, aos exercícios físicos e à educação. Como a puericultura devia ser iniciada antes do nascimento da criança, cabia ao ginecologista e ao obstetra desempenhar o papel de puericultores, prevendo e tratando doenças que podiam impedir o exercício da maternidade ou que viessem atingir a saúde do feto (MARTINS, 2004, p. 198).

A história da obstetrícia inicia-se no século XIX como um conhecimento que, ao combinar o saber anatômico com a prática do exame físico da mulher, consistia em descrever “o corpo feminino, gravidez, parto normal, parto complicado, operações obstétricas, problemas puerperais e cuidados com o recém-nascido” (MARTINS, 2005, p. 656). Entretanto, a recepção dessa nova tecnologia do parto não se desenrolou num processo rápido e pulverizado na sociedade brasileira. Antes da medicina adentrar à cena do parto, essa função esteve a cargo de outras mulheres, as parteiras, que em decorrência de suas experiências com múltiplas gestações, assumiram o lugar de quem ia ao auxílio de outras mulheres. Mais ainda, faziam parte de seus conhecimentos, saberes transmitidos oralmente de uma geração a outra, adquiridos por memória visual e gestual, de usos de ervas da horta e do quintal e simpatias. Além do auxílio aos partos, normalmente essas mesmas mulheres cuidavam das doenças da mãe e da criança e amparavam nos óbitos que porventura viessem a acometer os familiares (DEL PRIORE, 1993).

Soma-se ao costume de recorrer às parteiras, para além da relação de confiança, o fato de que à época o ato do médico tocar ou olhar o corpo da paciente era restrito devido a pudores morais e culturais, por isso, as prescrições dos obstetras tinham alcance reduzido nos altos círculos da sociedade. Insatisfeitos com esse quadro, médicos se depararam com a necessidade de ampliar o acesso aos seus conselhos, que entendiam vitais para o bom desenvolvimento das pessoas e da nação. Alguns manuais de puericultura foram produzidos com esse fim (MARTINS, 2004). O primeiro deles publicado no Brasil foi *A Guia Médica das Mães de Família*, de 1843. No início do século XX, tais publicações, que tinham como propósito orientar as mulheres, tornaram-se também material didático dos cursos de puericultura das Escolas Normais (LIMA, 2008). Todavia, esse tipo de publicação restringia-se a um círculo de poucas leitoras, de maneira que as revistas se apresentaram como instrumento efetivo para a propagação da puericultura. Tendo consolidado seu espaço como meio de comunicação de massa, difusor de ideários e novos comportamentos, ao combinarem artigos escritos por representantes de lugares de saber somados a textos sobre bens de consumo, as revistas femininas configuraram-se como dispositivo ideal para a veiculação de uma nova cultura. Nas páginas das quatro revistas femininas de nosso arquivo é possível acompanhar as diretrizes sobre o que era ser mulher e sobretudo mãe em tempos modernos, respaldadas pelos saberes científicos.

Com exceção de Pais & Filhos, que surge em período histórico distinto, podemos encontrar nas outras três revistas enunciações relacionadas à maternidade como um grande feito que justificaria a natureza própria da mulher e de seu papel social, além de satisfazer a

missão divina e a função patriótica. No texto *Cousas Uteis*, publicado na revista Vida Domestica, de 1921, brada-se: a mulher que não é mãe, não é mulher. Essa afirmação não aparece em sentido figurado, mas literal, explicitando a função reprodutora como principal marcador da diferença biológica sexual, definindo, portanto, as mulheres não dispostas a desempenhar essa função como de outra categoria dentro da espécie humana:

A maternidade e os cuidados e carinhos com a sua prole, são os primeiros deveres da mulher. A mulher tem obrigação de ser boa, porque, como muito bem disse José de Alencar, ella é o symbolo do amor e ternura. E a mulher que não for boa mãe, deixa por isso mesmo, de ser mulher. É dum sexo ambíguo, inqualificado por ser de natureza inqualificável. Pôde ser assassina ou ladra, pôde até incendiar o mundo, por amor de seu filho; ainda assim não é desthonrada do coração da humanidade, porque acima dos seus crimes está a maternidade²⁸ (COUSAS [...], 1921, p.27).

Em *A Sciencia da Maternidade*, publicado pela Revista Feminina em 1917, num anúncio de suplementação que a mulher grávida deveria fazer uso para produzir um leite de qualidade, o julgamento moral novamente recai sobre a mulher. Se antes era sobre as mulheres que não haviam tido filhos, agora era voltado para àquelas que tinha filhos nascidos frágeis:

Um dos problemas mais importantes da maternidade é o problema do aleitamento. Diz-se vulgarmente: ‘Isto elle bebeu com o leite’ e nesta synthese popular está encerrada toda a importancia do aleitamento. Com o aleitamento pode-se beber, a força, a saude, o *mens sana in corpore sano*; com o leite pode-se tambem beber o rachitismo, a fraqueza dos ossos, a pessima dentição, prenunciando um futuro miseravel, arrastado em meio de molestias e de dores. Na maior parte desses ultimos casos a mãe deve ser acusada; durante o aleitamento ella não se preocupou de repousar, de alimentar-se bem e, principalmente, de enriquecer o seu leite com principios nutritivos e basicos para a formação do esqueleto da creança, do arcabouço sobre o qual a casa tinha que ser construida. Todos esses perigos ella teria evitado se tomasse cada dia quatro *Nalcol's tricalsic pastilees*, nas quaes existem todos os elementos necessarios para tornar o leite abundante, grosso, gorduroso e opulento de principios calciosos para a formação dos dentes e dos ossos. A Empresa Feminina Brasileira é a unica depositaria deste produto em São Paulo – um vidro com 100 pastilhas: 20\$000. Enviar o pedido e a importância. – Com quantia tão insignificante garantireis formação perfeita do lindo bebê sobre o qual repousa o vosso olhar dedicado de mãe (EMPRESA [...], 1917, p. 21).

Sugere-se nesse anúncio que os problemas com os filhos eram resultado direto da incapacidade da mãe, a única responsável pelo ônus do cuidado, e o produto oferecido a livraria desse mal; uma saída rápida e simples para aplacar sua culpa futura e o julgamento social. Esses dois trechos delimitam um crivo moral do qual as mulheres tornam-se reféns. Explicitam, sem rodeios, o que se espera delas, expectativa endossada pela oferta e comercialização de produtos. A *Empresa Feminina Brasileira*, responsável pela Revista Feminina, nitidamente utilizava-se da ordem discursiva emergente para vender seus produtos. A Cigarra junta-se ao coro da construção da maternidade moderna mobilizando as mulheres

²⁸Mantemos a grafia original dos excertos extraídos das revistas.

para o mercado de consumo. Na edição comemorativa do feriado de natal de 1919, as primeiras 36 páginas, de um total de 128, foram dedicadas exclusivamente a anúncios, em sua maioria, de remédios, perfumes, roupas, móveis e produtos domésticos, reforçando a percepção da influência da publicidade – ou, quiçá, parceria – e o modo como sua prática discursiva estava vinculada às aspirações por uma certa mulher, a mãe e esposa modernas.

Nessa mesma edição, no artigo *Censura Cinematográfica*, tema aparentemente nada relacionado ao nosso interesse de pesquisa, a defesa ao lugar da mãe estava garantida, parecendo ser ponto pacífico de nossa história cultural. Nele, critica-se o excesso moralista de querer impor censura nacional aos filmes estadunidenses que já haviam passado pelo crivo da censura em seu país de origem. A opinião alicerça-se na avaliação positiva da concepção moral estadunidense que, dentre outras virtudes, defendia a maternidade e a infância:

Os moralistas são de opinião que muitos desses films contem insinuações licenciosas, atentam contra o moral, provocam pensamentos lúbricos e propagam idéias corruptas. Reclamam, pois, os moralistas a censura do cinema. Acontece, porém, que todo o film americano é censurado nos Estados Unidos [...]. Devemos partir do princípio que a nossa concepção moral é superior á do povo norte-americano? Não nos arriscariamos a enveredar pelo caminho escabroso dos confrontos, mas queremos admitir que, embora não lhe seja superior, a concepção moral que se pretende applicar na censura é diversa da do sadio povo que aboliu o consumo de alcool, que applica aos atentados ao pudor penalidades gravissimas, que pune com a prisão o porte de armas, **que concebeu as mais humanitárias medidas na defesa da maternidade e da infancia**. Não é nossa intenção embarcar ou criticar a obra de moralização dos costumes. Ella se nos afigura digna do mais incondicional apoio. Consideramos porém, difficil submeter a um critério absoluto de moral os films já censurados nos Estados Unidos (CENSURA [...], 1919, p. 51, destaque nosso).

Ao mesmo tempo em que todos eram unânimes, inclusive as feministas da época, no que diz respeito à maternidade como a função mais importante a ser desempenhada pela mulher, havia também consenso relativo ao instinto maternal que, por si só, não seria suficiente para possibilitar uma boa maternagem; para isso os ensinamentos da ciência seriam vitais. Nesse sentido, há uma grande valorização do conhecimento científico e uma frequente desvalorização de saberes tradicionais. A matéria *Pela Infancia*, publicada na Revista Feminina em 1917, apresenta-se como uma crítica acerca do trabalho infantil e da infância proletária, convocando as mulheres a conclamar o respeito à infância. O modo de escrita do texto é carregado de um tom comum aos outros, a culpabilização da classe operária, das classes sociais pobres e das mulheres pela sua dita ignorância e submissão da qual precisavam ser salvas. Interessante analisar o percurso argumentativo do texto, entusiasmado com um futuro promissor, no qual a desigualdade social desapareceria via tutela de conhecimento ofertada pelas elites detentoras dos saberes. Ao sugerir a preservação da infância sadia, pela lei natural, preconiza-se a necessidade do amor e da ciência. Mais ainda, termina por

estabelecer como missão para as mulheres leitoras da publicação, além de lutar pelo fim do trabalho infantil, empregar esforços para a disseminação dos saberes científicos da maternidade junto às classes sociais menos privilegiadas, uma vez que os filhos oriundos de contextos socioeconômicos desprovidos, ainda que não em idade tão precoce, é que constituiriam a força de trabalho nacional e precisariam ser melhor formados:

Tendo como unica escola [a criança que trabalha] o contato com gente sem cultura, as palavras estupidas e obscenas que ouve aos maiores, a grosseria dos mestres e contra-mestres, a aviltante submissão dos seus companheiros sem uma consciencia de dignidade, o livre desenvolvimento dos maus instinctos sem que os bons cheguem a despertar, essa creança não póde chegar a ser, moralmente, outra cousa que um ser repulsivo e deletreiro, incapaz de preencher as suas funções como membro de uma humanidade que tende sempre a evoluir e a aperfeçoar-se. Bella perspectiva a que se nos depara para um futuro não muito distante. E no entanto, nesse futuro reside a realização das nossas mais belas aspirações? É no futuro que todos os mortales, sem distincção de sexos, idades, crenças e nacionalidades, têm fitos os olhos, porque é no futuro que vêm o Sol prefulgente que ha de iluminar, gradualmente, este obscuro mundo em que vivemos; porque é o futuro o misterioso cofre que encerra o thezouro inestimavel da felicidade humana [...]. E é por isso que não devemos permitir que a infancia de hoje, genuína representante do mundo de amanhã, seja sacrificada inutil e maldosamente, por paes famintos ou ignorantes e por industriaes pouco escrupulosos. Nos nossos corações, onde se abriga a mais bela manifestação da natureza humana, o instincto materno, germina de por si, naturalmente este desejo justo e louvavel. Renda-se á infancia o respeito devido; sejam-lhe abertas as portas do Amor e da Sciencia, posto que a lei natural assim o ordena! [...] E tenhamos também, uma palavra, um gesto nobre, para com as mães dessas creanças. Que não nos passe siquer pela mente a idéia do anatema. Ellas não são malvadas e sim desventuradas, pobres victimas da Ignorancia, essa maligna megéra que com a sua negra malha, tecida atravêz de muitos séculos prendeu a Mulher de tal forma, que ainda hoje, apesar dos esforços empregados para libertar-se, continúa esta sendo sua victima, e sob sua influencia commette verdadeiras monstruosidades. A nossa missão aparece clara, evidente: lutar agora imediatamente, para que não seja permitido o trabalho de creanças nas fabricas e nas oficinas, e a seguir, empregar todos os nossos esforços para que a instrução e a educação do sexo feminino se alastre a todas as classes sociaes, e não fique apenas patrimonio das classes privilegiadas, facto este que faz com que noventa por cento das mulheres se achem incapacitadas para missão que lhe impõe a maternidade (SOARES, 1917, p. 37).

Outro texto de mesmo tom discursivo, publicado seis anos depois pela Revista Feminina, trata-se de *O Medico e a Mulher. Dois grandes factores do progresso da pátria*, acompanhado de imagens de bebês e crianças. Uma dessas imagens é a de um bebê nu deitado de bruços, legendado com os dizeres: “Outro soldado da patria... em miniatura” (O MÉDICO [...], 1923, p. 38). O artigo aborda uma conferência proferida pelo médico Antonio E. Gouveia no contexto do *Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância*, ocorrido no ano anterior. Sobre a mulher, em trecho transcrito de sua fala, o médico defende sua educação formal e direitos igualitários, justifica sua defesa numa equação peculiar que aos olhos atuais seria tida como, ao contrário da intenção de Gouveia, de cunho excessivamente machista:

Mais uma vez ficou brilhantemente demonstrado o valor da actividade medica e feminina na evolução e no progresso das raças. Em verdade, tanto um como outra, são factores indispensaveis dentro da vida moderna, para a realização desse ideal humano de perfeição e de bondade. Ao medico, consciente de sua alta missão civilisadora, atravez do melhoramento das condições sanitarias e hygienicas, a orientação traçada pelo dr. Antonio Gouveia, é a mais logica e racional. Aconselha elle ao medico [...] a abnegação e o desinteressamento de certas questões mundanas, que, por sua natureza, disperdem atividades, desvirtuam a acção do sabio e chegam mesmo a annular faculdades de estudo e de observação. Parallelamente a estes conceitos traça o conferencista, com muita propriedade, o quadro das condições sanitarias do paiz. E, diante de nossos olhos desenrola-se a terrivel scena do nosso sertanejo, quasi que num completo abandono, em lucta titanica com a malaria, com o impaludismo, com todo o sinistro cortejo das doenças tropicaes. E, o dr. Gouveia indica esse campo, como o theatro da grande batalha da medicina brasileira, em pról do progresso patrio. [...] ‘Outro factor importantissimo na evolução social do Brasil futuro é a mulher, que deverá representar um papel superno na nossa ascensão physica e moral. Mas, para que a mulher brasileira realice este ideal nacional, precisamos rever os nossos canones em matéria de educação feminina, no sentido de uma instituição mais liberal, ou menos deshumana; attribuindo-lhe maior capacidade civil; e franqueando o transito ás suas possibilidades intellectuaes; de forma a harmonisar-se com equidade o concurso dos sexos na confecção do nosso progresso. Deixemos, á margem da estrada, o prelio byzantino, em que têm pelejado até doudas gentes, na faina exhaustiva de provar com exoticas cubagens cerebraes, e sophismas sedícios surrupiados da Anatomia e da Physiologia a fantasiada superioridade do homem sobre a mulher. Neste particular, atenho-me á doutrina assim commentada pelo scintillante espirito de Ramalho Ortigão: “A questão da desigualdade dos dois sexos foi julgada com lucidez inexcédível por Proudhon, e por Augusto Corate”. A mulher não é igual nem inferior ao homem; é-lhe equivalente. A formula prouthoniana é a seguinte: – o homem tem oito em força e 2 em belleza; a mulher tem 8 em belleza e 2 em força; de forma que o homem vale 8 mais 2 e a mulher 2 mais 8’ (O MÉDICO [...], 1923, p. 38-39).

Alguns anos depois, parecia que a enunciação referente à relevância da mãe e da puericultura estava mais do que estabelecida. Os excertos trazidos até aqui, comuns e recorrentes ao longo dessas publicações, constituem-se como evidências da emergência do enunciado da maternidade moderna ao materializarem a ordem discursiva produzida pelas instâncias científicas e higienistas de saber-poder. O contato com a massa documental possibilitou-nos acompanhar os discursos no *locus* mesmo de sua produção, diferente se tivéssemos tomado conhecimento do acontecimento da maternidade científica por meio de livros e fontes históricas secundárias. Constatamos, por meio das revistas, como operaram as relações de poder e sua competência subjetivadora e normatizadora dos corpos. Também percebemos que embora já se esboçasse uma preocupação com o nascituro desde o surgimento da Obstetrícia, aquele não era o personagem principal. As preocupações anunciadas por esse discurso circunscreviam-se em torno da sobrevivência do feto ao nascer e sua saúde durante o desenvolvimento na infância.

3.1.2 O prenúncio de um novo ator

O médico F. Mangin da Cunha, preocupado com a natimortalidade, publica na Revista Feminina em 1922 o texto *Proteção a Infancia: como diminuir a mortandade dos lactantes*, no qual apresenta a necessidade de um acompanhamento anterior ao nascimento, uma puericultura intrauterina:

Referindo-se recentemente ao problema da natimortalidade, o professor dr. Fernando de Magalhães declarou que o mesmo está estabelecido no Brasil, por força dos poucos cuidados que aqui tem sempre merecido a pueri cultura intra-uterina. Fazendo comparações entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, verifica que há na primeira destas cidades apenas 200 leitos para parturientes necessitadas, ao passo que na segunda existem pelo menos 2000. Calcula que no Rio somente a sétima parte dos nascimentos se dão nos hospitais, tendo lugar as seis partes restantes nos domicílios particulares, e portanto, poucas vezes seguidas regras de cuidado e hygiene indispensáveis a garantia de vitalidade dos recém-nascidos. Em S. Paulo dá-se mais ou menos o mesmo. Na França, com o fim de proteger desde antes do nascimento, uma lei conhecida pelo nome de Strauss, que determina o soccoror de “toda a mulher de nacionalidade francesa privada de recursos suficientes” [...]. A lei Strauss²⁹ assim posta em pratica se propõe a dois fins principaes: **de uma parte a puericultura intra-uterina, pelo repouso e vigilancia medica da mãe**, e por lado, a salvaguarda da criança pelo aleitamento materno acompanhado por uma fiscalisação medica constante (CUNHA, 1922, p. 15, destaque nosso).

O que é denominado “puericultura intra-uterina” tem pouca relação com a concepção atual do que é intrauterino. Em nossa cultura, já subjetivada pelas estratégias de visualidade do interior do corpo humano, tal expressão é compreendida como o acompanhamento do desenvolvimento do feto, mas Cunha assevera como ele e colegas da medicina entendiam a referida expressão, conforme trecho grifado: “pelo repouso e vigilancia medica da mãe”, ou seja, dar assistência às mulheres pouco antes e durante o parto, o que seria possível de ser ofertado pelas maternidades, incipientes ainda no país, conforme o mesmo texto aponta.

A problemática da maternidade na década de 1920 permanece centrada na formação do consenso de que a função maternal deveria ser exaltada na mulher e esta, ao assumir seu destino reprodutivo, era a única responsável pela saúde e bem-estar da criança por vir. O papel da medicina era o de fornecer orientação sobre o bebê e garantir sua chegada ao mundo pela via do parto. O período da gestação ainda não era tema que circulava nos discursos como um momento de cuidados e salvaguarda especiais destinados a mulher, tampouco ao feto.

Encontramos na seção *Consultorio Medico Gratuito* da Revista Feminina, assinada pelo Dr. Jobenfi, resposta ao questionamento enviado por correspondência pela leitora

²⁹Paul Strauss (1852-1942) foi jornalista e ministro francês da Higiene e Assistência Social, no período de 1922 a 1924, criando com outros colegas, em 1902, a Liga Contra Mortalidade Infantil. Não encontramos referência à aludida lei.

Marina, de São Paulo, sobre vômitos durante a gestação. Nos dias de hoje, essa não seria uma justificativa para a realização do procedimento de abortamento, entretanto, a leitora foi orientada pelo médico a realizá-lo. Em época anterior ao advento da pílula anticoncepcional, o médico explicita a forma como a gravidez era considerada: como um evento corriqueiro que não deveria ser cercado de atribulações e, mais ainda, o nascituro não era concebido como humano. Apesar da preocupação de que a garantia da enfermidade materna fosse comprovada pela medicina, a receita do abortivo é prescrita para ampla divulgação:

Marina. Nesta [cidade]. – Os vômitos da gravidez têm diferentes origens; o mais das vezes são, ou fenômenos de intoxicação materna pelo feto, ou o resultado de uma insuficiência hepática ou supra-renal. Quando esses fenômenos se acentuam e os vômitos se tornam incoercíveis pondo em perigo o organismo materno o único remédio consiste na provocação do aborto após um laudo unânime de diversos profissionais. Na maioria das vezes se obtém resultados bons, com o uso da seguinte fórmula: estovaina³⁰ 0,30/ sulfato de atropina³¹ 0,01/ sol. de adrenalina Davis³²/ água chloroformada³³ 10,00. Tome cinco gotas cada três horas (CONSULTORIO [...], 1920, p. 53).

O aborto no Brasil, país de cultura religiosa majoritariamente cristã, era de uma parte, moralmente malvisto, porém, a falta de disponibilidade de métodos contraceptivos tornava tal prática, por outra parte, corriqueira e clandestina. Era de conhecimento geral que as mulheres das classes urbanas dos estratos populacionais médio e alto praticavam o controle da natalidade tanto quanto as das classes mais baixas urbanas e as mulheres do campo. A medicina, em geral, condenava a prática, mas os limites pareciam ser bem mais tênues que os atuais, como indica o trecho citado acima, reforçando a ideia da inexistência do feto como já um ser humano. Igualmente, mais do que aos médicos, as mulheres recorriam às parteiras que, com suas bebidas fitoterápicas, auxiliavam na execução da tarefa (BESSE, 1999). Nesse cenário, o peso moral da prática do aborto, ainda que ilegal³⁴ e condenada pelo catolicismo, parecia ser menos opressivo. Muito provavelmente porque o feto não era dado a ver como ocorre nos dias atuais.

A preocupação sobre o período da gestação foi encontrada pela primeira vez no texto *A Syphilis, um dos Maiores Flagelos da Humanidade – a Syphilis Infantil*, publicado em 1938 na Vida Doméstica. Nele, aborda-se a posição de dois médicos americanos em campanha

³⁰Cloridrato de amilênio, usado atualmente como anestésico local.

³¹Substância anticolinérgica, indicada, ainda hoje, no tratamento de úlcera péptica, doenças do trato gastrointestinal e biliar, cólicas menstruais, cólicas ureterais e renais, assim como medicação pré-anestésica.

³²Substância vasoconstritora, recomendada para estados de choque circulatório, broncoespasmos severos, anafilaxia e na ressuscitação cardiopulmonar.

³³Substância anestésica, atualmente usada nas formulações como elemento conservante ou coadjuvante.

³⁴Sobre a legislação brasileira relacionada ao aborto, ver SÁ, A. B. G. Evolução histórica do aborto. **Conteúdo Jurídico**, 30 ago. 2016. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/47418/evolucao-historica-do-aborto>. Acesso em: 23 nov. 2019.

contra a sífilis, “mal pavoroso” que se alastrava, evidenciando novamente a inquietação frente ao elevado número de natimortos. Como propostas de enfrentamento à moléstia, considerada a principal causadora das mortes e das deficiências de crianças sobreviventes, o artigo advoga em prol da ampla divulgação sobre a doença e do cuidado da gestante doente.

Quais são os perigos da syphilis? Qual é a sua extensão em nosso paiz? Que é que a sciencia póde fazer agora? Que poderíamos fazer que, no emtanto, não fazemos? Há muito já que uma geração inteira reclama completo extermínio da traiçoeira syphilis, também chamada peste branca. [...] Desde que se descobriu que o dito micróbio espirálico, isto é, que tem feitio de saccarolhas, não se gera automaticamente, mas é transmitido pelos indivíduos que já o possuem no sangue, cabe a pergunta simples: porque é que a syphilis ainda não foi varrida do mundo? [...] **Houve a conspiração do silencio e da ignorancia!** [...] Parece que o micróbio da peste branca quer que sua victima o esqueça. E quando ninguém pensa nele, depois de cinco, dez ou vinte anos, lá dá elle os botes traiçoeiros, **ceifando a vida de inocentes recém-nascidos ou de quem ainda não havia aberto os olhos.** As mães recebem os micróbios e os transmitem através do sangue que alimenta o nascituro. Essa tem sido a principal causa do numero alarmante de **nati-mortos**, e de nascimentos antes do tempo no mundo inteiro! Em inúmeros outros casos a mãe, não cabendo em si de feliz por haver dado ao mundo um bebê gordo, forte e bello, dahi a um mez ou pouco mais o verá adoecer e muito frequentemente morrer antes de começar a falar! [...] A verdade é que para cada filho que nasce vivo, as mulheres que têm syphilis dão á luz cinco nati-mortos, quer dizer que em seis, só vingam um!!! [...] O tratamento dos filhos syphilicos é longo, deffícil e incerto. Elle deve ser feito de preferencia antes do nascimento. [...] O dito tratamento fazendo-se em geral em hospetaes de males antivenéreos acontece que a maioria das senhoras têm vergonha de irem faze-lo ali. Esse é um ponto importante do problema. No entanto, muitas vezes a syphilis teve origem innocente e nem sempre provem da vida desregrada. Ella é o mais serio inimigo da humanidade, e é responsável por quase todos os defeitos physicos como seja **da vista, dos olhos estrábicos; a surdez, as deformações, a loucura, a imbecilidade**, etc., e por essa razão deve ser combatida com todas as armas de uma nação (A SYPHILIS [...], 1938, p. 34-35).

Novamente, a mulher aparece como responsável por transmitir o mal, seja pela moral vigente não permitir falar sobre contágio por relação sexual, seja por acreditar-se que a sífilis estaria no sangue da mulher, a tornando a responsável pelo contágio do bebê, sem considerar um parceiro sexual como responsável pela contaminação da gestante. Mas esse texto traz novo elemento, como apontamos, o anúncio da preocupação com a saúde da futura criança anterior a seu nascimento, enquanto ainda no ventre materno. O feto começa a ser apresentado.

3.3 A INVENÇÃO DO PRÉ-NATAL: O FETO ALÇADO AO PROTAGONISMO

O termo pré-natal apareceu como substitutivo de puericultura intrauterina e foi encontrado nas revistas selecionadas como material empírico dessa pesquisa pela primeira vez em 1927, em um texto publicado sobre odontologia. O termo será recorrente em artigos dessa temática, indicando a preocupação frente às doenças dentárias graves e usuais na época, que

se tornavam sistêmicas nos organismos das mães, comprometendo a saúde do feto. Problemas dentários eram usualmente relacionados à falta de cálcio; a atenção às mães voltava-se ao cuidado à sua dentição para que o feto desenvolvesse bem sua parte óssea. O termo também foi utilizado para divulgar os serviços pré-natais ofertados pelas maternidades. Em *A Maternidade Envelhece a Mulher?* publicado em 1937 em *Vida Domestica*, o pré-natal é apresentado como um serviço a ser disponibilizado por centros de saúde e, sobretudo, como um momento de aprendizado sobre higiene:

A hygiene que é sciencia e é arte, dá á gestante todos os elementos precisos para que ella seja victoriosa nesta função que a deve orgulhar! A eugenia para onde toda a mulher deve lançar sempre os seus olhos, dita preceitos esplendidos para a conservação de sua mocidade e de sua beleza! O que envelhece a mulher não é a maternidade, e sim as dificuldades que muito cérebro mórbido inventa, são os preconceitos sociaes que muito puritano engendra, são os vícios e as taras hereditárias, são as cohetes de moléstias! Muitas famílias cercam a gestante de um mysterio e de um segredo, afastando-a do convívio de uma sociedade sã. Muitos puritanos teem o péssimo habito de prohibir a mulher de aprender ensinamentos para o bom êxito da concepção. Às vezes ouvimos e sentimos a opinião avassaladora de maridos que evitam que suas esposas frequentem Centros de Saúde onde pudessem aprender preceitos de Hygiene Pré-Natal. Não nos falta também a serie imensa de crendices e superstições ridículas e absurdas, a toda a prova, que se enraízam nas classes incultas (e até nas elevadas) em torno deste momento soberbo e sublime da mulher! E ainda temos, para cumulo de sacrificios da mulher, a opinião de certos maridos que encaram as suas esposas como machinas procreadoras, sem lhes darem um ambiente de hygiene para o seu physico e de optimismo para o seu espirito, sem lhes facultarem os mais comesinhos cuidados para o seu bem-estar! (SALLES, 1937, p. 165).

Esse fragmento demonstra que a mãe dá lugar à gestante, termo mais técnico e restrito à fase em que gesta, mas, mais que isso, traz à tona elementos que nos auxiliam a compreender o jogo de forças entre uma moral supostamente atrasada e preconceituosa frente aos preceitos higienistas e a moral moderna, científica e, porque não, feminista, do reconhecimento do lugar enobrecedor da maternidade.

Como vimos, para a medicina, via obstetrícia, adentrar à cena do parto e aproximar-se do corpo feminino foi um acontecimento alargado no tempo e no espaço; acontecimento este que enfrentou resistências culturais, morais e práticas antes de ser instituído como verdade. Mas se no início da prática no século XIX a figura do médico era recebida com ressalvas, em meados do século XX já estava estabelecida a convicção de que era o médico quem deveria ser procurado para orientar a mulher frente às angústias da maternidade. E isso teria um custo. Rachel de Queiroz publicou, em 1962, um texto na revista *A Cigarra*, intitulado *O Preço de um Filho*, com o propósito de indicar a novidade dos pré-natais: o exame para detectar a gestação, que passava a ser acompanhada desde seu início.

Bem, começando do começo, isto é, dos antojos, vamos à primeira despesa específica provocada pelo nascituro, isto é, a reação de Galli-Manini³⁵, que custa bom dinheiro no laboratório, para saber se é neném mesmo. Mas antes de fazer a reação se vai ao médico, pois ele é que pede o exame. Bote mais na conta. A reação é positiva, e então se inicia o tratamento pré-natal. No doutor caro, seu conto e quinhentos, dois contos por consulta. No doutor do subúrbio, uns 20% menos. E enquanto se processa o pré-natal, e a futura mamãe, se fôr de tipo moderno toma aulas de ‘parto sem dor’ (também não é barato), vai-se dando início ao enxoval do viajante [...]. E pronto o enxoval, chega o dia do feliz evento: o marido que prepare o dinheiro do táxi, uns cinco dias de casa de saúde, pagamento ao doutor, as gorjetas às enfermeiras. Será demais cinquenta contos? Bem, talvez seja, mormente, se o marido tiver hospital de Instituto ou Ipase³⁶ (QUEIROZ, 1962, p. 95-96).

Já nas primeiras linhas da matéria, percebemos que ela se direciona a uma parcela restrita da população brasileira, àquela que tem acesso aos recursos biotecnológicos tão logo eles aportam no país; recursos estes inacessíveis à maioria das mulheres da época. Embora a possibilidade concreta de realizar um pré-natal fosse para poucas, a revista difundia a prática e provocava o desejo pelo consumo das novas tecnologias disponíveis. Em matéria *O que a medicina pode fazer pelas crianças*, publicada em 1971 pela Pais & Filhos, constatamos outra estratégia posta em prática. Para difundir a procura pelo pré-natal, criou-se a categoria de gestação de risco, que, de acordo com especialistas, abrangeria metade de todas as gestações. O excerto abaixo também evidencia a entrada do feto no protagonismo do fenômeno pois, o risco na gravidez estaria muito mais circunscrito ao processo da gestação e à saúde do feto e muito menos à saúde da mulher.

A obstetrícia não é uma clínica infantil, mas visa, essencialmente, o bem-estar da criança, através da preservação da saúde da mãe, do bom andamento da gravidez e do parto. Nestes últimos anos, a maioria dos progressos em obstetrícia surgiram da preocupação com um tipo de gravidez recentemente classificado: as chamadas gestações de risco elevado. São elas todas as que apresentam condições materiais de ou evolução anormal que façam pressupor perigo para o filho. A partir dessa classificação – que abrange mais ou menos 50% do total de gravidezes – estabelece-se uma rotina especial de acompanhamento, cujo objetivo é descobrir, através de uma série de exames clínicos e laboratoriais, doenças inaparentes (sem sintomas) que possam vir a prejudicar a gestação e o feto (COSLOVSKY, 1971, p. 40).

³⁵Implementado na década de 1950, tratava-se de técnica pouco sensível e funcionava somente a partir da quarta semana de gestação. Consistia na injeção da urina de mulheres, suspeitas de gravidez, em sapos machos, pois se essa substância estivesse presente naquelas mulheres, fariam com que o anfíbio eliminasse espermatozoides. Na década de 1960, surgiram os primeiros ensaios comerciais baseados em anticorpos contra HCG (*Human Chorionic Gonadotropin* – Gonadotrofina Coriônica humana) e em técnicas de hemaglutinação, que tinham melhor reprodutibilidade e antecipavam o diagnóstico em uma semana, mas sua sensibilidade ainda estava longe do ideal. Os testes utilizados hoje em dia começaram a ser desenvolvidos a partir de 1970 (FLEURY [...], 2006).

³⁶Em 1930, o Ministério do Trabalho incorporou as Caixas de aposentadoria e pensões, instituídas em 1923, e estendeu a garantia a um número significativo de trabalhadores, criando, portanto, os Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos (IAPM), dos Comerciais (IAPC), dos Bancários (IAPB), dos Industriários (IAPI) e de outras categorias profissionais. Em 1938, foi criado o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE). Após 1945, os Institutos de Aposentadoria e Pensões expandiram suas áreas de atuação, incluindo serviços na área de alimentação, habitação e saúde (FUNDAÇÃO [...], 2017).

Dez anos mais tarde, na edição de setembro de 1982 de Pais & Filhos, o texto de apresentação do caderno *Pré-Natal: a rotina indispensável ao sucesso da gravidez*, assevera:

O exame pré-natal é uma conquista da mulher, uma consequência de sua valorização como pessoa e do reconhecimento de uma de suas funções que mais merece apoio e proteção: a maternidade. A tecnologia passou então a ser usada em favor da mulher, descobrindo métodos para conhecê-la, desvendá-la, e fazer com que produza ótimos frutos. Surgiu a partir daí o pré-natal, visando assegurar à gestante uma espera tranquila e feliz. Nesta série de exames, cuja rotina você vai conhecer agora, o obstetra adquire o controle de todos os probleminhas da grávida e da saúde do bebê, o que garante o êxito destes nove meses em que prepara um novo ser (MENDONÇA, 1982, p. 27).

Esses últimos três trechos nos ajudam a localizar a ampliação do pré-natal como estratégia de acompanhamento da gestação do início ao fim. E, da mesma forma que o corpo grávido estava disponível ao exame minucioso da medicina, o momento do parto foi também exaustivamente escrutinado. Se o tempo entre contrações e as medidas de dilatação foi analisado, as diferentes posições fetais também foram catalogadas, possibilitando o estudo e, por conseguinte, o desenvolvimento de técnicas precisas para lidar com cada uma das distintas situações (MARTINS, 2005).

A humanização do feto e a consequente objetificação da mãe/mulher, tal qual a construção da maternidade moderna, também foram processos que enfrentaram resistências até se estabelecerem como parte da ordem discursiva dos tempos hodiernos. Para além do contato com o corpo da mulher no instante do parto, as técnicas empregadas para realizar os exames manuais e aqueles de medições alargaram o conhecimento sobre a superfície desse corpo e de seu funcionamento, suas alterações e medidas, ampliando a viabilidade de diagnósticos de gravidez. Mas esse interior somente era conhecido por meio de práticas anatômicas. Seguindo o modelo anatomopatológico, a obstetrícia também se ocupou em descrever minuciosamente e com rigor científico, via imagens anatômicas, tais corpos. As imagens ensinavam a vê-los e a examiná-los (MARTINS, 2005).

No artigo de 1970 da sétima edição de Pais & Filhos, chamado *A História do Parto*, tal problemática é abordada desde os tempos pré-históricos matriarcais. A matéria apresenta um levantamento de informações criterioso. Critica o obscurantismo da idade média, quando era comum o procedimento de embriotomia³⁷; apresenta a cadeira obstétrica e conta da invenção do fórceps. Mas, principalmente, posiciona a produção da maternidade moderna como uma conquista recente, fruto de uma dita evolução científica e de grande benefício para gestantes:

³⁷Operação que consiste em fragmentar o feto no útero para tornar possível a sua extração.

Nem sempre a mulher encarou a maternidade como sua especialidade e sua glória. Num tempo em que não havia biólogos a lhe impor uma responsabilidade genética, nem cientistas a lhe dizer os perigos que corria, ter filhos era fácil, rápido e indolor. Em qualquer lugar, em qualquer circunstância e quase sempre sozinha, ela dava à luz, exatamente como via os animais fazerem. [...] Muitos séculos se passaram até que a gravidez se tornasse novamente uma coisa natural. Foi preciso vencer a ignorância das parteiras, as superstições, os pudores e até egoísmos pessoais. [...] **Aliás não é de estranhar que o feto fôsse um perfeito desconhecido, num tempo em que a anestesia já começava a ser usada e o parto com fórceps deixara de ter segredos.** Desde a pré-história o desenvolvimento da obstetrícia se fez em câmara lenta e com tropeços [...]. Mas a Renascença se aproximava e foi preciso partir praticamente do zero. [...] Pela primeira vez os médicos falam sobre sintomas de gravidez e são capazes de identificá-los. [...] Tudo de mais moderno que a Medicina tem a oferecer hoje à gestante é conquista recente. No vertiginoso processo de desenvolvimento da Obstetrícia durante todo o século XIX e princípios do XX, nossas bisavós e avós foram pouco mais que cobaias. Tinham poucos conhecimentos de cuidados pré e pós-natais e, o que é mais absurdo, não faziam a menor idéia de como nasciam seus filhos [...]. A mulher de meados do século XX foi a grande beneficiária de tudo isto. Tem muito mais sorte até que a antepassada mais próxima, sua mãe. Recebe assistência completa durante a gravidez, está praticamente livre das complicações do parto graças à moderna cirurgia obstétrica, desconhece as infecções pós-parto, pois a assepsia é preocupação fundamental. Com o método psicoprofilático do parto sem dor não precisa mais sofrer, e já há a possibilidade de que seus filhos nasçam perfeitos através da operação fetal (LOBO, 1970, p. 42-50, destaque nosso).

Além de demonstrar a recepção enaltecida do pré-natal, importante informação oferecida é a destacada, sobre a recente descoberta do feto, posterior até mesmo ao uso de anestesia e do fórceps.

No artigo *As 10 Posições Erradas do Bebê que Vai Nascer* publicado na Pais & Filhos em 1971, ele aparece. Aborda-se o parto e os problemas de posicionamento do feto no interior do útero por meio de desenhos e legendas em que cada posição é explicada. A reportagem, anterior ao advento da ultrassonografia, informa que o médico tem treinamento para reconhecer a posição do feto no interior da barriga pelo toque e, por isso, tem a possibilidade de modificá-la por manobras específicas antes do parto. Tais desenhos tornam-se comuns ao longo dos anos em diversos artigos da revista Pais & Filhos, selecionamos alguns deles (Figuras 7, 8, 9 e 10) para ilustrar como essas imagens condensam os enunciados possíveis após a emergência das fotografias de Nilsson, lembrando a influência que a publicação periódica alemã *Eltern Magazin* teve no conteúdo de Pais & Filhos. Nos desenhos que seguem, a silhueta do corpo gestante aparece quase apagada, indicando a transferência de seu protagonismo no evento para quem lhe habita. O feto flutua em fundo azul, remetendo-nos ao céu. Se os fetos de Nilsson pareciam astronautas flutuando no espaço, aqui os fetos têm aura celestial. Olhando a figura 8, lembramos do dito do bebê coroado, pronto para nascer. A bacia da mulher é sua coroa angelical, montando um modo de ver ancorado nos enunciados da maternidade científica e ao mesmo tempo remetendo à sacralidade da vida por vir.

Figura 7 – Desenho legendado: “A posição normal, em que 94% dos bebês nascem, é de cabeça para baixo. E na hora do parto o topo da cabeça surge primeiro.”

Fonte: Rachel (1971, p. 6). Acervo Biblioteca Mario de Andrade.

Figura 8 – Desenhos legendados: “Ficar de cabeça para cima é uma das posições anormais, tendo três variantes na hora do parto: ou surge primeiro a nádega [esquerda], ou a nádega e os pés [acima à direita] ou ainda apenas os pés [abaixo à direita].”

Fonte: Rachel (1971, p. 7). Acervo Biblioteca Mario de Andrade.

Figura 9 – Desenho legendado: “A mais rara das posições é aquela em que o bebê está deitado na bacia da mãe. É o caso de cesariana.”

Fonte: Rachel (1971, p. 8). Acervo Biblioteca Mario de Andrade.

Figura 10 – Desenhos legendados: “Variações da posição normal: nuca para trás [esquerda] ou a frente da cabeça surge primeiro [direita].”

Fonte: Rachel (1971, p. 9). Acervo Biblioteca Mario de Andrade.

E aqui podemos perguntar, mas antes da famosa capa do feto astronauta de 1965 na revista *Life*, não se via imagens de embriões e fetos? Nas publicações do arquivo não encontramos nenhum desenho ou fotografia do feto até 1950. A primeira imagem de um embrião encontrada foi uma fotografia (Figura 11), publicada na seção *Panorama do Mundo* de A Cigarra, legendada com os dizeres: “O Departamento de Embriologia do Instituto

Carnegie³⁸ conseguiu tirar esta fotografia única do embrião humano aos quarenta dias de vida. É nesta fase de desenvolvimento que o feto apresenta os primeiros característicos da espécie humana. Tempos que não voltam” (PANORAMA [...], 1950, p. 144).

Figura 11 – Fotografia apresentada como embrião humano aos 40 dias

Fonte: Panorama [...] (1950, p. 144).

Essa mesma imagem também foi publicada no mesmo ano, 15 anos antes do ensaio de Lennart Nilsson, na revista *Life*, em matéria sob o título *The Human Embryo*, com a legenda: “Embrião de 40 dias encontra-se em saco aquoso, cercado pela membrana extra-embrionária cuja massa fibrosa se prende ao útero” (THE HUMAN [...], 1950, p. 79, tradução nossa). O texto informa que as fotografias são de espécimes coletados por embriologistas e apresenta o desenvolvimento embrionário da concepção ao nascimento. Algumas imagens, como a figura 12, referenciam o embriologista que forneceu o espécime para registro fotográfico, outras, como a figura 13, sem referência, parecem ser moldes. Independente da moldagem biológica ou inorgânica, todas parecem figuras monstruosas.

³⁸Inaugurado em 1914 e dirigido por Franklin P. Mall, professor de anatomia da Universidade Johns Hopkins, onde levou sua coleção pessoal de 800 embriões humanos. Ao longo dos 15 anos seguintes os professores do departamento de Embriologia do Instituto de Carnegie estudaram o desenvolvimento normal e patológico dos embriões, contabilizando mais de 10 mil deles. Mall e sua equipe catalogaram a coleção e construíram padrões e normas para conceituar tanto a sequência quanto os estágios de desenvolvimento fetal, ainda empregada nos dias atuais (WELLNER, 2010).

Figura 12 – Fotografia de embrião de sete semanas de gestação da coleção de J. M. Essemberg, Escola de Medicina de Chicago

Fonte: The human [...] (1950, p. 80).

Figura 13 – Crescimento fetal semanal pelo esqueleto, montado por Rudolph Skarda, Universidade da Califórnia

Fonte: The human [...] (1950, p. 81).

Na quarta edição da revista Pais & Filhos, de dezembro 1969, narra-se como acontece a formação do rosto do feto por imagens tão surreais quanto as do artigo da *Life* acima. O texto é acompanhado por duas fotografias das faces de fetos (Figuras 14 e 15) em estágios diferentes do desenvolvimento embrionário. Estranhas aos olhos contemporâneos, poderíamos pensar que tais imagens tratam-se de bonecos moldados para alguma produção cinematográfica de ficção científica.

Figura 14 – Fotografia da formação do rosto fetal com seis semanas de gestação

Fonte: Nahoum [Imagem de *Eltern Magazine*] (1969, p. 38-39).

Figura 15 – Fotografia da formação do rosto fetal com dez semanas de gestação

Fonte: Nahoum [Imagem de *Eltern Magazine*] (1969, p. 40).

A diferença principal desses retratos de espécimes fetais com características monstruosas e as fotografias instigantes de Nilsson está na montagem das últimas, só possibilitadas pelo contexto tempo-espacial no qual foram criadas. A correlação entre a representação de embriões e fetos com seres extraterrestres é fácil de ser estabelecida visualmente, o feito de Nilsson foi o de produzir o cenário fantástico para dar ao fenômeno *status* de vida. As figuras com características científicas, como representação de evidência, supostamente causaram mais espanto que interesse, Nilsson retirou o feto do rol do campo do estranhamento e o transportou para o âmbito da cultura, humanizando-o. Aqui, vale recuperar elementos da história do nascituro.

3.3.1 Antes, o não-nascido

Em 1573 o cirurgião francês Ambroise Paré (1510-1590) lançava o livro *De Monstros e Prodígios*, no qual compilou casos de monstruosidade de toda ordem, desde deformações, malformações, gêmeos siameses adultos até monstros marinhos, incluindo o aparecimento daquilo que denominou de monstros gerados no útero. Esses casos foram registrados e coletados através das histórias que chegavam de registros de médicos e estudiosos, sendo representativos dos discursos correntes. Sob o subtítulo *Um Exemplo de Combinação ou Mistura de Sementes*, aborda sobre monstros nascidos de mulheres que seriam metade humanas, metade animais:

Há monstros que nascem com uma forma que é meio animal e a outra humana, ou retendo tudo de animais, que são produzidos por sodomitas e ateus que “se juntam” e saem de seus limites – inaturalmente – com os animais, e disso nascem vários monstros hediondos que trazem grande vergonha àqueles que olham para eles ou falam deles. No entanto, a desonestidade está na ação e não em palavras, e é, quando é feito, uma coisa muito infeliz e abominável, e um grande horror para um homem ou uma mulher se misturar ou copular com animais brutos; e como resultado, alguns nascem meio-homens e meio-animais (PARÉ, 1982, p. 67, tradução nossa).

O estudo sobre monstros foi usual durante toda a história ocidental. O naturalista e zoólogo francês Etienne Geoffroy de Saint-Hilaire (1772-1844), considerado hoje o fundador da embriologia, tinha particular interesse pela formação embrionária de monstros. Saint-Hilaire, ao aplicar maior empirismo nas hipóteses para justificar a ocorrência de monstros, deduziu que a formação do monstro no útero da mulher poderia acontecer, por exemplo, quando o processo de desenvolvimento de um órgão de um animal da espécie humana, era repentinamente interrompido, fixando-se no que deveria ser a forma de um processo transitório do órgão, mantendo características de um animal inferior, de outras espécies. Seu filho, Isidore Saint-Hilaire (1850-1861), aos seguir seus passos, publicou, em três volumes, a obra *Tratado de Teratologia* (1832-1836), impulsionando ainda mais o campo e nomeando a ciência em atividade até hoje, qual seja, a Teratologia, termo originário do grego, significando o estudo dos monstros. Atualmente diz respeito ao ramo da medicina que estuda as malformações congênitas (LORENZ, 2007).

Em decorrência da possibilidade do nascimento de monstros, a gravidez era somente considerada verdadeira quando a mulher dava luz a uma criança humana, inclusive natimorta; do contrário, se o nascimento resultasse em indivíduos inoportunos, estes eram dissecados, analisados e classificados com distintos tipos de monstruosidades, não sendo reconhecidos, portanto, como fetos. A pesquisadora alemã de gênero e história médica Barbara Duden (1942-) analisou registros médicos alemães do início do século XVIII, e concluiu que a

pessoa se considerava grávida, naquela época, a partir das experiências físicas de enjoos, aumento dos seios e do momento que sentia algo mexer em sua barriga, por volta do quarto mês de gestação. Somente a ausência de menstruação não era fator suficiente para assegurar a ocorrência de uma fecundação, tal ausência poderia evidenciar algum bloqueio ou retenção de males da saúde ou espirituais. O que nos dias atuais é tido como aborto espontâneo ou nascimento prematuro, era compreendido no século XVIII como limpeza do útero ou um monstro sendo expelido (DUDEN, 1999).

No Brasil Colônia, tal entendimento não diferia muito desse apresentado por Duden. Em *Novo Método de Partejar, recopilado dos mais famigerados sábios e doutores*, obra portuguesa de 1772 que circulou no Brasil, fazia parte do rol dos partos complicados descritos no compêndio alguns exemplos de partos que pudessem ter monstros como resultado. O “parto de embrulho”, por exemplo, era quando nascia um ser “são ou enfermo, perfeito ou monstruoso” mas revestido das “membranas que dentro do mesmo útero o continham”. Havia também o “parto falso ou de falsos engendros”, que não fazia emergir “criatura racionalmente animada”, mas “concreto de sangue ou linfa”, do qual “diferentes molduras e consistências lhe resultam diferentes formas”, “molas ou bichos”. (AFONSO; MELO³⁹, 1772, p. 5 *apud* DEL PRIORI, 1993, p. 258).

Duden (1999) também pesquisou as representações de feto elaboradas por desenhistas anatômicos entre os séculos XVI e XVIII e considerou que havia no período certa impossibilidade de produzir uma representação de feto ou embrião tal qual conhecemos hoje; durante esse período o feto era mostrado ora como um bebê descansando na almofada placentária, ora como um pequeno homem esqueleto, ou ora como um homúnculo, miniatura de humano. Entendemos que o mesmo acontece com os monstros gerados: via-se o que era possível ser visto pelos olhos viventes de um dado tempo histórico, uma vez que os fenômenos disponíveis ao campo da visão são correlatos diretos das representações do campo das ideias e do pensamento.

A história do feto moderno talvez comece com o médico anatomista alemão Samuel Thomas Soemmerring (1755–1830). Em 1799 ele produziu o que é considerado a primeira série de imagens sequenciais para mostrar/apresentar o desenvolvimento de embriões humanos. Sua intenção foi preencher uma lacuna nas imagens acerca do desenvolvimento intra-uterino ainda nas fases iniciais, pois considerava as figuras antigas grosseiras, pouco detalhadas e fidedignas (BUKLIJAS, T; HOPWOOD, 2008). Desde então, as imagens fetais

³⁹AFONSO, M. J.; MELO, J. F. **Novo método de partejar, recopilado dos mais famigerados sábios e doutores**. Lisboa, Miguel Rodrigues, 1752.

em pose de espécimes começaram a ser elaboradas por anatomistas e embriologistas de modo cada vez mais acurado. Mas, vale ressaltar, a visualidade interna do corpo grávido vivo e do embrião/feto no seu habitat natural somente foi possível com a emergência da ultrassonografia obstétrica.

3.4 ABRAM-SE AS CORTINAS: O FETO VISTO AO VIVO

A tecnologia empregada na criação da ultrassonografia é resultado do desenvolvimento do eco pulsado somado à tecnologia do *Sound Navigation and Ranging* (SONAR), dispositivo eletrônico desenvolvido com o propósito de auxiliar navegações submarinas durante a Primeira Guerra Mundial. Como tecnologia biomédica, a aplicação da ultrassonografia para fins diagnósticos aparece pela primeira vez em 1940. Durante as duas décadas seguintes são realizadas muitas pesquisas e, por conseguinte, vários aparelhos são desenvolvidos na Europa, Japão e Estados Unidos da América (WOO, 1999). Em 1958 o artigo *Investigation of abdominal masses by pulsed ultrasound*, dos médicos escoceses Ian Donald, J. MacVicar e T. G. Brown inaugura o uso do aparelho como tecnologia de pré-natal. O estudo, considerado divisor de águas no campo da obstetrícia, apresenta pela primeira vez imagens fetais ultrassonográficas, conforme as figuras 16, 17, 18 e 19.

Figura 16 – Contorno de crânio fetal - 34ª semana gestacional

Fonte: Donald, Macvicar, Brown (1958, p. 1192).

Figura 17 – Útero na 14ª semana gestacional, mostrando ecos do feto em direção à metade esquerda do órgão

Fonte: Donald, Macvicar, Brown (1958, p. 1193).

Figura 18 – Contorno de seção transversal do corpo fetal dentro de saco amniótico distendido

Fonte: Donald, Macvicar, Brown (1958, p. 1193).

Figura 19 – Gêmeos: ambos aparecem na investigação por meio da pélvis

Fonte: Donald, Macvicar, Brown (1958, p. 1193).

Nessas imagens, bastante rudimentares quando comparadas às produzidas pela ultrassonografia obstétrica dos dias de hoje, só é possível entender o que representam por estarem acompanhadas de informações indicativas de serem de embriões e fetos. Se descontextualizadas das legendas, são borrões, que mesmo com alguma imaginação, dificilmente concluiríamos o que de fato retratam. Desde seu início, a ultrassonografia biomédica, feito atribuído a Ian Donald (1910-1987), alterou a forma-conteúdo de se fazer medicina, ampliando sobremaneira a relação com o campo do visível. Dado seu pioneirismo, atualmente, suas correspondências, anotações biográficas, produções escritas sobre planejamento familiar natural, campanha antiaborto, dentre outras temáticas estão arquivadas e acessíveis no *NHS Greater Glasgow and Clyde Archives*⁴⁰, um dos maiores arquivos médicos do Reino Unido.

⁴⁰Disponível em: <https://archiveshub.jisc.ac.uk/search/archives/6fb91624-5921-3303-bd39-49e16b631e7c>. Acesso em: 20 fev. 2019.

3.4.1 Ultrassonografia fetal no Brasil

Investigando a história do ultrassom no Brasil, descobrimos que o primeiro aparelho chegou em Recife em 1973, seguido de São Paulo em 1974, e do Rio de Janeiro em 1975. A partir de 1977, decorrente da melhoria na qualidade das imagens, tornou-se possível a um profissional treinado identificar tecnicamente o sexo anatômico em bebês no sétimo mês de gestação. Na primeira década da ultrassonografia fetal no Brasil, esse dispositivo era acessível a poucos médicos, principalmente aqueles que trabalhavam nas universidades, atendendo a casos de avaliação muito específicos baseados nos achados fora do comum de uma gestação. Em maternidades particulares, esses mesmos médicos ofereciam acesso ao equipamento de forma mais flexível, a uma população que poderia arcar com os custos dessa oferta. Estima-se que em 1982, apenas 10% das gestantes submetiam-se a esse procedimento, no entanto, a partir da década de 1990, com a nova legislação do SUS e a regulamentação dos planos de saúde privada, a imagem produzida pelo ultrassom fetal popularizou-se. Além da expansão de seu emprego na medicalização da gravidez e do parto, passou a figurar como um produto desejado e esperado por pessoas gestantes. Em 2012, o Brasil era o segundo país do mundo em aparelhos de ultrassom, atrás somente dos Estados Unidos (CHAZAN, 2008; CHAZAN, 2007; AMARAL e SANTOS, 2012).

Concernente às políticas públicas na área da saúde efetivadas pelo Estado brasileiro, em 1960 foi implementado um conjunto de ações voltado para a saúde da mulher, priorizando as demandas relativas à gravidez, ao parto e à criança. Duas décadas depois, em 1983, foi lançado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que ampliou o rol de cuidados para a mulher ao propor ações relativas à integralidade e a uma abordagem global em todas as fases do ciclo vital feminino, ainda que direcionando maior atenção ao pré-natal. Na sequência, a partir da implantação do SUS, o Ministério da Saúde (MS) assumiu o compromisso da promoção da maternidade segura, adotando estratégias para expandir a atenção ao pré-natal, seja pelo cuidado à atenção básica, seja pela Estratégia de Saúde da Família (ESF) – programa criado em 1994. Alguns anos depois, em 2002, com o advento do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN), a assistência às gestantes foi normatizada por meio do estabelecimento do número de consultas, exames laboratoriais e ações de educação em saúde, em conformidade com os protocolos internacionais. Por fim, em 2011, foi lançada a Rede Cegonha (RC), garantindo “às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e às crianças o direito

ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis” (CRUZ; CAMINHA; BATISTA FILHO, 2014, p. 91).

Referente a ultrassonografia obstétrica, o posicionamento do Ministério da Saúde assevera que:

Não há evidências que apoiem a solicitação de ultrassonografia de rotina durante a gestação, pois não existe demonstração científica sobre a redução da morbidade e da mortalidade perinatal ou materna. A realização precoce da ultrassonografia (< de 24 semanas) durante a gravidez pode auxiliar na melhor determinação da idade gestacional, detecção precoce de gestações múltiplas e no diagnóstico de malformações fetais clinicamente não suspeitas. No entanto, mesmo o benefício da realização da ultrassonografia precoce permanece assunto controverso. Dessa maneira, pode-se dizer que o exame de ultrassom pode ser recomendado como rotina nos locais onde ele esteja disponível para ser realizado no início da gestação, mas a não realização não constitui omissão, nem diminui a qualidade do pré-natal (BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE, 2018).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), por seu turno, considera os cuidados pré-natais uma oportunidade para oferecer suporte às mulheres, famílias e comunidades, além de poderem salvar vidas. Acerca da ultrassonografia a OMS recomenda, no cuidado de rotina, se possível, a realização de um exame “antes das 24 semanas de gestação para estimar a idade gestacional, melhorar a detecção de anomalias fetais e gravidezes múltiplas, reduzir a indução do trabalho de parto para gestações pós-termo e melhorar a experiência da mulher na gravidez” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2016). As recomendações divulgadas pela OMS e Ministério da Saúde são embasadas em evidências de publicações científicas, não só do campo médico, mas também dos campos social, cultural e da psicologia.

A ultrassonografia a que tais protocolos fazem referência é a 2D. Grosso modo, suas imagens preto e branco, resultado da reflexão das ondas sonoras sobre uma superfície, são dependentes do contraste entre as diferentes densidades estruturais, “o líquido amniótico aparecerá como imagem ‘escura’ e as estruturas ósseas, mais ‘claras’; as demais estruturas - pele, músculo, etc - aparecerão como tonalidades intermediárias dependendo da sua densidade” (BAILÃO, 2017). Tais imagens são de identificação dificultosa por olhos pouco treinados, ainda que já tenhamos nos habituado a vê-las, a certificação oferecida por pessoa com saber técnico é essencial. Em ambos os protocolos, MS e OMS, é possível entender que a realização de uma única ultrassonografia, durante o pré-natal de uma gestação considerada sem risco, seria recomendável, entretanto, se não houver possibilidade não é um procedimento vital, uma vez que não há evidência de redução de mortalidade neonatal por seu emprego. Ainda que o SUS seja um programa de abrangência nacional, seu financiamento tripartite, envolvendo escalas de gestão pública nos âmbitos federal, estadual e municipal do país, acaba por gerar disparidades na oferta de cuidados entre diferentes regiões e municípios.

Há localidades onde as mulheres têm à disposição equipamentos de ultrassonografia de excelente qualidade, equipes multidisciplinares e acesso rápido a maternidades e hospitais, ao contrário de outras localidades, nas quais a disponibilidade de tais recursos pode ser escassa ou sequer existir. Essa realidade brasileira poderia nos fazer supor que a circulação da imagem fetal é restrita em nosso país, uma vez que não é amplamente acessível de forma gratuita, porém outras variáveis precisam ser consideradas. Nos últimos anos houve a expansão de clínicas populares, ofertando serviços como exames de imagem a preços módicos. Muitas mulheres de todas as regiões do país e classes sociais, já subjetivadas pela tecnologia do pré-natal e sua técnica de visualização do feto via imagens ultrassonográficas, buscaram e buscam por esses serviços particulares, garantindo-lhes, assim, a “primeira foto do bebê”.

Além disso, de acordo com dados fornecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (2019), quase 47 milhões e meio de brasileiros (aproximadamente 25% da população) são beneficiários de planos privados de saúde, levando-nos a supor que cerca de um quarto das mulheres grávidas têm acesso ao setor privado de saúde. O rol de ofertas de exames pré-natal na saúde suplementar é bastante variado de acordo com o plano contratado, mas, via de regra, ao menos uma ultrassonografia é solicitada para cada trimestre da gestação, entretanto, os planos de saúde não cobrem despesas de ultrassonografias 3D e 4D, a não ser em gestações de risco, sob solicitação médica. O ultrassom 3D chegou ao Brasil em 1997 e o ultrassom 4D 5 anos depois. Suas tecnologias trazem aprimoramentos na qualidade das imagens por meio do uso de *softwares* e transdutores específicos, facilitando sua visualização. (AMARAL e SANTOS, 2012). Diferentemente da ultrassonografia comum, que produz um corte da imagem do feto, no ultrassom 3D o aparelho captura simultaneamente vários cortes, produzindo uma imagem com profundidade, assim como, aos diferentes tons de contraste é acrescentado cor, construindo imagens com características muito próximas a uma fotografia colorida. Já no ultrassom 4D, a imagem tridimensional é feita em sequências muito rápidas, acrescentando movimento (CAPISTRANO, 2012). Seja qual for o procedimento para dar a ver o feto, este torna-se um objeto visual, passível de ser consumido como entretenimento. Na contemporaneidade, é prática comum e até sugerida pelas clínicas que a gestante vá ao exame acompanhada de familiares próximos; além do pai da futura criança, podem estar presentes irmãos, avós, padrinhos e tios.

3.4.2 Um outro/novo humano

Ao longo das edições de Pais & Filhos, encontramos diversas reportagens dedicadas a abordar as etapas do desenvolvimento fetal, todas ilustradas com imagens, sobre possíveis sensações do feto, cuidados necessários para protegê-lo, fases de gestação da mãe e até complicações de parto. As imagens eram ora desenhos, ora fotografias, ora imagens ultrassonográficas, por vezes misturadas na mesma reportagem. Por todas elas, evidencia-se que o pré-natal se consolidou como prática de cuidado gestacional, de maneira que o protagonismo da mãe se não é transferido completamente, passa a ser dividido com o feto. Em edição especial sobre a gravidez, de 1978, o editorial anuncia:

Logo que sabe que vai ser mãe – ou mesmo na fase da torcida – toda mulher se interessa em saber *tudo* sobre a gestação e o parto: de que forma o bebê se desenvolve no útero materno, o que se passa num parto normal e numa cesariana, como deve ser a dieta da gestante e quais os principais cuidados de beleza durante a gravidez e após o parto. GRAVIDEZ fala sobre tudo isto e traz matérias sobre o bebê: a escolha do nome, a preparação do enxoval, os primeiros cuidados de higiene do recém-nascido, etc. Aqui está a quarta edição de GRAVIDEZ. Carinhosamente revista e atualizada para tornar sua espera mais tranquila (TERESA, 1978, p. 3).

Um pouco antes dessa edição especial, em fins de 1977, já havia sido publicado um texto sobre as tecnologias da medicina para diminuir os riscos da gestação, de exames clínicos a equipamentos, mas ainda nenhuma técnica envolvendo a tecnologia médica imagética foi abordada. A primeira vez que surge qualquer referência ao procedimento data de 1980, com a reportagem *Ultra-Sonografia: um retrato da evolução do bebê*. Nela, explica-se o que é o aparelho, qual sua função, objetivos do exame e os casos nos quais é solicitado, além de informar acerca das mínimas chances de detectar o sexo anatômico. Em seção da mesma reportagem, denominada *O que o especialista é capaz de interpretar*, há um conjunto imagético formado por oito imagens ultrassonográficas, com legendas explicativas (Figura 20), fazendo-nos perceber que somente um especialista, inserido no contexto da cultura visual médica-radiológica-obstétrica, seria capaz de decodificar tais imagens distorcidas e cinzentas.

Figura 20 – Conjunto imagético de cortes ultrassonográficos e suas legendas explicativas

7 semanas: a primeira visão através do ultra-som. Pode-se observar o saco gestacional – ou ovo – (1) e a bexiga (2). Na parte da cavidade uterina, já dá pra diferenciar o embrião, bem pequeno ainda.

10 semanas: agora, já se vê o embrião nitidamente. O que tem aparência de uma perna é o cordão umbilical, que está ligado acima com a placenta (de tom cinza mais claro). A parte mais escura é o líquido amniótico.

12 semanas: o embrião, agora, tem aproximadamente oito centímetros de tamanho e todos os órgãos já estão em formação. É só crescer. Nessa época, já aparece a cabeça do feto.

13 semanas: o bebê nada no líquido amniótico e até já estica um bracinho para fora (1). As distâncias entre os pontinhos branco marcados ao lado é de 1 centímetro.

15 semanas: a cabeça do bebê descansa na placenta como se estivesse sobre um travesseiro. A essa altura, é possível eventualmente detectar algum defeito de formação.

21 semanas: esse bebê parece já estar chupando um dedo polegar no útero materno. Essa posição é muito comum e os médicos observam com frequência durante o exame de ultra-som.

34 semanas: aqui pode-se ver o estômago da criança com nitidez (3). Ao lado, uma outra superfície escura, o coração cheio de sangue (2). No meio (1), percebe-se formada uma válvula do coração.

41 semanas: poucos dias antes de seu nascimento, a criança já se encontra encaixada na entrada da bacia, em posição normal. Abaixo pode-se ver a espinha dorsal da mãe.

Fonte: Gonzalez [*Eltern Magazine*] (1980, p. 12).

As legendas das imagens acima funcionam para educar nosso olhar a enxergar o que a princípio somente um especialista é capaz de interpretar, conforme sugere o título da matéria. O equipamento de ultrassom, que permanecerá como novidade por mais alguns anos, é denotado com alguma frequência ao longo das edições, ora acompanhado de explicações pedagógicas e elucidativas de seu funcionamento e resultado das imagens, ora ressaltando seu diferencial. Em *Formato e tamanho da barriga*, publicada em abril de 1980, o assunto é retomado:

No final da gravidez, o médico é capaz de suspeitar de uma posição irregular – atravessada ou de cabeça pra cima, por exemplo – apenas pelo aspecto da barriga. Todos esses exames são importantes para o parto. Mesmo assim, o especialista pode pedir uma ultra-sonografia, exame que agora começa a se tornar rotineiro (FORTES, 1980, p. 13).

Em 1982, a reportagem *Os Mistérios Desvendados pelo Ultra-Som*, revisita os conteúdos e enunciações das matérias anteriores, oferecendo-nos a representação imagética que se tornou clássica – imagem clichê – da ultrassonografia morfológica (Figura 21), descrita da seguinte forma: “Aqui o mesmo bebê é visto por inteiro. Segundo os ultrassonografistas, a medida padrão do comprimento da cabeça-nádega é de 10,3 cm, equivalendo à 16ª semana de formação” (MIGUEZ, 1982, p. 17).

Figura 21 – Ultrassonografia de bebê visto por inteiro

Fonte: Miguez [*Etern Magazine*] (1982, p. 17).

A figura 22, também tributária d’Os Mistérios Desvendados pelo Ultra-Som, é acompanhada do subtítulo *A difícil análise dos detalhes* e do texto “o exame do ultrassom pode chegar, **eventualmente**, a mostrar alguns detalhes, como é o caso do pé e até mesmo dos dedos da mão da criança. Estes pormenores são importantes para que o médico descubra com antecedência problemas de malformações” (MIGUEZ, 1982, p. 18, destaque nosso).

Figura 22 – Captura ultrassonográfica de mão à esquerda e pé à direita

Fonte: Miguez (1982, p. 18).

O caderno *Pré-Natal: a rotina indispensável ao sucesso da gravidez*, já mencionado, explica a importância da ultrassonografia obstétrica para acompanhamento mensal do desenvolvimento do feto. Salientamos a diferença no acesso à tecnologia, anterior à sua ampla disponibilidade, que ocorreria, de fato, na década seguinte:

Nas classes abastadas, tornou-se rotina. Se o médico não pede, a própria grávida vai e faz. Fica feliz ao ver o primeiro “retrato” do filho. Nos hospitais públicos, o sonógrafo raramente existe. Grande parte dos médicos o dispensa, quando tudo corre bem e os cuidados de rotina foram seguidos, numa gravidez normal (MENDONÇA, 1982, p. 33).

De todo modo, nas décadas de 1980 e 1990 intensificou-se o uso de imagens de embriões e fetos na revista *Pais & Filhos*. Inclusive, diversas fotografias de Lennart Nilsson foram utilizadas, por vezes, sem o devido crédito, assim como inúmeras imagens ultrassonográficas. Aprofundaram-se discussões sobre os mistérios da vida explorando o desenvolvimento fetal físico e psicológico, com inferências sobre o que o feto sente e seus hábitos e comportamentos no interior do útero. Especificamente sobre a tecnologia do ultrassom, os artigos também se proliferaram, em grande parte, exaltando-a. Como em *Ultra-Sonografia: o exame que revela a vida no útero*:

Na sala do ultra-sonografista, uma mulher grávida, deitada de barriga para cima, aguarda ansiosa um momento importante. Acima dela, um aparelho que lembra o de raios X está pronto para ser acionado. A seu lado um pouco acima, uma tela de televisão. Em poucos instantes, ali serão projetadas imagens que deixariam nossos antepassados boquiabertos: um ser em formação inicia seus primeiros movimentos de vida. Isso é possível graças ao ultra-som (FERNANDES, 1984, p. 23).

Ou em *Uma Janela Para o Feto*:

É como ir ao cinema. Só que na tela está passando um filme especial. Ator principal? O seu bebê ainda dentro do útero, fazendo malabarismos numa seqüência de imagens inesquecíveis. Emoções à parte, falamos de um exame que, trazido para o Brasil na década passada, revolucionou a obstetrícia: a ultra-sonografia. Pela primeira vez foi possível ver o que acontece com o bebê na gestação (WERNECK, 1988, p. 125).

E também em *Ultra-Som: por que fazer, por que evitar*:

Olhos que pouco veem. Assim são os olhos humanos. Com um campo de visão limitado por natureza, o homem logo tratou de ampliar seus horizontes. [...] Dominou a tecnologia dos raios x e do ultra-som a fim de ver em profundidade, alcançando o interior do próprio corpo. Foi possível, assim, observar a mais fascinante das viagens: aquela que leva ao nascimento (MORAES, 1990, p. 8).

Esses excertos pedagogizantes localizam vividamente o feto como protagonista e a ultrassonografia obstétrica como tecnologia de objetivação e subjetivação. Marcam-na como acontecimento que refunda toda a construção e experiência da gestação na vida privada e pública. No final de 1988 a revista divulga que o exame pode ser guardado para a posteridade:

Antes, o tipo de imagem que o aparelho da ultra-sonografia produzia não atendia a nenhum tipo de observação que não fosse estritamente científica. De uns anos pra cá, equipamentos moderníssimos associados a todos os recursos de informática, garantiram às futuras mães uma chance fantástica: a de gravar, numa fita de videocassete, todo o exame. [...] A moda está pegando mesmo. Para quem tem dúvidas, uma certeza: o exame não sai mais caro. Basta que a gestante leve sua fita de videocassete comum e peça ao médico para gravá-la. Um microfone instalado no equipamento permite gravar também o som do ambiente (WERNECK, 1988, p. 128).

Em outra publicação, *Bebê Com Saúde. O Ultra-Som Confirma* de outubro de 1991, tais enunciações são corroboradas: “Na tela do ultra-som, seu bebê posa para a posteridade. Este exame tem um duplo objetivo: possibilita ao médico avaliar a saúde do bebê e, à mãe, viver momentos de muita emoção” (MORAES; WERNECK, 1991, p. 27). O texto também retifica a aplicação do exame como possibilidade de apaziguar as inquietações familiares, que pela ilusão da visualidade de algo não decodificável, confirmam as avaliações médicas dos exames clínicos de anamnese, toque e medição tradicionais:

E não é sem razão que o ultra-som vem sendo largamente empregado na obstetrícia. Com ele, as perguntas que surgem na gravidez – “meu filho é saudável?”, “a gestação está evoluindo normalmente?”, “qual o seu sexo?” – recebem respostas, o que contribui bastante para a tranquilidade dos futuros pais. Mas ainda resta uma dúvida a perturbar toda essa serenidade: será que este exame não faz mal algum? (p. 27).

Essa preocupação foi tratada em mais de uma ocasião por Pais & Filhos e coube à revista elucidar, explicando que diferentemente do raio-x, o exame não causa prejuízos à saúde. Ao mesmo tempo, para evitar a banalização da técnica e sua apropriação por não médicos, reforçavam que nem por isso deveria ser utilizado indiscriminadamente. Também alertavam para possíveis decepções frente às expectativas que a visita para realizar o exame poderiam suscitar:

Ela vai até o obstetra, que não nota problema algum, e lhe diz para não se preocupar. Mas está tão ansiosa que resolve por sua própria conta procurar um serviço de ultrassonografia para fazer um exame. Casos como este não são nada raros. [...] Algumas grávidas perguntam: é errado querer fazer uma ultra-sonografia só para descobrir o sexo do bebê? A mulher tem esse direito, mas se puder descobrir isso quando fizer um dos exames de rotina, melhor. [...] Ir ao ultrassonografista, hoje em dia, virou quase uma festa. Os pais chegam animados, levam a madrinha ou a vovó coruja. E gravam em fitas de vídeo todo o exame. Quando as cenas, incríveis não aparecem, a decepção é grande demais. [...] O que acontece é que para visualizar bem, da ótica do leigo, é preciso que o feto esteja numa posição fácil de ser observado. [...] Por isso, é bom saber que nem todo bebê tem a sorte de se sair tão bem no vídeo como uma estrela de cinema (MORAES; WERNECK, 1991, p. 29).

Em textos publicados a partir da década de 1990, o exame ultrassonográfico é incorporado ao pré-natal como se lá sempre estivesse. Por vezes, abordam também as melhorias de imagem, que auxiliariam na designação do sexo anatômico fetal, discussão do próximo capítulo. No final da década é anunciado um novo e mais potente aparelho, o ultrassom 3D: “Hoje, além de verificar a saúde do futuro neném, já é possível observar, ou melhor, admirar, até mesmo o seu rostinho ainda no útero da mãe. Isso tudo graças à ultrassonografia em três dimensões, exame que ficou conhecido no Brasil ao ser utilizado pela Xuxa” (CASTELLO, 1998, p. 15).

Já em 2000 foi publicada na Pais & Filhos uma propaganda de página inteira sobre ultrassonografia 3D, com conjunto imagético e enunciações que transformaram a novidade na última necessidade. Nos pequenos textos que acompanham as imagens, decompostas nas figuras 23 e 24, advertem que o melhor período para realização do exame seria no 1º ou 3º trimestre de gestação e reforçam que pouco líquido amniótico e algumas posições do feto comprometem bons resultados visuais. Também divulgam que tais exames estariam disponíveis em hospitais, clínicas e laboratórios de todo o país.

Figura 23 – Propaganda de ultrassonografia 3D

Fonte: Medison (2000, p 21).

A ilustração desse recorte traz a representação imagética do enunciado da humanização e pessoalização do feto. O útero, sua morada, é território suscetível a receber visita e a pessoa gestante é mero receptáculo e observadora da cena. A pessoa convidada a adentrar o útero é médica-fotógrafa com quem o feto, agora bebê, interage. O bebê posa, sorrindo, com olhos bem abertos, para o retrato que comporá seu álbum de vida. É isso que a ultrassonografia 3D promete, os primeiros retratos oficiais, imensamente mais inteligíveis que as imagens obtidas pela ultrassonografia bidimensional. O conjunto imagético abaixo (Figura 24) explicita a produção do ensaio fotográfico. Ali estão todas as fotografias que restauram a tranquilidade familiar, o órgão genital – masculino –, pés e mãos com todos os dedos, orelha bem formada, a face com seus traços e formato personificantes e a captura dos comportamentos mais fetichizados em um bebê, chupando o dedo polegar e dormindo.

Figura 24 – Retratos de feto na propaganda de ultrassonografia 3D

Fonte: Medison (2000, p 21).

Imagens-acontecimento, imagens montadas; as fotografias da figura 24 são obtidas da mesma forma que as imagens bidimensionais, entretanto, com o auxílio de um *software* ganham cor, profundidade e homogeneidade, criando a imagem de feto-pessoa e agora, diferente das fotografias de Nilsson, realmente com vida. Mas elas guardam similaridades com o famoso ensaio publicado na revista *Life*, além do fundo preto, que mantém a mesma percepção de um espaço extraterrestre, também são acompanhadas de enunciações, conduzindo o olhar para aceitar os efeitos da montagem como registro de evidência científica.

O aprimoramento do equipamento não para por aí. No artigo *Exames de Ponta*, da Pais & Filhos de 2011, é organizada uma lista dos exames mais recentes acompanhados dos preços praticados à época. Dentre eles, aparecem os exames de sexagem fetal, que será discutido no capítulo seguinte, cuja despesa giraria em torno de R\$ 482,00 à época, e o exame de ultrassom 4D, para “ver o bebê de modo tridimensional e em tempo real”, custando R\$ 670,68 (MONTEFUSCO, 2011).

Conteúdo similar é publicado também em 2014, sob o título *Novos exames para grávidas*. A ciência não só ajuda a grávida a se aproximar do bebê como também a detectar problemas de saúde, estabelecendo uma lista com os exames de última geração e seus valores, incluindo o ultrassom 4D – ou *HDLive* –, que é descrito da seguinte forma:

Para quem quer ver o bebê dentro da barriga com perfeito realismo e precisão, o ultra-som HDLive é uma ferramenta que tem a capacidade de observar volumes com uma fonte de luz que ajuda a aumentar a percepção da profundidade. Ela revela com nitidez o sexo do bebê e detalhes escondidos, o que auxilia na detecção de possíveis malformações fetais ou lábios leporinos, por exemplo. Os exames de ultrassom 4D podem custar até R\$ 800 e há a opção de gravar. Porém, é sempre bom lembrar que nem todas as imagens vão ficar como se espera: tudo vai depender da posição do bebê, que deve estar, de preferência, com o rosto virado para fora da barriga, com bastante líquido amniótico na frente e sem a interferência do cordão umbilical. (NOVOS [...], jan. 2014).

Atualmente, os valores praticados por clínicas populares são bastante mais acessíveis, permitindo que mesmo pessoas de baixa renda, tendo ou não realizado o procedimento pelo SUS, possam também pagar por ao menos um exame de ultrassom obstétrico durante a gestação. Para realização da ultrassonografia obstétrica bidimensional os custos variam de R\$ 30,00 a R\$ 80,00. A ultrassonografia morfológica, que produz as mesmas imagens, porém com laudo mais pormenorizado, custa em torno de R\$ 150,00. Já as ultrassonografias 3D e 4D tem mesmo preço, entre R\$ 180,00 e R\$ 300,00. Apesar da evolução tecnológica, as ressalvas para conter expectativas permanecem as mesmas, todavia parecem ter pouca relevância frente à ampla disseminação da prática. Desde a popularização das redes sociais, imagens de ultrassonografia fetal são compartilhadas como forma de apresentar o feto/criança por vir à família e aos amigos, que acompanharão toda a experiência da gestação pelos inúmeros relatos desde a saga do pré-natal à emoções e sensações da gestante, passando pelas imagens compartilhadas do feto, da decoração de seu futuro quarto e fotos de suas roupas e brinquedos; os mais íntimos também serão convidados para o Chá Revelação e o Chá de Bebê. Tudo isso forjará uma vivência por vir, uma história de vida iniciada antes de se nascer.

3.5 PONTO DE ARREIMATE: A DISCUSSÃO SOBRE O ABORTO

A proliferação de imagens fetais na cultura ocidental mobilizou um importante campo de debate no escopo dos estudos de gênero. Meredith W. Michaels (1949-), pesquisadora estadunidense de ética e epistemologia da reprodução, nomeou tais produções como o problema feminista do feto. As discussões sobre isso iniciaram-se em 1987 pela cientista política estadunidense Rosalind Pollack Petchesky (1942-), em decorrência do polêmico

documentário *The silent scream*⁴¹. Cinco anos depois foi a vez de Duden (1993) problematizar o ensaio fotográfico da revista *Life* de 1965. Várias outras pesquisadoras aderiram ao debate sobre o feto público, circunscrito em torno do aborto. Após o feto tornar-se conhecido publicamente pelas mãos de Nilsson, movimentos contrários ao aborto incorporaram a imagem do feto público e seu *status* de humano às suas estratégias argumentativas pois, acreditavam que ao mostrá-lo e narrá-lo dessa forma à pessoa grávida decidida pelo abortamento, esta reavaliaria levar a cabo o procedimento.

No Brasil, até meados da década de 1970, não havia segmentos organizados da sociedade civil discutindo aborto. A segunda onda do movimento feminista brasileiro que ressurgiu justamente nesse período, apesar de discutir o tema, não o pautou publicamente por conta do contexto político, por uma preocupação sobre a garantia de parcerias com setores progressistas e com a Igreja Católica na luta contra a ditadura. A opção foi por defesas mais genéricas, como por exemplo o direito de decidir sobre o número de filhos e sobre o próprio corpo. Em 1979, com a promulgação da lei nº 6.683 que concedeu anistia às pessoas que cometeram crime político, muitas mulheres brasileiras em exílio retornaram ao país e, na bagagem, trouxeram experiências de grupos feministas europeus, aprofundando o debate sobre o aborto por aqui. Logo, em meados da década de 1980, momento de redemocratização brasileiro, houve dois acontecimentos importantes relativos à discussão sobre aborto no Brasil. O primeiro diz respeito à realização de um encontro ocorrido no Rio de Janeiro, reunindo entidades nacionais e grupos feministas que resultou na elaboração de documento advogando em prol da defesa do aborto como um direito. O segundo acontecimento refere-se à Frente Feminista de Mulheres de São Paulo ao divulgar uma publicação na qual manifestava preocupação com a prática clandestina do aborto e seus riscos à saúde das mulheres. Ainda assim, na Carta das Mulheres para a redação da nova Constituição de 1988, não houve referência direta à problemática do aborto. De todo modo, o legado feminista dos anos 1980 foi o de estabelecer a centralidade do debate brasileiro na alta incidência de abortos clandestinos como um problema de saúde pública e o aborto como um direito (BIROLI, 2001; DA ROCHA, 2006; SCAVONE, 2008).

A partir da década de 1990, com a adesão de outros setores da sociedade, que contou com a participação de profissionais da medicina e do direito, o aborto ganha espaço no poder

⁴¹Documentário estadunidense de 1984 que mostra, por meio de um aparelho de ultrassonografia, um abortamento em curso; o apresentador sugere que o feto sente dor e sofre durante o procedimento. O filme foi utilizado exaustivamente nos Estados Unidos da América em campanhas anti-aborto e se tornou bastante popular.

legislativo e nos meios de comunicação, inclusive, algumas décadas depois desse assunto ter se tornado pauta na política de estado de países europeus e norte americanos. O mesmo ocorreu com movimentos contrários à prática abortiva que, embora tenham surgido no final dos anos 1970, eram pouco articulados. Apenas em 1993, com o apoio da *Human Life International*, é criada a Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, possibilitando incidência em maior escala por todo o território nacional (LIMA, 2015; VIEIRA, 1998).

Para além da problemática sobre o aborto, que se apresentou de forma distinta no Brasil em relação aos países norte americanos e europeus, há consenso entre pesquisadoras de gênero de que, seja por intermédio das fotografias difundidas pela *Life*, seja pela popularização da ultrassonografia, prática híbrida entre a biomedicina e o entretenimento, ou por ambos, o feto fez-se público, sendo humanizado e pessoalizado, portanto. Outrossim, tais pesquisadoras consideram o impacto da ultrassonografia obstétrica como negativo ou ambíguo, somando-se ao seu uso como técnica de convencimento a não realização do abortamento, contribuiu também para a medicalização da gravidez. Entretanto, há alguns dissensos.

Apesar do produto visual da ultrassonografia tenha transformado o feto em artefato cultural, algumas feministas ponderam que há outros significados favoráveis à pessoa grávida. Pela perspectiva biomédica, a tecnologia do ultrassom possibilitou maior acuidade diagnóstica de malformações, ainda que pouca ou nenhuma intervenção possa ser feita. A maioria dos diagnósticos não é tratável e o efeito produzido por eles seria o aborto seletivo, como ocorre em lugares onde o aborto é permitido por lei e de onde origina-se a maior parte dessas pesquisas. As pesquisadoras também avaliam que do ponto de vista de quem gesta, o ultrassom pode apaziguar angústias e fantasias relacionadas ao desenvolvimento do feto e colabora com a construção de vínculo ao oferecer sua imagem e ter o que descreva seus comportamentos intrauterinos (PETCHESKY, 1987; TAYLOR, 2008).

Duden, em seu livro *Disembodying Women: perspectives on pregnancy and the unborn*, de 1993, após apresentar a discussão das fotografias de Nilsson e do feto público, sugere que a pessoa grávida deva ser resgatada para o paradigma da sensação, reapropriando-se de seu corpo. Para tanto, propõe uma reorientação na qual o corpo grávido distancie-se da visibilidade de seu interior, resgatando-o para uma concepção de gravidez centrada no privilégio epistêmico das mulheres; mas seria isso possível?

No percurso da produção do feto no Ocidente, passamos pelo período de sua invisibilidade. O aumento da barriga e a ausência de menstruação de um corpo que gesta não eram sempre sinônimos da existência de uma vida em desenvolvimento. Havia ainda a

possibilidade de se gestar e parir monstros, seres considerados inumanos. Somente desde que o feto se fez público, por um lado pelas fotografias de Nilsson e por outro pelo diagnóstico pré-natal, foi que se popularizou a noção de desenvolvimento fetal, a possibilidade de generificação do feto e seu *status* de pessoa humana, como veremos a seguir.

A filósofa estadunidense Judith Butler (1956-), em *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*, publicado originalmente em 2009, ajuda a adensar a reflexão sobre abortamento ao analisar a construção social que define quem é dotado de vida humana e, por isso, pode ser enlutado. Sua discussão é primordialmente direcionada às vidas consideradas abjetas e marginais, em especial em situações de guerra, aquele ser outro que pode morrer sem supostamente fazer falta, uma vez que não estava reconhecido como igual, como humano. Entretanto, ela abre a argumentação tratando da noção própria de vida, seu início, seu fim e a condição de reconhecimento de um ente dentro da especificidade humana, daí a relação com a noção atual do feto. Considerando que somos subjetivados pelas ordens discursivas e jogos de poder, o reconhecimento de uma vida como humana em cada contexto tempo-espacial depende do que está no domínio do cognoscível, do que é inteligível. “Nesse sentido, a condição de ser reconhecido precede o reconhecimento” (BUTLER, 2015, p. 18), é um elemento *a priori*. É factível avaliarmos que a circulação de imagens fetais tornou possível o reconhecimento de uma vida – precária e humana – em embriões e fetos. Conquanto:

Devemos reconhecer que esses organismos estão vivos de uma forma ou de outra; tanto quanto as plantas são seres vivos. Determinar a especificidade ontológica da vida nessas circunstâncias nos levaria, de modo mais geral, a uma discussão de biopolítica, preocupada com as diferentes maneiras de apreender, controlar e administrar a vida, e como essas modalidades de poder se infiltram na definição da vida propriamente dita. Teríamos de considerar paradigmas variáveis nas ciências da vida, como, por exemplo, o deslocamento dos modos de ver clínicos para os modos de ver moleculares, ou os debates entre aqueles que priorizam as células e aqueles que insistem que o tecido é a unidade primária do ser vivo. Esses debates teriam de ser conectados às novas tendências da biomedicalização e aos novos modos de administrar a vida. Teríamos então que situar nossa discussão sobre a guerra nesses últimos campos, o que nos mostraria que a vida como tal continua sendo definida e regenerada, por assim dizer, em novos modos de conhecimento/poder (BUTLER, 2015, p. 35).

Ao avaliar o debate em torno de uma vida que pode ou não ser interrompida via aborto, posiciona a discussão em dependência ao reconhecimento dessa vida como humana. Butler (2015) postula que, frente às ponderações morais sustentadas na noção de pessoa humana baseadas na concepção da individualização biológica, não podemos abandonar o entendimento da vida como precária, dependente das condições sociais e da interdependência que a sustentam. Por isso, a questão não está em saber se há vida ali ou não, mas se há o

estatuto de pessoa, se há condições sociais de sobrevivência para essa vida prosperar. Ou seja, “a decisão de abortar um feto pode estar baseada na suposição de que as formas de suporte social e econômico necessários para tornar aquela vida possível estão ausentes” (BUTLER, 2015, p. 41).

Michaels (1999), por sua vez, ao considerar o conceito de verdade no âmbito de sua construção e historicidade, argumenta não ser possível rejeitar que a tecnologia do pré-natal defina os termos da economia de procriação da contemporaneidade. Adequando-se a essa prerrogativa, o direito ao aborto não pode depender do desaparecimento do feto, mas, sim, operar como garantia à liberdade reprodutiva por meio do estabelecimento da capacidade plena das mulheres como agentes sociais.

Percebemos que, independente das diferentes estratégias e leituras apresentadas, os argumentos e reflexões a cerca do feto público circularam mais ao redor da temática do aborto. Como contraponto às discussões já apresentadas pelas estudiosas de gênero, analisaremos o fenômeno para além desse debate. A considerar que não é possível rejeitar a tecnologia pré-natal estabelecida, partimos da perspectiva do feto para avaliar as repercussões da produção prévia da existência de bebês/crianças que ainda estão no porvir. Com o olhar direcionado para o feto, identificamos a formação de um novo ente via ultrassonografia.

Em alguns casos de gestação de risco e perante os recursos disponíveis, ao menos no contexto brasileiro, as técnicas ultrassonográficas 3D e 4D podem ser, eventualmente, solicitadas por profissionais da saúde. Não obstante, o mais usual é a execução de tais exames exclusivamente pelo seu potencial de entretenimento e conexão com o feto. Roberts (2012) avaliou que exames ultrassonográficos realizados fora da necessidade apontada por profissional de saúde, deixam de oferecer experiências prioritariamente visuais. Como as imagens aparecem em movimento, operam, sobretudo, como espaço de troca das sensações da pessoa grávida com aquelas que a acompanham; trata-se de um *show* ao vivo, que pode ser atrapalhado pela posição do feto, da placenta e do cordão umbilical. Mas se o radiologista pode traduzir a imagem na tela, as pessoas presentes avaliam as parecenças de traços, personalidade e comportamento do feto com características de membros da família e, mais do que nunca, os modos de subjetivação desse corpo tomam outra dimensão. E, em grande medida, a designação do sexo anatômico tem papel fundamental para a construção das expectativas e projeções nos corpos fetais.

4 Produção de gênero em corpos fetais

No capítulo anterior, tratamos da construção da maternidade científica e da criação e aperfeiçoamento do pré-natal via técnica de visualidade interior da ultrassonografia. Esses eventos estão diretamente relacionados à compreensão do que era a mulher em comparação ao homem, pelo seu diferencial de gestar e conceber um novo ente, o feto. O processo histórico da construção da diferenciação sexual biológica foi amplamente estudado no Ocidente. Entretanto, a discussão sobre a designação dessa diferença nos corpos fetais antes do nascimento ainda é incipiente. Assim, exploraremos nesse capítulo a produção de gênero em corpos fetais que ocorre a partir da designação da anatomia sexual, para compreender as formas como os corpos são objetivados antes mesmo de seu primeiro respiro.

Partiremos de um resgate da discussão da diferença entre sexo e gênero para, na sequência, recorrendo às quatro publicações selecionadas como arquivo empírico, escrutinar como a diferenciação sexual biológica entre fêmea e macho, colada respectivamente aos marcadores feminino e masculino de gênero, foi construída na primeira infância invadindo, pouco a pouco, a esfera do feto, até transformar-se em elemento central para sua definição enquanto pessoa. Nesse sentido, as principais estratégias utilizadas para incidir sobre o gênero de corpos infantis são, além da nomeação, as transformações corpóreas – cortes de cabelo e furos nas orelhas –, e as indumentárias – roupas e acessórios –, que potencializam o por vir de uma performance gestual e relacional do gênero esperada do feto antes mesmo de nascer e de bebês já recém-nascidos. Ao avistar um corpo, sem saber seu nome, as roupas e acessórios são importantes definidores e indicativos da identidade de gênero esperado que esse alguém venha a apresentar ou performar. Por isso, nos ativemos a esses indicadores nas publicações mais antigas do arquivo para estabelecermos uma conexão com o momento da história recente quando o feto passou a existir como pessoa.

4.1 SEXO *VERSUS* GÊNERO

Nos dias atuais, a premissa mais popular sobre diferenciação biológica entre macho e fêmea é a científica, estabelecida pelo genótipo obtido pela junção de óvulo e espermatozoide⁴², que formam o par de cromossomos sexuais. O espermatozoide pode ser X

⁴²Acerca da forma como a ciência construiu o entendimento de que o espermatozoide masculino é a parte ativa e eletiva da fecundação, há interessante artigo de Emily Martin discutindo a primazia do masculino ao apontar que desde os anos 1980 artigos científicos têm indicado que, em realidade, o óvulo captura o esperma ao invés deste

ou Y, já o óvulo será sempre X. Assim, essa junção pode formar o par XX, cariótipo feminino sem anomalia cromossômica, ou XY, cariótipo masculino sem anomalia cromossômica. Até a quarta semana de gestação, a constituição biológica do embrião ocorre direcionada para o feminino. A partir da quinta semana, independente da carga cromossômica, deve ocorrer a diferenciação sexual biológica. A presença do hormônio testosterona é fundamental para deslocar o desenvolvimento para uma diferenciação masculina, seja em relação à biologia interna, seja em relação à genitália (GUYTON; HALL, 2012). Com o estabelecimento do mecanismo de identificação do cromossomo sexual humano, foi possível compreender os casos de pessoas intersexo já no final da década de 1950 devido à identificação de anomalias no cromossomo sexual, tais como: XXY na síndrome de *Klinefelter*, na qual os corpos se apresentam como de machos; e, um único X na síndrome de *Turner*, na qual os corpos se apresentam como de fêmeas (MITTWOCH, 2005). As condições intersexo são culturalmente apresentadas como raras, classificadas como distúrbio do desenvolvimento sexual (DDS) em manuais médicos e compreendidas culturalmente dessa forma, subjetivando-nos a pensar a binaridade sexual fêmea e macho como algo irrefutável, de desvio anormal e considerado como um distúrbio. Entretanto, pesquisas recentes indicam que a fronteira entre os sexos biológicos tem se tornado mais indiscernível quando a genética é levada em consideração. Sugerem que 01 pessoa em cada 100 tem alguma forma de DDS, com efeitos muito sutis sobre sexo anatômico ou fisiológico. Indo mais além, as tecnologias de sequenciamento de DNA revelam que quase todo mundo é um mosaico de células geneticamente distintas, algumas delas com uma definição de sexo que pode não coincidir com o resto do corpo biológico. Ou seja, tais pesquisas apontam para um espectro sexual mais amplo, não perceptível por não se submeter ao regime de verdade ocidental (AINSWORTH, 2015). Mas como chegamos até aqui?

Tendo como finalidade compreender os discursos desde seu interior, Foucault (1988) indica que as práticas científicas emergentes do século XVIII configuravam-se como uma forma de governo dos corpos. Anteriormente, o poder sobre a vida e a morte estava sob tutela de comando dos soberanos e nas mãos dos senhores feudais. A forma de exercício desse poder era pela via da apropriação de serviços e da vida mesma, pelo seu desgaste ou fim. Contudo, transformações na dinâmica de poder marcaram o limiar da modernidade ocidental. Associadas à apropriação da vida, outras instâncias de controle e vigilância passaram a operar

irromper o óvulo. MARTIN, E. The egg and the sperm: how science has constructed a romance based on stereotypical male-female roles. **Signs**, vol. 16, n. 03, p. 485-501, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3174586>. Acesso em 16 dez. 2018.

frente ao crescimento de centros urbanos e, paralelamente à eclosão de problemas populacionais como higiene, natalidade e saúde, somados à intensificação de disputas territoriais e étnico-raciais. O poder passa, assim, a gerir a vida pelo seu prolongamento e reprodução, mirando a multiplicação de corpos saudáveis e produtivos para a economia e para a guerra. Nesse contexto, os dispositivos de controle da sexualidade que virão a produzir a noção da maternidade moderna, como visto no capítulo anterior, serão postos em marcha, pois, a partir deles, regulam-se os povoamentos via reprodução da espécie.

Ao debruçar-se sobre tais dispositivos, Foucault compreende-os como das mais importantes estratégias de disciplinarização dos corpos. Em *História da Sexualidade I - Vontade de Saber*, com primeira edição em 1976, questiona a hipótese de repressão da sexualidade vigente à época, propondo como contraponto o entendimento de uma sexualidade ocidental forjada pela incitação de um regime de saber e poder⁴³ sobre corpos e seus prazeres. A confissão das práticas da sexualidade humana apresentou-se como mecanismo de controle vital. E o campo religioso fez-se catalizador fundamental. Após o Concílio de Trento⁴⁴, intensificou-se a imposição à confissão sacramental dos pecados como forma de reparação implementada pelo Quarto Concílio de Latrão⁴⁵. Procedimentos de confissão sobre práticas sexuais e “insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual” (FOUCAULT, 1988, p. 25). Pouco a pouco, essa tecnologia que transforma expressões da sexualidade em pecados diversifica-se e prolifera-se para outras instâncias. A partir do século XVII há uma explosão de discursos de verdade sobre o sexo, espalhando-se no século XVIII. Não se falava menos sobre os corpos sexuados, falava-se de outra forma, os enunciados foram alterados e, portanto, o que poderia ser dito ou não (FOUCAULT, 1988); e, conseqüentemente, o que poderia ou não ser performedo.

De modo paralelo à emergência dessa nova ordem discursiva – e como um reflexo dela – o Ocidente vivenciou uma transformação identificada pelo historiador estadunidense Thomas Laqueur (1945-) em seu livro *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*, lançado em 1990. Houve um deslocamento do “modelo de sexo único/carne única,

⁴³“Levar-se em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma o ‘fato discursivo’ global, a ‘colocação do sexo em discurso’” (FOUCAULT, 1988, p. 18).

⁴⁴Elaborado no período de 1545 a 1563 contra as inovações doutrinárias dos protestantes. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/concilio/trento/>. Acesso em: 26 dez. 2018.

⁴⁵Convocado pelo Papa Inocêncio III por intermédio da bula *Vineam domini Sabaoth*, em 19 de abril de 1213 e celebrado de 11 a 30 de novembro de 1215. Disponível em: <http://www.newadvent.org/cathen/09018a.htm>. Acesso em: 26 dez. 2018.

para o modelo dois sexos/duas carnes” (LAQUEUR, 2001, p. 20). Assim, simultaneamente ao crescente interesse pelos corpos, a dinâmica da distinção sexual biológica entre corpos de homens e mulheres ganha nova concepção e ciência médica fez-se dispositivo primordial no limiar desse jogo de veridicção.

Antes do século XVIII a distinção dos corpos não era concebida como oposição entre o feminino e o masculino, mas sim por uma lógica de continuidade na qual os órgãos sexuais externos dos homens seriam invertidos ou internalizados nas mulheres. Laqueur (2001) retoma algumas imagens desse período para ilustrar que o discurso condicionava o olhar. Duas delas (Figuras 25 e 26) nos parecem mais representativas. A figura 25 é do médico italiano Jacopo Berengario da Carpi (1460-1530), mais importante anatomista antes do médico belga considerado o pai da anatomia moderna Andreas Vesalius (1514-1564). Dentre imagens de corpos, Berengario desenha mais detalhadamente os órgãos sexuais e, por meio de legendada, equipara os ovários aos testículos e as trompas de falópio a canais jaculatórios. Na figura 26, de Andreas Vesalius, cortes do corpo feminino estão representados à direita, acompanhados, à esquerda, de um corte da genitália desses mesmos corpos, uma estrutura tal qual um pênis.

Figura 25 – O útero e seus vasos nomeados com designação equivalente a dos órgãos sexuais masculinos

Fonte: Berengario⁴⁶ (1522) *apud* Laqueur (2001, p. 105).

⁴⁶ BERENGARIO DA CARPI, J. *Isagoge Breves*. 1521.

Figura 26 – Representação de genitália feminina à esquerda e corpos femininos à direita

Fonte: Vesalius⁴⁷ (1543) *apud* Laqueur (2001, p. 109).

Tais figuras evidenciam que os corpos sexuados eram percebidos em simetria e possuíam os mesmos órgãos, somente posicionados de forma distinta. Todavia, pelo fato de os órgãos reprodutivos do corpo macho parecerem mais “desenvolvidos”, tais corpos eram tidos como superiores aos de fêmea.

⁴⁷ VESALIUS, A. *Humani Corporis Fabrica*. 1543.

Na entrada da modernidade, essa noção cai por terra. Fomentada, inclusive, pela reivindicação por direitos das mulheres, ganhou espaço a curiosidade em estudar as diferenças de habilidades e funções para demarcá-las, numa tentativa de demonstrar empiricamente diferenças que justificassem a divisão de competências sociais de corpos fêmea frente a corpos macho. A busca pelo entendimento da categoria mulher tornou-se uma preocupação científica e, conseqüentemente, a escrutinação anatomofisiológica de suas bases tarefa da biomedicina. A verdade, assim, desloca-se para o modelo “dois sexos/duas carnes”, no qual os corpos de macho e fêmea passam a ser lidos como sendo de uma constituição distinta e sem medida em comum, mas garantindo a mesma supremacia do corpo macho frente ao corpo fêmea.

Desse modo, a partir do século XVIII, intensificando-se nos séculos IX e XX, os saberes biomédicos e cientificistas exploraram mais ativamente o corpo da mulher, sua distinção sexual biológica e seus comportamentos, classificando-os, normatizando-os e hierarquizando-o frente ao homem. As formulações da psicanálise de Freud, iniciadas pelo estudo das histéricas mencionado anteriormente, são importante capítulo dessa história. Ao investigar a pulsão sexual humana e a construção subjetiva da sexualidade em *Três Ensaio Sobre a Sexualidade*, com primeira publicação em 1905, Freud (2016), respaldado em outros autores da época, discorreu sobre a escolha do objeto sexual – a quem se direciona o desejo –, a meta sexual – formas e práticas de resolução do desejo – e seus desvios do que era considerado normal. Esse texto nos interessa particularmente como parte do campo de saber constituído no ocidente pois trouxe enunciações de resistência à ordem discursiva ainda que, por vezes, mantivesse enunciados de seu tempo histórico. As formulações freudianas sobre a sexualidade aparecem como um prenúncio de uma possibilidade de ruptura com discursos anteriores por dois motivos: 1) sua concepção sobre a sexualidade infantil e 2) a conceituação sobre a eleição do objeto sexual como não inata e exclusivamente relacionada ao sexo anômico.

Freud (2016) define a primeira infância como uma fase de “predisposição polimorficamente perversa”, considera que as funções vitais como mamar, defecar, urinar, dentre outras, estão diretamente relacionadas à satisfação de prazer. Desse modo, haveria, desde o nascimento até por volta dos dois ou três anos de idade, impulsos sexuais⁴⁸ múltiplos e em mudança relacionados às etapas do desenvolvimento e, por isso, polimorfa, porque se apresenta de diversas formas. Além disso, a manifestação sexual da criança não teria objeto

⁴⁸ Sexuais aqui refere-se a busca de satisfação de prazeres, que nessa fase não é genital.

pré-determinado, pois nessa fase ainda não estão presentes barreiras psíquicas oriundas de construções sociais como vergonha, nojo e moral, por esse motivo, perversa, que não se submete a normas culturais. Esses eventos em busca de satisfação ocorreriam da mesma maneira em corpos com ambos os sexos anatômicos e a escolha do objeto, quando um outro é eleito objeto de satisfação do prazer, aconteceria entre dois e cinco anos de idade. O processo de eleição do objeto aconteceria sincronicamente e como contraponto ao processo de reconhecimento de si mesmo. De todo modo, Freud (2016) entende que não há nada que direcione tal escolha para que ela seja por um sexo anatômico oposto ao do *eu*, não havendo na espécie humana masculinidade ou feminilidade pura:

A escolha objetual independente do sexo do objeto, a possibilidade de dispor livremente de objetos masculinos e femininos, tal como se observa na infância, em estados primitivos e épocas antigas, parece ser a atitude original, a partir da qual se desenvolvem, mediante restrição por um lado ou por outro, tanto o tipo normal como o invertido [homossexual]. Na concepção da psicanálise, portanto, também o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é um problema que requer explicação, não é algo evidente em si, baseado numa atração fundamentalmente química. (FREUD, 2016, nota acrescida em 1915, p. 34-35).

Tais postulados psicanalíticos oferecem a primeira pista para pensarmos na possibilidade de dissociação do constructo considerado natureza/sexo frente à cultura/gênero. Contudo, a primeira vez que o conceito gênero foi utilizado como algo descolado do sexo anatômico foi com o neozelandês John Money (1921-2006). Tendo migrado para os Estados Unidos onde estudou, o psicólogo e sexólogo é figura controversa no ambiente acadêmico. Foi criticado por seus textos em defesa da distinção entre pedofilia afetiva e sádica, assim como por seu experimento de alteração do gênero de um menino que teve seu pênis mutilado, a hipótese de Money era que o modo como uma criança seria socializada definiria seu gênero de forma mais incisiva se comparado aos caracteres sexuais biológicos.

A despeito de ser polêmico, ao estudar a intersexualidade e transexualidade em 1955, Money começou a empregar o conceito gênero tal qual é compreendido nos dias atuais, definindo papel de gênero como “aquelas coisas que uma pessoa faz ou fala reveladoras dele ou dela como tendo o status de menino ou homem, menina ou mulher respectivamente.” (MONEY, 1955, p. 598, tradução nossa). Embasado na tese de Money de que sexo biológico e gênero não estão diretamente relacionados, Robert Stoller (1924-1991), professor de psiquiatria, complementou-a e criou, em 1968, o conceito de identidade estadunidense de gênero. Também estudioso de intersexuais e transexuais, definiu o uso da palavra sexual referindo-se à anatomia e à fisiologia e empregou o termo gênero para se referir a áreas de comportamento tais como sentimentos, pensamentos e fantasias que estariam relacionados às diferenças entre o que seria macho ou fêmea, mas sem conotações biológicas. A identidade

significaria “a própria consciência (se um é consciente disso ou não) de existência e finalidade no mundo ou, dizendo de outra forma, a organização desses componentes psíquicos que são para preservar a própria consciência de existir.” (STOLLER, 1984, p. viii, tradução nossa). Desse modo, identidade de gênero seria uma autoconsciência relativa à forma e à percepção do que é ser masculino ou feminino.

Embora tais formulações do campo *psi* tenham problematizado noções estabelecidas sobre um sexual natural que seria sinônimo de um sexual cultural – agora emergindo como gênero –, artigos encontrados nas publicações de nosso arquivo empírico recorrem às produções desse campo, mas reproduzem uma leitura interpretativa que provoca aderência a uma ordem discursiva hegemônica e normativa, como em *Somos Todos do Jardim da Infância*, publicada em 1969 na revista A Cigarra. Ao referenciar o best-seller *Mature mind*⁴⁹ de 1949 do psicólogo estadunidense Harry Ovestreet (1875-1970), o artigo apresenta a teoria da sexualidade infantil como difusa, dividida nas fases de autosexualidade e homossexualidade, “fase plenamente normal, mas que requer dos pais e educadores uma compreensão profunda do problema para que a criança possa superá-la, normalmente” (MIRANDA, 1969, p. 24); e a heterossexualidade, “fase final e definitiva” (MIRANDA, out. 1969, p. 24). Ou ainda em *Como educar menino e menina, sem preconceito*, publicado na Pais & Filhos em 1974, que apresenta as pesquisas do grupo coordenado por John Money desconsiderando o cerne de seus estudos e normatizando suas considerações ao sugerir que o desfecho positivo do desenvolvimento é em direção a uma identidade dita sexual coincidente com o sexo anatômico:

O sexo depende de sete fatores: 1) disposição dos cromossomos nas células (os cromossomos são os responsáveis pela transmissão dos caracteres hereditários); 2) glândulas sexuais (ovários e testículos); 3) órgãos sexuais internos (útero e próstata); 4) órgãos sexuais externos (vagina e pênis); 5) produção de hormônios (conforme o caso, são produzidos mais hormônios masculinos ou femininos); 6) sexo que é oficialmente atribuído ao recém-nascido; 7) psicosexualidade (reações e comportamentos específicos de cada sexo). Desses ingredientes a psicosexualidade é dos mais importantes: embora não nasça com a criança, ela se desenvolve no decorrer do tempo e, por estranho que pareça, de forma mais ou menos idêntica em todas elas; pelo menos nas culturas ocidentais. Por volta dos dois anos e meio, a criança já responde direitinho sobre o sexo a que pertence. Com 4-5 anos, vai ainda mais longe: **além de saber se é menino ou menina, ela toma consciência de que isso é um fato irreversível – mais tarde será, inevitavelmente, um homem ou uma mulher.** Este conhecimento é a identidade sexual, um ponto muito importante no desenvolvimento psíquico do seu filho. Outra coisa já observada por estudiosos é que a criança encontra sempre sua identidade sexual, independente da educação ou de esclarecimentos a respeito de sexo. [...] Apesar de tudo isso, as crianças de 4-5 anos não costumam preocupar-se com a própria identidade sexual e geralmente estão satisfeitas com o fato de serem meninos ou meninas. Só na fase dos 7 aos 11 anos é que se instala a primeira dose de insatisfação: as meninas, quase que

⁴⁹OVERSTREET, H. A. *The mature mind*. New York: W. W. Norton. 1949.

exclusivamente, acham mais interessante viver como um menino, impressionadas com as brincadeiras e a força física dos companheiros. E isso é natural. **Somente na puberdade você deve esperar que seu filho ou sua filha assuma uma atitude positiva em relação ao próprio sexo**, com todas as consequências daí resultantes. É o tempo do entrosamento com o papel sexual (MALTA, 1974, p. 92, destaques nossos).

Afora esse trecho, problemático para nós, o artigo oscila sobre as pautas que defende. Em sua totalidade, é imperativo acerca da necessidade de se romper alguns tabus como a agressividade ser atitude do “sexo masculino” ou questionar o hábito de preparar a filha para ser uma boa esposa, simultaneamente preconiza logo após o título: “As meninas e os meninos são diferentes, sem dúvida. Mas essa diversidade tem bases científicas: já não se apoia em códigos morais do tempo da vovó” (MALTA, 1974, p. 90).

Embora o uso do termo gênero tenha sido ampliado para além da linguística por Money e Stoller, sua circulação e apropriação por outros campos do saber esperou alguns anos. A estadunidense Gayle Rubin (1949-), referência nos estudos feministas, foi a primeira a articular e problematizar os conceitos de sexo e gênero nesse campo de investigação. Em *The Traffic in Women: notes on the “political economy” of sex*, a autora estava preocupada com a importância de haver um conceito que desse conta de tratar da “organização social da sexualidade” (RUBIN, 1975, p. 168, tradução nossa). Para tanto ela propõe o sistema sexo/gênero, nomeando-o como “um conjunto de arranjos por meio dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e pelos quais essas demandas sexuais criadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975, p. 159, tradução nossa).

Considerando que o pensador alemão Karl Marx (1818-1883) havia falhado em conceitualizar a opressão da mulher, Rubin recorre ao antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009) e a Freud para pensar a temática. Do primeiro, mobiliza as noções de tabu do incesto – regra fundante da cultura pelo impedimento de relação sexual entre alguns parentes próximos específicos –, parentesco – relações de familiaridade, consanguíneas ou não –, e dádiva – lógica de troca e reciprocidade em uma dada cultura –, explicitando que o lugar da mulher nas sociedades consideradas primitivas estudadas por Lévi-Strauss era o de participar da organização dos sistemas sociais como presente/moeda de troca de um núcleo familiar para outro, decorrendo daí, inclusive, o título de seu artigo. Por meio da análise dessa dinâmica, Rubin conclui que, se essa troca de mulheres for compreendida como uma necessidade cultural e princípio fundamental do parentesco, “a subordinação da mulher pode ser vista como um produto dos relacionamentos por quais sexo e gênero são organizados e produzidos” (RUBIN, 1975, p. 177, tradução nossa). Ademais, indica que a organização do trabalho pela distinção sexual anatômica, seja no formato usual da sociedade ocidental ou

não, ocupa-se de criar a noção de distinção, agora nomeada como de gênero colada ao entendimento de sexo, como uma divisão imposta socialmente.

Entretanto, por entender que a antropologia não possuía aportes suficientes para explicar “mecanismos pelos quais crianças são marcadas por convenções de sexo e gênero” (RUBIN, 1975, p. 183, tradução nossa), Rubin recorre, dessa vez, à psicanálise devido a sua teorização sobre, em especial, a fase pré-edípica, quando Freud indica possibilidades de uma estruturação psíquica não heteronormativa. Apesar de apresentar uma leitura biologizante da obra de Freud sobre o complexo da castração e a passagem pelo Édipo, Rubin encontra no psicanalista francês Jacques Lacan (1901-1981), uma via teórica na qual a linguagem e a cultura sobrepor-se-iam à anatomia, renovando o significado do complexo de Édipo. A intenção de Rubin (1975) em convocar noções da antropologia e da psicanálise foi exemplificar como os processos de definição de quem é a mulher e seu lugar no estrato social, tanto no micro quanto no macro, são constituídos por meio do que ela determina como sistema sexo/gênero.

Desde então, a discussão sobre esses dois conceitos ampliou-se. Depois de Laqueur enunciar que a partir dos gregos até o século XVII “existiam muitos gêneros, mas somente um sexo adaptável” (2001, p. 35), foi a vez de Butler alargar o debate por meio de seu livro *Gender Trouble*: “De fato, sexo, por definição, demonstrar-se-á ter sido gênero todo o tempo” (1999, p. 12, tradução nossa). Tal enunciação problematiza o postulado estabelecido nas ciências médicas e nos debates feministas sobre gênero ser um constructo social: “‘construção’ sugere que certas leis geram diferenças de gênero juntamente aos eixos universais de diferença sexual? Como e onde ocorre a construção do gênero?” (BUTLER, 1999, p. 11, tradução nossa). Ora, se gênero é uma construção social ancorada no corpo, tanto ele quanto o sexo designado biologicamente são deterministas, pois ambos são organizados por normativas binárias de produção e manutenção de si e, portanto, indissociáveis de interseções políticas e culturais. Por isso, Butler (1999) entende o sexo biológico também como elemento do discurso, tal qual apontado por Laqueur (2001), mas vai além deste ao sugerir que “gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou *locus* de agência da qual vários atos se seguem; em vez disso, gênero é uma identidade sutilmente constituída no tempo, instituído no espaço exterior por uma repetição estilizada de atos” (1999, p. 179, tradução nossa); ou seja, gênero é performativo. Butler, ao entabular gênero como performance, indica a possibilidade de se romper com uma identidade de gênero constituída frente a expectativas sociais e culturais e indissociável da noção de sexo.

Diferente dos tempos medievais, quando a mulher estava num espectro de continuidade em relação ao homem, a modernidade consolidou a noção da diferença sexual biológica dos corpos localizando-a em dois polos fixos e opostos. Entretanto, permaneceu a concepção da posição do corpo mulher como passiva e hierarquicamente inferior ao corpo homem. Pela diferença de seu aparelho reprodutor, a mulher tornou-se objeto da curiosidade da ciência hegemonicamente masculina a fim de avaliar e validar o melhor uso de seus corpos. Tais discursos circularam por longo período, não sem objeções. Nas últimas décadas do século XVIII e durante o século XIX vozes femininas emergiram em defesa da conquista de seus próprios direitos. Desde a segunda metade do século XX o movimento de resistência se amplifica por meio de pesquisadoras feministas e da cultura, que direcionam suas análises à opressão do feminino e mobilizam o conceito de gênero para por à prova discursos hierarquizantes do masculino frente ao feminino. Os estudos de gênero, em especial pelas mãos de Butler, fazem emergir enunciados que desconstroem a ideia de uma binaridade fixa sexual natural colada a uma binaridade coincidente e fixa de gênero. A conceituação de gênero como resultado de processos culturais e performativos constituiu, no entanto, nova disputa trazida pela expressão teoria/ideologia de gênero.

Seu surgimento é tributário das conferências episcopais, entre meados da década de 1990 e início dos anos 2000, provocado pela adesão ao termo gênero ocorrida na IV Conferência Mundial Sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz da ONU, em Pequim, em 1995 (JUNQUEIRA, 2017). A Plataforma de Ação deste encontro provocou uma enorme reação porque foi exitosa ao incorporar o conceito gênero ao longo de seu texto. O propósito foi propiciar a passagem “de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e, portanto, passíveis de modificação” (VIOTTI, 2006, p. 149).

A Quarta Conferência Mundial da Mulher, com duração de 12 dias, foi a atividade com maior público dentre todas as realizadas pela ONU até então, 47 mil pessoas de 181 países (SPITZCOVSKY; SINGER, 1995a). Como as discussões sobre gênero à época ainda eram restritas a espaços específicos, esse cenário não é apresentado na mídia brasileira. O Jornal Folha de São Paulo noticiou a Conferência sem ressaltar o início do uso do conceito de gênero, mas traz outros elementos interessantes de análise. Em *Detalhes Revelam Riscos* de 16 de setembro de 1995, o jornalista Marcelo Cavallari conta sobre o constante e delicado embate entre diferentes países concernente à escolha dos termos que deveriam ser utilizados nos documentos de referência internacional da ONU. O embate justifica-se, pois, algumas

palavras e expressões podem denotar visões de mundo que subsidiam políticas públicas e internacionais que não são do interesse político de todos. Como exemplo, escreve: “pode parecer estúpido discutir se deve constar a palavra ‘família’, por exemplo, ou ‘famílias’ no plural. ‘Famílias’, no entanto, pode ser usada pelo lobby homossexual em defesa de casamento legal entre pessoas do mesmo sexo” (CAVALLARI, 1995), indicando que as negociações ocorrem entre posições conservadoras e progressistas de estados no contexto das relações internacionais. Outra matéria do mesmo veículo jornalístico sugere que o texto final resultado da Conferência foi produzido em meio a tais arranjos, não tendo saído a contento dos movimentos progressistas, apesar dos avanços. Entre os países de postura liberal nos costumes, o texto destaca “EUA, Canadá, África do Sul, União Europeia, Finlândia e Brasil”. Já dentre aqueles com postura conservadora, estavam “católicos (Vaticano, Argentina, Equador, Guatemala, Paraguai) e islâmicos (Irã, Sudão, Iêmen, Omã, Kuwait)” (SPITZCOVSKY; SINGER, 1995b).

Em 1998, a nota *La Ideologia de Género: sus peligros y alcances*, do bispo peruano auxiliar de Lima Oscar Alzamora Revoredo (1929-1999) foi o primeiro documento em que a posição sobre o conceito de gênero é explicitada pela Igreja Católica. O bispo auxiliar usou como principal referência ao seu texto o artigo da jornalista estadunidense Dale O’Leary (1941-) *Gender: the deconstruction of women. Analysis of the gender perspective in preparation for the Fourth World Conference on Women*, de 1995 (JUNQUEIRA, 2017).

O’Leary (1995), na introdução do artigo, relata sua experiência como participante da reunião, realizada em Nova York, do Comitê Preparatório⁵⁰ para Pequim em março de 1995, a última na qual a plataforma de ação para mulheres seria debatida antes de sua apresentação na conferência mundial. Muitos ali presentes supunham haver um entendimento comum da palavra gênero como um equivalente à palavra sexo que, em algumas línguas, também significava o ato sexual. Entretanto, conforme o andamento do debate, elucidou-se o uso do termo gênero no documento e seu significado: “relações entre mulheres e homens baseadas em papéis definidos socialmente que são designados a um sexo ou a outro” (O’LEARY, 1995, p. 5). Depois disso, a disputa instalou-se em torno da noção de gênero. No entendimento de O’Leary (1995), a maioria das delegações não estava ali para debater epistemologia feminista e sim para encontrar saídas práticas em prol das mulheres. A perspectiva de gênero exposta

⁵⁰Os Comitês Preparatórios são atividades anteriores a conferências, com o propósito de apresentar recomendações sobre as prioridades da plataforma de ação em dado tema para a próxima década. O encontro é uma oportunidade para considerações sobre o texto final que será levado ao debate durante as conferências.

instaurou preocupação no grupo conservador por características anti-biologicistas, o que se supôs poder tornar-se uma estratégia para propiciar a equiparação da homossexualidade à heterossexualidade. A ideia central do texto de O’Leary (1995) foi de apresentar de forma negativamente crítica os debates de gênero oriundos de estudos e pesquisas acadêmicas, contra-argumentando-os com o propósito de instrumentalizar o posicionamento das delegações conservadoras, pró-família e contra o aborto.

Já a nota de Revoredo foi publicada na íntegra no dicionário enciclopédico *Lexicon. Termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas*, organizado pelo Pontifício Conselho para a Família, em 2002. No texto, o autor responsabiliza a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Mulher por disseminar o discurso da ideologia de gênero, entendido por ele da seguinte forma:

Por trás do uso sempre mais difundido da expressão ‘gênero’ no lugar da palavra ‘sexo’, esconde-se uma ideologia que procura eliminar a ideia de que os seres humanos se dividem em dois sexos. Esta ideologia quer afirmar que as diferenças entre homem e mulher, para além das óbvias diferenças anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa, mas são produtos da cultura de um país e de uma época determinados. Segundo esta ideologia, a diferença entre os sexos é algo convencionalmente atribuído pela sociedade, e cada um pode ‘inventar-se’ a si mesmo. Desaparece a diferença entre o que é permitido e o que é proibido neste campo (REVOREDO, 2007, p. 491).

Revoredo (2007) advoga em prol da diferença e das particularidades naturais entre homem e mulher, criados à imagem e semelhança de Deus. E concorda com O’Leary que explicita a agenda das feministas de gênero como sendo pela “separação da mulher do homem e destruição da identificação dos seus interesses com os interesses da família” (REVOREDO, 2007, p. 497). O autor incomoda-se com o emprego do termo papel por considera-lo artificial e sugere sua substituição por vocação pois, “implica algo de autêntico, de não artificial, um chamamento a ser aquilo que somos. Respondemos à nossa vocação de realizar a nossa natureza ou de desenvolver os nossos talentos e as nossas capacidades inatas” (REVOREDO, 2007, p. 498). Por fim, considera que a perspectiva de gênero é um ataque às religiões e tradições, às mulheres religiosas e aos seus credos ensinados às filhas e filhos sobre “matrimônio, família, sexualidade e respeito pela vida humana” (REVOREDO, 2007, p. 506), indicando também a preocupação com a educação.

Apesar de ter se constituído no final da década de 1990, a expressão ideologia de gênero manteve-se circunscrita aos meios católicos; sua circulação só começou a ganhar força uma década depois. Em especial, após o discurso do Papa Bento XVI à Cúria Romana na apresentação de Votos Natalícios, em 21 de dezembro de 2012 (JUNQUEIRA, 2018), que

teve dois grandes temas, a profunda falsidade da ideologia de gênero e o diálogo. Sobre o primeiro, diz:

O ataque à forma autêntica da família (constituída por pai, mãe e filho), ao qual nos encontramos hoje expostos – um verdadeiro atentado –, atinge uma dimensão ainda mais profunda. Se antes tínhamos visto como causa da crise da família um mal-entendido acerca da essência da liberdade humana, agora torna-se claro que aqui está em jogo a visão do próprio ser, do que significa realmente ser homem. [...] De acordo com tal filosofia [Simone de Beauvoir], o sexo já não é um dado originário da natureza que o homem deve aceitar e preencher pessoalmente de significado, mas uma função social que cada qual decide autonomamente, enquanto até agora era a sociedade quem a decidia. [...] O homem contesta o facto de possuir uma natureza pré-constituída pela sua corporeidade, que caracteriza o ser humano. [...] De acordo com a narração bíblica da criação, pertence à essência da criatura humana ter sido criada por Deus como homem ou como mulher. [...] Se, porém, não há a dualidade de homem e mulher como um dado da criação, então deixa de existir também a família como realidade pré-estabelecida pela criação. [...] Onde a liberdade do fazer se torna liberdade de fazer-se por si mesmo, chega-se necessariamente a negar o próprio Criador; e, conseqüentemente, o próprio homem como criatura de Deus, como imagem de Deus, é degradado na essência do seu ser. Na luta pela família, está em jogo o próprio homem (BENTO XVI, 2012).

Tal manifestação foi o pontapé que faltava para a ampla difusão e espraiamento da expressão ideologia de gênero que vem a seguir, ocorrida em dezenas de países, inclusive no Brasil. Em todo o canto do mundo ocidental, ela ganhou força nas arenas tanto políticas quanto religiosas, a fim de responsabilizar o campo dos estudos de gênero e a militância de defesa dos direitos das minorias sexuais como uma ameaça a uma ideia de sociedade e família (JUNQUEIRA, 2018).

Em 2015 a palavra gênero aparece em Pais & Filhos assumindo o significado corrente e indicando a extrapolação do debate do campo acadêmico para a ordem discursiva vigente. No artigo *Criança Transexual: Menino ou Menina?*, contam que as crianças começam a reconhecer a própria identidade de gênero por volta dos 2 anos de idade; a criança transgênero, usualmente, enfrenta dificuldade de aceitação das pessoas responsáveis pois, desde o ultrassom, ao nomearem seu sexo anatômico, passam também a identificarem-na pelo gênero coincidente. Ela externaliza sua condição quando passa a dizer que é de gênero diverso ao que lhe foi imposto “não como uma brincadeira, nem como fantasia, mas por causa da identificação” (CRIANÇA [...], 2015).

Todos esses discursos obtiveram maior ou menor repercussão nos arquivos empíricos de nosso estudo. Analisar sua circulação é fundamental para compreendermos como tais disputas de saber e poder constituíram a ordem discursiva do presente.

4.2 MENINO OU MENINA?

Não podendo ver a espôsa sofrer, o marido foi ao botequim com amigos; uma vizinha anuncia-lhe o nascimento de um filho, depois chega uma segunda vizinha que anuncia o nascimento de uma filha; bebe-se em honra dêsse presente de rei ... Sobrevém um vizinho e anuncia o nascimento de uma terceira criança; então o marido deixa às pressas o botequim: ‘Adeus, compadre; eu já me vou chegando, Ela será capaz, por Deus, de assim fazer até o alvorecer’ (VALCOURT⁵¹ *apud* REGNAULT, 1938, p. 23).

Descobrimos o livro *Menino ou Menina?* de 1938, do médico francês Jules Regnault (1873-1962), por meio da notícia publicada na revista *Vida Domestica* do mesmo ano, informando a existência de recursos científicos para a descoberta do sexo anatômico do feto antes do nascimento como uma grande e esperada novidade. O livro, para além de tratar de possíveis formas de prever o sexo anatômico antes do nascimento, aborda os temas do diagnóstico precoce da gestação e de como engravidar de menino ou menina. Por intermédio de uma coletânea de crenças e costumes de distintas culturas e revisão da literatura médica, Regnault (1938) assevera que a expectativa sobre o nascimento de um menino relacionava-se, em sua época, à dinâmica das divisões de trabalho. O menino, além de ser o sucessor do pai profissionalmente e na linhagem de herdeiros, seria o responsável pelos trabalhos pesados necessários à subsistência e às negociatas da vida em comunidade. O nascimento de uma menina, por outro lado, era também esperado, por ser ela a responsável pela continuidade do sangue da família. O nascimento de gêmeos de sexos anatômicos distintos seria uma benção divina, um “presente de rei”, como na anedota acima. Mas antes do nascimento ou mesmo antes da concepção, Regnaut apresenta supostos métodos de garantir a seleção do sexo biológico. Sugere evidências que o controle da biodinâmica metabólica por meio de dieta nutricional de ambos os corpos que desejem gerar direcionaria a produção de feto do sexo designado de fêmea ou de macho, também indica que o processo estaria sujeito a interferências climáticas, astrais, de cores e do dia do ciclo feminino, por exemplo. Concernente à possibilidade de previsão do sexo anatômico fetal durante a gestação, o autor considera válidos o método do antigo Egito de reação do trigo ou cevada com a urina da pessoa grávida, a avaliação dos batimentos cardíacos fetais e injeção subcutânea, na pessoa gestante, de extrato testicular.

Além de oferecer um panorama de como pensavam e pesquisavam os cientistas em seu tempo histórico, a título de curiosidade, a obra evidencia a possibilidade comum à época de equívoco da distinção sexual biológica mesmo após o nascimento e durante o

⁵¹Plancher Valcourt (1751-1815) foi um poeta francês. Não há referência da obra que tal passagem foi retirada.

desenvolvimento, quando Regnaut conta que seu livro não abordará tal problemática, mas compartilha sua experiência a respeito:

‘Menino ou menina?’ Posta nestes termos, a questão é imprecisa. Não se trata de dar os meios de distinguir uma menina de um menino quando nascidos ou depois de crescerem. Há, em geral, uma ‘pequena diferença’. [...] Não são muito freqüentes os erros nas declarações de estado civil e bastante raras as retificações no conselho de revisão. Aliás, em casos tais, é difícil pronunciar-se e nem sempre se pode convencer o interessado; examinei um, em Bordéus, que, malgrado todas as provas anatômicas recusou-se a mudar de estado civil, conservando-se ‘mulher’ e... mulher de má vida... Foi a única vez que vi uma pessoa catalogada como mulher recusar tornar-se homem (REGNAULT, 1938, p. 9).

Essa passagem explicita três concepções importantes contemporâneas ao autor e aos discursos ainda emergentes da modernidade: 1) havia somente uma “pequena diferença” entre os sexos anatômicos capaz de gerar confusão no momento do registro civil daquele ser; 2) as confusões ocasionadas eram passíveis de serem alteradas na idade adulta e, 3) Era bastante incomum que, tendo a possibilidade de ser identificado como homem, alguém se recusasse.

Sobre a possibilidade de produzir um feto de determinado sexo biológico, argumentação que o autor se propõe, é também temática bastante recorrente nas publicações do arquivo da pesquisa, mas nisso não nos aprofundaremos, por não ser o foco de nossa investigação. Já o debate sobre a previsão do sexo biológico durante a gestação nos é central. Em trecho de *A Ciência em Marcha: Menino ou Menina?* publicado em *A Cigarra* em outubro de 1954, percebemos a disputa de forças discursivas entre as técnicas medievais e o emergente saber científico. O texto questiona a efetividade das técnicas populares, inclusive as anunciadas por Regnault:

Durante a Idade Média, sem os recursos da Química, sem a possibilidade da realização dos exames de laboratório, os testes eram feitos pelos astrólogos. Baseados nos movimentos relativos dos astros, e principalmente da Lua, os velhos astrólogos faziam as suas afirmativas. Hoje em dia, como os bons astrólogos são difíceis de serem encontrados, e como a astrologia não é mais considerada ciência exata, os casais recorrem a outros processos, mais científicos na aparência, porém tão problemáticos, como os horóscopos primitivos (MACHADO, 1954, p. 110).

Já em 1957, a revista *Vida Domestica* avisa uma nova descoberta⁵², um exame de saliva que poderia prever o sexo biológico antes do nascimento. “Assim as futuras mães de hoje, podem descobrir facilmente se devem tricotar os casaquinhos compridos em azul ou

⁵²Estudo sobre técnica de testagem de gestação, no qual foi verificado que metade das mulheres que tiveram suas salivas testadas no sexto ou sétimo mês de gestação apresentavam resultado positivo para gestação. Após o nascimento, verificou-se que 98,7% dos nascimentos de crianças de sexo designado masculino tinham resultado positivo e 95,5% dos nascimentos de crianças de sexo designado feminino resultavam negativo. RAPP, G. W.; RICHARSON, G. C. A saliva test for prenatal sex determination. *Science*. v. 115, n. 2984, p. 26507. Mar. 1952. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/115/2984/265>. Acesso em: 01 set. 2019.

rosa” (CONHEÇA [...], 1957, p. 62). Além de indicar a função da imprensa como disseminadora de verdades científicas, esse excerto também nos dá pistas sobre o uso das cores rosa e azul como validadoras da binaridade de gênero, assunto que exploraremos no subitem desse mesmo capítulo *Azul ou rosa, a cor importa*. Outrossim, apesar do anúncio da descoberta, ela permaneceu inacessível, tal qual tantas outras, até o advento da ultrassonografia obstétrica. Ainda assim, os textos das revistas continuam a abordar a preocupação com a descoberta do sexo anatômico fetal, às vezes, referindo-se a expectativas, que direcionam escolhas do ser por vir, e frustrações, em especial frente ao nascimento de uma menina, como nesse trecho de artigo da Pais & Filhos de 1969, ao desqualificar as técnicas de previsão popular:

Nove meses de espera parece tempo suficiente para que se decida tudo a respeito do bebê: sexo, guarda-roupa, religião, colégio, profissão, time de futebol, ideologia política, livros prediletos. Isso porque vai ser homem, é claro. Mas claro porquê? Bem, barriga da gestante é bem pontuda. E depois há sempre uma empregada por perto, para fazer as tais previsões infalíveis, que a ciência se recusa a considerar. [...] Daí em diante, os acontecimentos se desenrolam com rapidez: mala pronta, é rumar para o hospital. Lá, o parto, trazendo o bebê tão esperado. E, com êle, a decepção: lamentavelmente, irreversivelmente, é uma menina que acaba de nascer (BUENO, 1969, p. 28).

A primeira tecnologia médica a garantir, efetivamente, a designação sexual biológica do feto foi o exame de amnioscentese, descrito pela primeira vez como “punção do ventre materno” em matéria de 1971 da Pais & Filhos, ressaltando que o procedimento é utilizado somente em último caso, para auxiliar no diagnóstico de uma gestação de risco. A possibilidade de antecipar o sexo anatômico fetal seria uma curiosidade secundária. (RACHEL, 1971).

Finalmente, em 1977, devido ao aprimoramento constante do equipamento, a ultrassonografia obstétrica como possibilidade de identificar o sexo anatômico fetal é noticiada no artigo *Numa pequena tela, desfazem-se dúvidas. Graças ao ultra-som*:

Em determinados casos, o aparelho pode revelar o órgão genital do feto visualizado após a vigéssima semana de gestação, ou seja, depois do quinto mês de gravidez. Nem sempre, entretanto, o sexo do bebê é visto com facilidade. Tal fato depende da posição em que ele se encontra, de não estar se movimentando no momento do exame e outros artifícios técnicos. A identificação seria primariamente do órgão genital masculino. A genitália feminina é registrada com maior dificuldade. Para o Dr. Sérgio Luís Simões, a grande vantagem do novo aparelho está na maior quantidade de informações que fornece ao ultrasonografista e não na determinação do sexo do bebê. E explica: “Nós desestimularemos sempre a determinação do sexo da criança em razão de dois motivos: primeiro, não trazer qualquer subsídio do ponto de vista científico, a não ser em raros casos de doenças cromossômicas ligadas aos sexo e, em segundo, porque acreditamos que do ponto de vista psicológico da gestante, isso poderá trazer muitos conflitos, tirando o aspecto da expectativa com que o sexo da criança é aguardado até o nascimento” (GALVÃO, 1977, p. 128).

Os dizeres do médico, ao indicar possíveis conflitos advindos da descoberta antecipada, soam curiosos aos tempos atuais, quando os Chás Revelação não são somente populares, como já se transformaram elemento essencial ao rito da gestação. Ainda assim, como vimos no capítulo anterior, a utilização dessa tecnologia médica só ocorreria de forma ampla a partir da década de 1990. Em *Os Mistérios Desvendados pelo Ultra-Som* de maio de 1982 é destacado no subtítulo *No sexto mês descoberta do sexo*:

Dependendo da posição do feto na barriga da mãe, **o médico poderá ou não identificar o seu sexo**. A época ideal para que isto aconteça fica em torno do sexto e sétimo meses, quando ainda é grande a quantidade de líquido amniótico que permitirá a movimentação fetal, até tornar possível a visualização da genitália. **Somente para descobrir o sexo, porém o exame de ultrassom não se justifica** (MIGUEZ, 1982, p. 19, destaque nosso).

Nesse trecho evidencia-se que nos primórdios da tecnologia ultrassonográfica, a expectativa diante da descoberta do sexo anatômico fetal poderia ser frustrada, reforçando conteúdo publicado alguns meses antes sobre a mesma questão: *Conhecer o bebê ainda no útero* de novembro de 1981. O foco principal da matéria é a saúde do feto e da gestante, ressaltando que naquela data o panorama frente ao desconhecimento sobre a criança que nasceria era bastante distinto de antigamente, denotando importante avanço das pesquisas na área da medicina que estaria ao alcance de todos. Ainda que parte do conteúdo, pouca ênfase é atribuída à possibilidade de designação do sexo, curiosidade da maior parte das pessoas (NUNES, nov. 1981).

Em artigo já citado, *Uma Janela Para o Feto* de novembro de 1988, finalmente a ênfase passa a ser dada à designação do sexo do feto. “Talvez aí resida o grande sucesso deste tipo de exame. Para os futuros pais nada mais interessante do que saber o tamanho e o peso aproximado do bebê que vai nascer. O que a ultra-sonografia, hoje, já é capaz de dizer. Ela também pode revelar um segredo importante: o sexo de seu filho” (WERNECK, 1988, p. 126). De lá para cá, devido aos seus contínuos avanços, espera-se resposta certa sobre a identificação da genitália via imagem já na 12ª semana de gestação. Apesar de o discurso médico continuar a prevenir sobre possíveis equívocos, há casos de processos jurídicos movidos por casais frustrados por um erro de informação que só se esclarece, efetivamente, no momento do parto⁵³. Assim, a designação sexual anatômica antes do nascimento abriu novo flanco mercadológico pois, além desse tipo de exame ter sido transformado em bem de consumo frente a crescente demanda, outro exame se popularizou, a sexagem fetal, exame sanguíneo que revela o sexo biológico do bebê, via DNA, na oitava semana de gestação.

⁵³Há debates sobre a possibilidade desse tipo de processo em diversos fóruns online atuais.

Desenvolvido no final da década de 1990, o exame passa a ser empregado, a partir dos anos 2000, com o propósito de diagnosticar doenças relacionadas aos cromossomos sexuais. Uma década depois, é noticiado de outra forma. Em maio de 2013, Pais & Filhos anuncia: “A novidade possibilita adiantar a descoberta sobre o sexo biológico esperado em duas semanas em relação ao ultrassom. Seu valor médio é de R\$ 600,00” (QUAL [...], 2013). Em junho de 2016 o tema é retomado pela revista, que informa valor médio de R\$ 500,00 (VOCÊ [...], 2016). Atualmente, essa despesa gira em torno de R\$ 200,00. Não é necessário pedido médico para realizá-lo, uma vez que não consta na lista de procedimentos obrigatórios da ANS. No laboratório de análises clínicas Mil, na cidade de Taubaté, há uma única pilha de panfleto em todos os guichês da recepção (Figura 27). A oferta pelo exame de sexagem fetal é uma peculiaridade do Brasil quando comparado a outros países ocidentais, nos quais o exame permanece restrito a usos diagnósticos. Ainda que nos Estados Unidos, por exemplo, o controle não seja tão restrito, é exame dispendioso e a espera por somente mais duas semanas até a realização da ultrassonografia que dará a ver o sexo anatômico é completamente aceitável (LÖWY, 2017).

Figura 27 – Panfleto de propaganda de exame de sexagem fetal

Vai ser *menina* ou *menino*?

Sexagem Fetal

"O sexo do feto pode ser conhecido já durante a gestação. Atualmente, técnicas moleculares de última geração permitem determinar com segurança o sexo do feto a partir da 8ª semana de gestação".

O exame é muito seguro e não oferece riscos ao bebê! É coletado sangue venoso materno, como em um exame de sangue convencional

www.laboratoriomil.com.br
Rua Barão da Pedra Negra nº 517 - Taubaté - SP
Tel: 12 3632-4177 e 12 3622-6792

Medicina Integrada Laboratório
MIL
Respostas Confáveis para sua Saúde

Fonte: Laboratório Mil (2019).

A realização do exame de sexagem fetal não impede que a ultrassonografia seja realizada e perca sua importância. É ela que dará forma e aparência ao feto e certificará pela imagem o que o exame de sexagem fetal anuncia em texto. De todo modo, o exame de sexagem fetal evidencia a grande relevância dada, na cultura brasileira, ao conhecimento sobre o sexo do embrião/feto durante a gestação. Ao adiantar em alguns dias a descoberta, reforça a ideia defendida por nós de que, mais do que qualquer outro elemento, a informação sobre o sexo fetal é imprescindível para sua definição como pessoa humana. É em torno dele que todos os outros elementos individualizantes, que tornam a pessoa em quem é, se configuram. É o sexo designado das vidas por vir que possibilita a construção prévia dessa vivência; o primeiro passo é sua nomeação.

4.3 PRECISA-SE DE UM NOME

Retomando a circulação da designação sexual anatômica via imagem ultrassonográfica, depois de difundida e estabelecida como prática corriqueira e hegemonicamente adotada nos últimos anos da década de 1980 e início da década de 1990, a pergunta se transforma de “Como saber o sexo do feto?” para “Quero saber o sexo do feto?”. Em matéria *Vale a pena saber o sexo antes?* da Pais & Filhos de agosto de 1989, repetida na íntegra com o título *Saber o sexo antes, você decide* em 1992, é dito:

Não foi com esse intuito que surgiu a ultra-sonografia, mas ela serve bem ao propósito: sabendo antes do nascimento o sexo do bebê, nos preparamos melhor para recebê-lo: projetamos seu quarto, roupas e nome. **Quando ele chega, já está tudo pronto, e bem de acordo com o sexo.** [...] Mas como tudo na vida é relativo, também esse conhecimento prévio pode ter algumas desvantagens. A primeira delas: onde vai parar o romantismo? Para muitos pais, esta revelação tira grande parte do encanto e da emoção do parto. Preferem manter o clima de suspense de antigamente (MORAES, 1992; MORAES, 1989, p. 12, destaque nosso).

E, na sequência:

Cláudia, no 7º mês de gravidez e fazendo sua primeira ultra-sonografia, garantia não ter nenhuma preferência, mas estava muito curiosa quanto ao sexo de seu filho porque **‘as pessoas estão sempre perguntando o que será’**. **Ela é mais uma mamãe que sucumbiu às pressões dos amigos e parentes.** Uma situação cada vez mais comum e que freqüentemente se transforma em festa (MORAES, 1992; MORAES, 1989, p. 12, destaque nosso).

Por fim, determina: “Utilizem o poder da ultra-sonografia os casais modernos, abusem da sabedoria da vovó os casais mais românticos, sem contra-indicações” (MORAES, 1992; MORAES, 1989, p. 14). A republicação dessa reportagem evidencia que em 1992 ainda havia algum espaço para a liberdade de não querer saber o sexo fetal, entretanto, relata a situação de

Cláudia, que sucumbiu às pressões, sendo subjetivada pela nova ordem discursiva instalada. Apesar da apregoada função diagnóstica, a matéria corrobora a suposição de que a ultrassonografia obstétrica mobiliza mais largamente sua função como tecnologia de gênero.

Relato interessante sobre a experiência pessoal de uma das jornalistas da revista Pais & Filhos alguns anos mais tarde, em 1997, possibilitou-nos compreender melhor a abrangência que o fenômeno foi adquirindo. Ela e seu companheiro fizeram uma opção então já considerada nada convencional: não querer saber o sexo do nascituro, narrada no artigo *Luísa ou Lucas*. Porém, a tentativa de passar incólume à exigência de descobrir o sexo anatômico fetal durou somente até a 23ª semana de gestação. Eles estavam preparados para a constante pergunta “É menino ou menina?”, vinda de todas as direções, mas não consideraram outras dificuldades face ao segredo. O médico ultrassonografista foi o primeiro a indicar perplexidade diante da solicitação do casal: “Olha só, está aqui, tem gente que vem fazer o exame até três vezes só pra saber o sexo e o bebê não mostra, mas o de vocês...” (COELHO, 1997, p. 61). Depois, o entrave ocorreu no curso para casais grávidos. A sala de aula era dividida por almofadas amarelo e rosa de um lado e azul e verde do outro, cada casal deveria escolher onde sentar de acordo com o sexo designado do feto; os casais eram saudados pelos nomes que já haviam escolhido para os futuros bebês, o que os deixou desconfortáveis. Mas, segundo seu relato, o pior mesmo foi quando surgiu a vontade, por parte do casal, de “falar com ele, chamar pelo nome” (COELHO, 1997, p. 61). E então o pai sonhou que o feto/bebê seria um menino. Foi o suficiente para agendarem naquele mesmo dia uma ultrassonografia obstétrica.

Deixar de ser um casal que espera um bebê para sermos os pais do Lucas.

Talvez nessa frase anterior esteja resumido o que mudou de imediato. Além disso, paramos de pensar em vestidos, lacinhos coloridos e estamos imaginando camisa de gola, suspensório, bermudinha e boné do Fluminense, é claro. Porque o menino vai torcer pelo time de futebol do pai e proteger a mamãe. De uma hora pra outra, pensamentos que você sempre considerou conservadores parecem estar por todos os lados. E o que é pior, a gente se acostuma, pode acreditar (COELHO, 1997, p. 61, destaque nosso).

Nessa narrativa explicita-se a dificuldade do casal em resistir a serem subjetivados. A tentativa de resistência foi fracassada, tanto quanto a de Cláudia. Entretanto, a diferença é que se em 1989/1992 a dúvida frente a surpresa era mais corriqueira, em 1997 não há mais espaço para ela, esperar por uma surpresa deixa de ser aceito como possibilidade.

Ainda que mantenham o velho costume de apresentar listas de nomes de meninas e meninos, seja com os que estão na moda, seja com sugestões de nomes alternativos, em 2017 Pais & Filhos aborda a possibilidade de nomes sem gênero. O título da matéria *Você daria um nome sem gênero para seu filho?* avalia a receptividade do público à temática. Nela, comenta-

se uma postagem de redes sociais: “‘Meu filho vai se chamar Ariel. Quando crescer ele decide se vai ser homem, mulher, sereia ou sabão em pó’. A brincadeira acabou repercutindo e trazendo diferentes opiniões sobre questão de gênero na infância” (VOCÊ [...], 2017). Em 2019, aparece título mais ousado: *Nomes Sem Gênero: 12 opções para você fugir do óbvio*, quando a revista passa a validar esta em conjunto às outras possibilidades de nomeação: “atualmente muitos pais procuram por nomes neutros para os filhos, que possam ser usados tanto para meninas quanto para meninos” (ZACHARIAS, 2019). Notícia publicada poucos meses depois, *Casal decide não contar o sexo do bebê de 1 Ano: “Usamos pronomes neutros para nos referirmos ao Anoush”*, reforça que as problemáticas de gênero extrapolaram as discussões acadêmicas e adentraram a vida prática “queremos fazer isso pelo máximo de tempo possível. Não queremos que ele[a] ouça que não pode fazer determinada coisa porque é menino ou menina, nós queremos protegê-lo[a] disso”, contam os responsáveis pela criança (CAMPITELI, 2019).

4.4 DO CHÁ DE BEBÊ AO CHÁ REVELAÇÃO

Se o chá revelação é uma novidade que data da década de 2010, o chá de bebê também é evento recente, de meados dos anos de 1970. Em 1976, na revista Pais & Filhos, encontramos a primeira publicação relacionada ao tema e nela faz-se evidente a novidade já pelo título *O Seu bebê também merece um Chá de Panela*. O evento ainda não possuía designação própria e parece ser uma sugestão da revista, baseada em evento similar, o Chá de Panela, que é organizado para pessoas em vias de se casar receberem presentes úteis para o lar (SOUTELLO, 1976). Aos poucos o evento consolidou-se e ganhou nome próprio. Em *É hora do chá, para o bebê*, conta-se sobre o que parecia ainda ser novidade para alguns, orientando, inclusive, sobre como organizá-la. Em um dos subtemas do artigo, que trata das brincadeiras da festa, sugere-se a “loteria do bebê”, por meio da qual as convidadas e convidados palpitam sobre o sexo biológico do bebê após o nascimento; àqueles que acertarem serão convidados para um jantar com a família depois da chegada da criança (DIAS, 1987).

Nos dias atuais, já ultrapassada a questão da surpresa relacionada ao sexo designado do feto, os Chá Revelação vão além. Como já contamos, são eventos com o único objetivo de anunciar tal descoberta a todas as pessoas próximas. Curiosamente, a pessoa responsável por tal invenção se diz arrependida. Em postagem viral no *Facebook* de 25 de julho de 2019 a estadunidense Jenna Karvunidis relata que, após ser lembrada recentemente que foi ela quem inventou em julho de 2008 tal tipo de festa, difundida rapidamente pela mídia, sentia-se

no meio de uma confusão de afetos por conta de sua contribuição aleatória para a cultura. Em consequência da popularidade da ideia, passou a ser dada ênfase exagerada ao gênero do feto, mas em realidade, Karvunidis acredita que ninguém deveria se importar com isso, "não sabíamos o que sabemos agora – que focar no gênero dos bebês ao nascer deixa de fora tanto do potencial e talento deles que não tem nada a ver com o que está entre suas pernas" (KARVUNIDIS, 2019). Para terminar, conta que a primeira menina que teve uma festa de Chá Revelação, sua filha, hoje usa ternos.

A partir do momento que a ultrassonografia obstétrica se tornou instrumento popular para designação sexual anatômica dos fetos, os Chás de Bebês modificaram-se junto ao comportamento das pessoas gestantes, impulsionados pelo comércio de bens de consumo de decoração para os quartos dos futuros bebês e enxovais generificados, seja pelas cores rosa e azul, seja por motivos considerados mais masculinos ou femininos. Os presentes passaram a ser direcionados por gênero, o que atingiu seu ápice com os Chás Revelação, quando se intensificaram os marcadores da distinção, assim como as expectativas criadas ao redor do futuro bebê baseadas nessa diferença. Nesse cenário, foram ignoradas as possibilidades de equívoco ultrassonográfico, e principalmente, os casos de intersexualidade⁵⁴ e transgeneridade. Se, por um lado a eclosão do discurso generificador tem produzido, precocemente, performances de gênero por corpos infantis, por outro tem aumentado o número de crianças resistentes a serem objetivadas de forma tão intensamente generificadora, algumas delas transgênero, outras, pelo simples fato de perceberem sua liberdade cerceada frente a tais imposições culturais. Na sequência, analisaremos os principais marcadores de gênero de corpos infantis.

4.5 A MODA NAS REVISTAS E SUAS ENUNCIAÇÕES GENERIFICADORAS

Partindo da proposição foucaultiana de que não há corpo pré-discursivo, uma vez que a massa corpórea é inscrita por discursos, torna-se imprescindível analisarmos a função da indumentária na ordem discursiva frente aos corpos. Nesse contexto, a moda assume o encargo de incutir classificações diversas de classe social, de faixas etárias e de gênero

⁵⁴ Concernente à intersexualidade, tem se adotado um processo de decisão compartilhada entre equipe médica e pessoas responsáveis pela criança no qual entram em jogo fatores como a aparência da genitália externa, avaliação das futuras funções dos órgãos sexuais e potencial de fertilidade. Entretanto, o movimento de pessoas intersexo advoga pela espera da decisão de modo a considerar a perspectiva da criança, quando já estiver madura para fazê-la. As intervenções realizadas ainda na primeira infância são consideradas mutiladoras pelo movimento.

(TSEËLON, 2001). Grosso modo, os fatores que levaram a espécie humana a indumentarizar-se foram por proteção ou hábitos culturais. As práticas divergem em distintas culturas. Em regiões frias, por exemplo, a premissa da proteção é obrigatória. Já os adornos podem ter função ritualística ou mística. As motivações das transformações da aparência via indumentárias são culturais e socioeconômicas, partem de demandas de ordem estética, erótica, de cuidados ou de higiene pessoal e ritos de passagem, transformando e maleabilizando a matéria corpórea (CIDREIRA, 2005). Sendo inúmeras as possibilidades de interferência sobre o corpo, elas diferenciam-se em função do grau de durabilidade, havendo, sumariamente, duas formas de transformação: "as transformações aloplásticas, que são pouco duráveis, a saber a maquiagem, as vestimentas, os ornamentos; e as transformações autoplásticas, o *piercing*, as deformações, as mutilações, bem como a cirurgia plástica" (MAISONNEUVE; BRUCHON-SCHWEITZER⁵⁵, 1981, p. 47 *apud* CIDREIRA, 2015).

A maneira como nos vestimos e adornamos torna nossos corpos aceitáveis em distintas situações sociais, cada qual tendo um código próprio. Somos subjetivados por esses modos de vestir o corpo com uma segunda pele adaptável e mutável em aderência às ordens discursivas e relações de poder em dada circunstância tempo-espacial. Os corpos infantis são objetivados por essa tecnologia do vestir desde o nascimento, mas sua preparação inicia-se anteriormente, quando o feto ainda está sendo gestado, pela construção de seu enxoval. As revistas, importantes veículos de moda, apresentam não só as indumentárias referentes aos gêneros, mas também as performances dos corpos generificados, ao estilizar suas posturas e gestos (ENTWISTLE, 2001). A seguir analisaremos desde as estilizações de cabelo, passando pelo uso dos brincos como adorno feminino para desembocar nos enxovais e roupas de bebês nas quatro publicações de nosso arquivo empírico, com o propósito de apresentar suas características generificadoras a fim de compreender como as normas de gênero vem sendo negociadas ao longo da modernidade ocidental.

4.5.1 Cabelos a gosto de quem?

O cabelo é dotado de simbolismo para os mais diferentes povos. Cortes de cabelo e penteado têm sido estudados e identificados tanto como ritos de passagem quanto elementos de diferenciação de funções sociais. Ambos correspondem a diferentes graus de maturidade, tipos de comportamento de gênero e hierarquia. É comum tais mudanças acompanharem

⁵⁵ MAISONNEUVE, J.; BRUCHON-SCHWEITZER, M. *Modèles du corps et psychologie esthétique*. Paris, PUF, 1981.

alterações da maturidade da sexualidade, assim como diferenciação de gênero. Pode-se supor que nas sociedades em que os órgãos genitais foram publicamente camuflados pelas roupas, como na sociedade ocidental, o cabelo assuma distintas formas representacionais de gênero como um deslocamento para a ordem do visível do que está escondido. Também parece ser regra usual que cabelos longos indiquem elemento de sedução sexual; cabelos curtos, parcialmente raspados ou bem amarrados apontam para uma restrição da sensualidade na esfera feminina, seriedade e responsabilidade na esfera masculina; já a cabeça totalmente raspada é simbolismo para o celibato (LEACH, 1983). Na cultura ocidental, cabelos compridos são relacionados à sensualidade e à feminilidade e cobri-los foi obrigação das mulheres para frequentar espaços sagrados e públicos, especialmente nos tempos medievais. Se entre os judeus ortodoxos, a partir do casamento as mulheres não podem apresentar-se publicamente com os cabelos à mostra, tendo que usar perucas (OLIVEIRA, 2007), a Bíblia também traz regras específicas:

Todo homem que ora ou profetiza com a cabeça coberta falta ao respeito ao seu senhor. E toda mulher que ora ou profetiza, não tendo coberta a cabeça, falta ao respeito ao seu senhor, porque é como se estivesse raspada. Se uma mulher não se cobre com um véu, então corte o cabelo. Ora, se é vergonhoso para a mulher ter os cabelos cortados ou a cabeça raspada, então que se cubra com um véu. Quanto ao homem, não deve cobrir sua cabeça, porque é imagem e esplendor de Deus, a mulher é o reflexo do homem. Com efeito, o homem não foi tirado da mulher, mas a mulher do homem, nem foi o homem criado para a mulher, mas sim a mulher para o homem. Por isso a mulher deve trazer o sinal da submissão sobre sua cabeça, por causa dos anjos. [...] A própria natureza não vos ensina que é uma desonra para o homem usar cabelo comprido? Ao passo que é glória para a mulher uma longa cabeleira, porque lhe foi dada como um véu. (BÍBLIA, Coríntios I, Capítulo 11, 1-16).

Ainda que a regra das mulheres com cabelos compridos e dos homens com cabelos curtos tenha aceito exceções ao longo da história ocidental, em grande medida esse é o postulado mais resistente sobre cabelos no quesito da diferença de gênero. Mas e na infância, como analisar o simbolismo do cabelo? Referente aos recém-nascidos ou crianças na primeira infância, os povos incas, por exemplo, realizavam o primeiro corte quando a criança completava dois anos, simultaneamente ao desmame (OLIVEIRA, 2007). E na cultura ocidental, as regras aí seriam por gênero ou etárias? No livro *História Social da Criança e da Família*, o historiador francês Philippe Ariès (1914-1984) oferece-nos pistas.

Ao estudar retratos, pinturas e arquivos, o autor conclui que até o século XVII, as crianças eram consideradas seres frágeis, com vidas suscetíveis a intempéries de toda sorte. A morte de bebês era frequente, assim como era usual famílias com grande número de crianças. Conquanto, a partir do momento que essas crianças adquiriam autonomia de cuidados elementares como alimentar-se e andar sem auxílio, eram consideradas tal qual pessoas

adultas. Desde então, sendo a infância precocemente adultilizada ao entendimento contemporâneo, sua indumentária reproduzia as noções vigentes do que era comum aos homens e às mulheres. Antes de adquirirem autonomia, todavia, as crianças não eram distinguidas por gênero, indicando-nos que a principal distinção do corpo infantil frente ao corpo adulto no Ocidente era por uma marcação etária. Pouco a pouco, estratos divisionais foram constituindo a noção da infância etária e generificada como a conhecemos na atualidade. (ARIÈS, 1981).

No final do século XIX a noção da infância como sem gênero alargou-se até uma diferenciação para o masculino, quando os meninos adentravam a vida pública, passando a frequentar instituições de ensino por volta dos 5 ou 6 anos de idade. Já na primeira década do século XX a ideia de uma infância sem gênero retrocedeu para a fase do desmame, por volta de um ou dois anos de idade, sendo atualmente inexistente essa concepção da criança sem gênero. De todo modo, as indumentárias de criança quando compreendidas como sem gênero eram constituídas de elementos femininos. Bebês e crianças, meninas ou meninos, eram adornados com enfeites e fitas em estilo similar aos dos adornos das mulheres, assim como usavam vestidos e tinham os cabelos compridos ou penteados semelhantes aos das mulheres. Essa feminilização estava muito mais relacionada a discursos do feminino como dependente, ingênuo e imaturo do que com a ideia do feminino pela via da sexualidade. Essa concepção também se relacionava à emergência da maternidade moderna abordada no capítulo anterior, os bebês e as crianças pequenas eram pertencentes ao mundo privado do lar, ou seja, ao mundo e às vivências da mulher. Além disso, perceber bebês designados como meninos estando num campo de performance masculina poderia ter conotação sexual e equivocada. Do final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, as noções de gênero foram paulatinamente restabelecidas para a primeira infância e para os bebês (PAOLETTI, 2012).

Ao considerar o processo de crescimento dos cabelos, os bebês, independente do gênero, têm cabelos curtos. Pais & Filhos explica às leitoras que logo ao nascer, o que parece ser cabelo é em realidade pelo, denominado lanugo⁵⁶. Depois do nascimento, é comum que esses fios caiam, evento que pode começar já nos primeiros dias ou a partir dos três meses. Esse processo deve se prolongar até por volta de um ano de idade, somente então o cabelo começa a nascer, em algumas crianças por volta dos seis meses, em outras com até um ano e meio de idade. (O CABELO[...], 2016).

⁵⁶ São os pelos curtos, finos, que se assemelham a uma penugem e revestem toda a extensão do corpo fetal, com a função de protegê-lo no meio líquido.

Nos adereços de cabeça e penteados, os marcadores de gênero femininos dos bebês de ambos os sexos biológicos eram toucas e laçarotes similares. As toucas, bastante usuais nas duas primeiras décadas do século XX, aludem aos véus ou à necessidade de as mulheres cobrirem suas cabeças. Na figura 28, vemos um bebê menino com touca e vestido, enquanto que na figura 29 é uma menina mais velha que usa touca, indicando ser um adereço feminino que deixa de ser usado por meninos conforme ficam maiores. Na figura 30, vemos o laçarote na cabeça do filho de uma pessoa da sociedade da época, ainda que nas revistas esse tipo de adorno tenha sido mais usual em cabeças de bebês com sexo designado feminino e permaneceu sendo usado por meninas maiores, como nas figuras 31 e 32. Por fim, na figura 33 temos dificuldade de definir qual das crianças é a menina, uma vez que todas estão exatamente com o mesmo corte de cabelo e penteado.

Figura 28 – Fotografia legendada: “Antonio Fernandes, interessante e inteligente filho do Sr. João Gusmão, do alto comércio desta praça”

Fonte: Os amigos [...] (1923, p. 08).

Figura 29 – Fotografia legendada: “A pequena pianista Amelia Barregan, filha do sr. Gregorio De Miguel e que pretende dar um concerto nesta capital”

Fonte: Musica (1919, p. 28).

Figura 30 – Fotografia legendada: “Pose do pequenito José Maria, filhinho do Dr. Dulphe Pinheiro Machado”

Fonte: Retratos [...] (1922, p. 21).

Figura 31 – Fotografia legendada: “Nilza Cavalcante, graciosa e encantadora filha do Sr. Diniz Cavalcante nosso colega do ‘O Jornal’”

Fonte: Fotografia [...] (1924, p. 05).

Figura 32 – Fotografia legendada: “Gilda, Jandyrá e Jacyrá, filhas do sr. Antonio, Brenn, residente nesta capital”

Fonte: Mundo [...] (1920, p. 36).

Figura 33 – Fotografia legendada: “Sophia Ferreira de Andrade e os seus primos Edy e Decio, sobrinhos e filhos do dr. João Ferreira de Moraes Junior, digno e ilustre secretario do sr. Ministro da Fazenda”

Fonte: A idade [...] (1924, p. 50).

Em *O Cabello dos Nossos Pequerruchos*, publicado pela Revista Domestica em 1927, orientam para uma simplicidade nos penteados infantis, e também aparece a importância de um cuidado dentro de moldes higienistas pois, conforme o cabelo for crescendo deve-se manter a nuca limpa tanto para meninas quanto para meninos. Entretanto, ressaltam que a depender da idade, é bom evitar cabelos de meninos compridos:

Apenas os proprios cabelos arranjados da melhor fôrma e segundo a sua qualidade, a sua côr e a physionomia do bebé. Se o cabelo destes é naturalmente encacheado, devemos deixa-lo tal qual é, formando, em cima um cacho maior e separando do outro, por duas riscas paralelas, mas não esquecendo de lhes cortar o cabelo, quando mais velhos, afim de evitarmos o ridículo dos mocinhos penteados como bonecas. Os cabelos lisos, demandam mais ainda que os encaracolados, o corte curto; penteando-o, na testa, em franja ou juntando-o numa medeixa do lado. A nuca, muito limpa e com o cabelo bem curto, isto em todas as creanças, pois, nos nossos dias, não se tolera ninguém despenteado (O CABELLO [...], 1927, p. 139).

No conto *A Tumba das Chimeras*, publicado em A Cigarra de 1938, as linhas divisórias desenhadas pela indumentária, corte de cabelo e os nomes próprios entre o feminino e o masculino parecem ser flexíveis ao entendimento das próprias crianças. Nele, um menino de classe abastada, talvez de cinco ou seis anos, com criação restrita ao lar e ao mundo feminino tem um encontro com os filhos do jardineiro por solicitação “das patroas” porque era uma criança muito solitária. Os filhos do jardineiro, de sua parte, receberam várias recomendações para o encontro e estavam desconfiados com a situação: “Que desejaria deles aquelle palerma que ali estava, de cabelos compridos e meias até o joelho? Era menino ou

menina?” (SÁ, 1938, p. 151). Evandro, “o patrãozinho”, mandou que todos se sentassem no banco, analisou-os e perguntou seus nomes. Um deles chamou-lhe a atenção, Rosinho. Indagou-o sobre o motivo do esquisito nome, seu irmão primogênito explicou: “O nome dele é João, mas mamãe botou esse appellido porque queria que elle fosse menina. E se fosse menina ia se chamar Rosa. Por isso é que elle é tão russo assim e parece mulher (SÁ, 1938).

Das primeiras décadas do século XX até as últimas, os estilos mudaram, mas os marcadores de gênero permanecem similares. Na reportagem *O Primeiro Desfile de Luciana* da revista Pais & Filhos de 1971, há algumas fotos da criança de 7 meses, ainda sem cabelos. Na figura 34, ainda que esteja vestida de azul, ela usa enfeite na cabeça, enquanto que na figura 35, em que apresenta sua roupa de festa, usa uma touca.

Figura 34 – Luciana com enfeite na cabeça

Fonte: Ferrari (1971, p. 21). Acervo Biblioteca Mario de Andrade

Figura 35 – Luciana com sua roupa de festa

Fonte: Ferrari (1971, p. 24). Acervo Biblioteca Mario de Andrade

Na seção de higiene infantil da Pais & Filhos de julho de 1973, *Ele quer cabelo grande, mas não deixa lavar*, discutem um pedido de ajuda enviado por carta à revista, é sobre um filho de 5 anos que entrou para a escola e quer ter o cabelo igual ao dos colegas. A revista orienta: “Você não deveria ficar tão aflita, pois seu problema é o de quase todas as mães, atualmente. A mudança da moda, tornando usual cabelos longos para os meninos, mudou também os hábitos higiênicos relativos às lavagens de cabeça” (ELE [...], 1973, p. 106), de acordo com a resposta dada, cabelos devem ser lavados três vezes por semana, lavagens todos os dias seria prejudicial. Esse pequeno trecho, além de educar sobre o corte de cabelo na moda, coloca em questão hábitos trazidos pelo movimento higienista que foram largamente apropriados na cultura brasileira. É interessante notar que até essa data era aceitável um corte de cabelo longo para meninos, sem pôr a prova questões de gênero. Em *Malha e Brim: uma Solução* de março de 1976 (Figura 36), notamos que cabelos compridos em meninos continuam em alta, já a menina tem cabelos curtos, corte não raro em outras meninas em matérias de moda de anos próximos, somente é possível assumir que seja menina pela saia que usa.

Figura 36 – Menina com cabelo curto e meninos com cabelo comprido

Fonte: Wanderley (1976, p. 62).

Em agosto de 1979, uma das tantas reportagens comparativas entre educação de meninos e meninas, desta vez que orientava as leitoras a se libertarem dos estereótipos sexuais, traz como imagens da capa dupla a fotografia de um menino em uma página e de uma menina na página ao lado (Figura 37). Ambos estão com exatamente o mesmo corte de cabelo e comprimento. O que os diferencia nessa imagem é a nudez do menino e a performance de gênero de ambos. O menino veste apenas uma regata, puxada para cima enquanto olha para baixo, para seu próprio órgão genital. A menina, em contrapartida, veste camiseta e calcinha, tem as mãos recolhidas em frente ao seu corpo e cabeça baixa, enquanto, olha, ao que parece, ressabiada para o menino, talvez triste. Teria ela inveja do pênis tão orgulhosamente exibido pelo garoto? É o que a montagem nos faz supor. Montagem, pois, não há nenhum indício que ambos estavam presentes na mesma cena no momento da captura da imagem, as performances dos retratos foram encenadas, montadas para ilustrar discurso recorrente da sexualidade infantil que se originou da psicanálise e espalhou-se na cultura de massas, constituindo-se como um clichê, tal qual a imagem que o representa.

Figura 37 – Menino e menina lado a lado, com mesmo corte de cabelo

Fonte: Fernandes (1979, p. 10-11).

De meados da década de 1980 em diante os cortes de cabelos para meninos passaram a ser prioritariamente curtos e o de meninas, bastante longos, usualmente com lenços, fivelas ou tranças, como podemos notar na sequência de figuras a seguir (Figuras 38, 39, 40, 41):

Figura 38 – Menino com cabelo curto e meninas com adereços na cabeça

Fonte: Verão [...] (1986, p. 117).

Figura 39 – Menino com cabelo curto e menina com cabelo longo

Fonte: Botelho (1994, p. 89).

Figura 40 – Menino com cabelo curto e meninas com cabelos longos e adereços

Fonte: Pina (2000, p. 65).

Figura 41 – Fotografias compilada por site de crianças consideradas estilosas

Fonte: Crianças [...] (2013).

Nessa sequência, que vai de 1986 a 2013, outros elementos surgem para análise, as performances de gênero tornam-se mais perceptíveis. Na figura 38 a menina mais velha, com figurino exuberante, assume posição clássica representativa do feminino na moda, com as mãos na cintura e quadril levantado; na figura 39 há uma cena de flerte e a menina é retratada de costas; na figura 40 o menino é assediado por três meninas que o rodeiam; por fim, na figura 41 o menino posa sério com as mãos no bolso, enquanto a menina sorri e segura a saia entre as pernas. Em 2019 Pais & Filhos publica em seu *website* matéria na qual a atriz Luana Piovani rebate críticas por cortar o cabelo da filha no estilo joãozinho. De acordo com o texto, a atriz e celebridade contemporânea foi criticada nas redes sociais após ter postado fotografia da filha com cabelos curtos, ao que ela rebateu: “Quando ela viu os irmãos cortando o cabelo, ela também queria raspar e me ligaram. Eu disse que não, que podia cortar Joãozinho [...]. Eu acho uma bobagem esse negócio que mulher tem que ter cabelo cumprido. Mulher tem que ser inteligente, tá? Ela está uma deusa de João. Nunca vi nada mais lindo na minha vida. Eu amei o cabelo, ela que quis” (GIMENEZ, 2019).

4.5.2 Brincos: amuletos de proteção ao corpo frágil

Quando em 2013 a modelo brasileira Gisele Bündchen divulgou a foto de sua filha de 7 meses com brincos na orelha, criou-se grande alvoroço na mídia estadunidense. A modelo foi criticada por pessoas de cultura anglo-saxônica de cometer abuso infantil ao compararem o ato a uma mutilação. O debate ocasionalmente volta à tona quando outras personalidades midiáticas, normalmente de origem latina, repetem a atitude. Em artigo *9 Things white families don't understand about piercing a baby's ears* publicado em junho de 2017 no *website* estadunidense direcionado à maternidade *Romper*, encontramos uma explicação mais abrangente desse costume. Priscilla Blossom, identificando-se como latina, explica que cresceu ao redor de meninas com orelhas furadas desde bebês, assim como ela, e nunca se questionou o porquê do costume. Atualmente a autora reconhece alguns problemas na prática, tanto por ser generificadora quanto por ser impositiva, sem dar chance a criança ter idade suficiente para fazer a escolha; entretanto, ela defende o ponto de vista cultural da atitude e considera as críticas exageradas e ofensivas a culturas subalternas. O propósito de seu artigo é o de explicar que a prática é corriqueira e antiga nos países da América Latina, Índia, partes da África, Oriente Médio, Espanha e Portugal, seja por tradição religiosa ou como rito de passagem. Ela defende que se realizada em ambiente seguro e com equipamentos e higiene adequados, não há riscos à saúde da criança (BLOSSOM, 2017).

Enquanto colônia, o Brasil foi fortemente influenciado pelos costumes dos portugueses, dos povos escravizados oriundos do continente africano e também dos povos indígenas originários. Apesar dessa diversidade cultural, encontramos registros textuais e visuais somente da tradição portuguesa em relação aos usos do brinco infantil. Ainda que a cultura portuguesa fosse fortemente influenciada pelo catolicismo, na idade medieval a religião caminhou lado a lado a crenças mágicas e supersticiosas. Minerais, plantas, partes de animais e metais, considerados elementos de proteção e cura, foram bastante utilizados nas atividades místicas e na confecção de amuletos e talismãs. Nesse contexto, peças como brincos, colares e pulseiras eram consideradas de proteção. Colares e pulseiras, foram, ao longo dos séculos, comumente utilizados por mulheres e homens, contudo, os brincos tem sido ornamentos considerados femininos na cultura ocidental. A explicação encontrada para seu uso restrito às mulheres baseia-se na crença de que os maus espíritos adentravam os corpos mais frágeis e suscetíveis pelas suas aberturas e, estando os ouvidos permanentemente abertos e expostos, seriam de fácil acesso em especial nas mulheres, por serem de constituição física sensível e dadas a mudanças de humor (MOTA, 2014).

As crianças, seres mais indefesos que as mulheres, estariam mais vulneráveis a influências sobrenaturais, por isso, já no primeiro banho, ainda que com algumas variações ritualísticas, o bebê era imerso em água juntamente com peças e moedas de ouro. Em seus primeiros meses de vida, eram comuns amuletos nos berços e junto aos corpos infantis, como pulseiras, colares e brincos para as designadas meninas e colares para os designados meninos. A particularidade de furar a orelha somente das meninas tem sido prática secular, com marco de origem não encontrado. O procedimento era realizado logo após o parto, pela própria parteira, com uma agulha de costura com linha e queimada na ponta e uma rolha de cortiça, que servia de suporte à pressão contra o lóbulo a ser perfurado. Depois de atravessar a orelha, a linha tinha suas pontas amarradas e deveria ser girada de tempos em tempos para uma boa cicatrização, quando seria colocado o primeiro brinco. Supomos que se os corpos de bebês eram considerados indefesos às malignidades sobrenaturais assim como os das mulheres, os corpos de bebês designados do sexo feminino seriam os mais suscetíveis de todos. Assim, a tradição do uso de um amuleto protetor, que não deveria ser retirado das orelhas nunca, acompanhou muitas mulheres do nascimento à morte nos países latino europeus, como Portugal e Espanha, e as mulheres dos territórios colonizados por esses povos (MOTA, 2014). As figuras 42, 43 e 44 assim como as figuras 28 a 33 do subitem anterior são de fotografias enviadas pelas pessoas responsáveis pelas crianças às publicações periódicas, que tinham o costume de divulgar fotografias e retratos da vida social e da família dos homens das

sociedades paulistana e carioca. Apontamos para as legendas, que mesmo sendo de publicações voltadas ao público feminino, priorizam a nomeação da filiação das crianças retratadas aos homens. Nas três figuras a seguir, destacamos o uso de brincos e colares em bebês, apesar da pouca qualidade das fotografias, as figuras 42 e 43 mostram meninas com brincos e colares e a figura 45 mostra um menino somente com colar.

Figura 42 – Fotografia legendada: “A inteligente e graciosa Arlette, filhinha do sr. Alfredo Figueiras, conceituado industrial nesta capital”

Fonte: Galeria [...] (1925, p. 47).

Figura 43 – Fotografia legendada: “A menina CLELIA, filha do academico de Direito Miguel Ferrara e d. Maria Cesar Pinheiro Ferrara”

Fonte: Fotografia [...] (1920, p. 43).

Figura 44 – Fotografia legendada: “O galante Paulo, filho do sr. Roberto de Souza, director das escolas ‘Berlitz’ e ‘Americana’ e de sua esposa d. Noemia de Salvo Souza”

Fonte: Fotografia [...] (1926, p. 52).

No texto *Furar ou não a orelha do seu bebê?* de Pais & Filhos de março de 1975, o pediatra entrevistado diz: “Não deixa de ser uma agressão à criança que sofre apenas para satisfazer a vaidade materna de ter um bebezinho com brinquinho na orelha. [...] Sou contra porque afinal não deixa de ser uma ação traumática para a criança. Ela vai sofrer, vai chorar, mais tarde poderá ter problemas com o médico”. Esse mesmo pediatra logo depois contradiz-se, e, ao ceder à força da tradição, diz que se for inevitável, recomenda que o procedimento seja realizado por um médico (FURAR [...], 1975, p. 89). Em 2016 outra matéria, com mesmo título e na mesma revista volta a problematizar a questão. Argumenta-se que antigamente acreditavam não provocar dor quando o bebê tinha sua orelha furada, porém o texto aponta essa crença como irreal e ressalta que se a escolha for por realizar o procedimento, este deve ser feito por profissionais da medicina ou enfermagem. Também apresenta opiniões de mães com opções contrárias: “Como eu sempre tive orelha furada, resolvi furar para ela acostumar. Se você fura um pouco mais tarde, a criança pode se incomodar ou achar estranho”, já outra mãe pensa diferente: “Pensamos que deve ser uma escolha dela [da criança]. Muitas vezes os pais furam para mostrar que é menina, mas não vemos necessidade em marcar esta diferença em bebês”. Por fim, a reportagem aconselha que em caso de inflamação, um pediatra deve ser consultado (FURAR [...], 2016).

Esses excertos evidenciam que a prática de perfuração, de origem ritualística, não é bem aceita por profissionais do campo da medicina e Pais & Filhos posiciona-se ao lado da ciência ao interrogar a atitude tradicional de perfurar a orelha de bebês, considerada por especialistas como desnecessária. Não está em jogo, no questionamento, sua função generificadora. De todo modo, o hábito de furar as orelhas das meninas continua a ser corriqueiro em nosso país e em outras partes do mundo e manifesta-se como tecnologia generificadora já há muitos séculos. Apesar disso, é possível supor que a intencionalidade de sua prática não estava vinculada a mostrar ao mundo que certa criança era do sexo designado feminino, mas sim, a protegê-la, mesmo que por meio de crenças hierarquizantes das distinções sexuais dos corpos. No subitem seguinte aprofundaremos a análise da compreensão de que bebês foram tidos como sem gênero durante muito tempo.

4.5.3 Enxovais infantis: de vestidos a macacões

No Brasil, a moda foi em grande medida influenciada pelo que era vivido na Europa, em especial Portugal e França. Tal influência intensificou-se com a vinda da Corte portuguesa no início do século XIX, que provocou a ampliação da importação de artigos industrializados.

A influência europeia também ocorreu pela disseminação de moldes e desenhos de moda copiados e publicados por diversas publicações periódicas direcionadas ao público feminino, geralmente inspiradas em revistas estrangeiras, tanto francesas quanto inglesas, voltadas ao mesmo perfil de público. Era usual que as mulheres costurassem suas próprias roupas e das crianças influenciadas pelo que viam nas revistas, deixando as roupas dos homens a cargo dos alfaiates. Somente a partir da década de 1950, com a popularização das grandes lojas de departamento, da abertura do mercado de trabalho para a mulher e da confecção industrial, forjou-se uma moda com maior autonomia nacional (ASSUNÇÃO; ITALIANO, 2018). Nesse sentido, também é interessante observar que as matérias sobre moda e as propagandas de vestuário veiculadas nas revistas do arquivo, até meados do século XX eram ilustradas com desenhos em preto e branco, muitas vezes reproduzidos de revistas estrangeiras. As fotografias e editoriais de moda começaram a fazer-se presentes de forma costumeira a partir da década de 1960.

Até o século XVII, na cultura ocidental à qual temos aderência, logo ao nascer, as crianças tinham seus corpos completamente enfaixados e supunha-se que deveriam ser deixadas alheias a interações durante boa parte de seu primeiro desenvolvimento, até firmarem o corpo por si sós. A fase de amamentação, até por volta de um ano de idade era realizada na maioria das vezes pelas amas de leite. Com um índice elevado de mortalidade infantil, era comum a mãe voltar a ter contato com seu bebê, se tivesse sobrevivido, a partir do desmame. Em pouco tempo, a criança indicava ter adquirido uma mínima autonomia e passava a vestir-se como as pessoas adultas. Contudo, ao menos nas classes mais abastadas, a partir da entrada na modernidade, as crianças deixaram de vestirem-se como adultos. A forma com que as roupas passaram a ser, gradualmente, reclassificadas foi: 1) roupas de bebês, que consistiam em fraldas e faixas até o desmame e vestidos longos que acompanhariam as crianças, indistintamente até cerca de 7 anos; 2) calças para homens e meninos a partir de cerca de 7 anos de idade; e, 3) vestidos para mulheres, homens que exerciam funções religiosas e todas as crianças até por volta dos 7 anos, meninas continuariam a usar vestidos até a fase adulta. Ainda que pudessem haver algumas distinções nos vestidos para meninos e meninas mais velhos, como tipo e localização do fecho, por exemplo, nas crianças de colo, as peças eram exatamente as mesmas. (ARIÈS, 1981; PAOLETTI, 2012).

As noções do ser criança e da infância também ganham novos contornos. O filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), autor de *Emílio ou da Educação*, com primeira edição em 1762, é considerado um dos enunciadores do novo olhar voltado à infância, seu prolongamento e a mudança de suas vestimentas. O autor advoga em prol do conforto nas

roupas de crianças ainda em tenra infância, que deveriam proporcionar liberdade dos movimentos. Por isso, sugere abolir todos os itens que sufocam, apertam e pesam, como as faixas e roupas de adultos, supostamente ainda utilizadas por crianças do povo e responsáveis, como acreditava, por provocar defeitos no corpo e no espírito (ROUSSEAU, 1979). Concomitantemente, após a Revolução Francesa e o crescimento da burguesia, as roupas dos adultos também começaram a adquirir novos estilos, menos carregados de excessos (ENTWISTLE, 2002).

No século XIX houve nova mudança de costumes, talvez um ajustamento entre a prática das elites e a prática do povo, reflexo da Revolução Francesa. A discriminação do gênero da criança pela via do masculino, com roupas específicas para meninos passa a ser aos 4 ou 5 anos de idade, mas já não mais para roupas tais quais a de homens adultos; essa transição permaneceu próxima aos 7 anos de idade. A partir dos 4 anos de idade os meninos passavam a usar calças curtas, indicando um estágio intermediário de desenvolvimento. Ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX somente os meninos até o período do desmame permaneciam a usar vestidos, prática que regrediu paulatinamente até ser abolida (ARIÈS, 1981; PAOLETTI, 2012). Uma particularidade das alterações no uso dos vestidos pelas crianças com sexo designado masculino é que os vestidos para meninas permaneciam com as mesmas características das roupas das mulheres adultas, inclusive sendo submetidas ao uso dos espartilhos. Por isso, eram, mais que os meninos, privadas das brincadeiras, pois tinham que portar-se adequadamente de acordo com as roupas que vestiam. Os vestidos de meninas somente se diferenciaram das das mulheres no século XX (TEÓFILO, 2010). Ao percorrer nosso arquivo, identificamos as características do vestuário infantil a partir da segunda década do século XX.

Em *Enxovaes de Bebê*, de 1924 publica na Vida Domestica, temos uma ideia do que era usado na época pela recomendação das peças que deveriam compor o enxoval do bebê:

Duas duzias de fraldas, dois cueiros de lã, um de algodão, doze camisinhas de linho, tres camisolinhas de tricot, tres de flanela, tres de piquê, uma camiseta, tres vestidinhos de baptista bordada curtas, dois vestidos compridos, uma capa com capuz, quatro toucas, uma duzia de babadores e doze pares de meias de tricot ou sapatinhos. (...) Os vestidinhos para os dias comuns devem ser curtos; para as visitas, os longos são de rigor, de baptista ricamente bordada, com fândreluches de renda e muitas fitas (ENXOVAES [...], 1924, p. 85).

Além de instruir o que vestir, as revistas também orientavam como. Em 1928 Vida Domestica publica a matéria ilustrada passo-a-passo *Como devemos vestir os nossos filhinhos*, como mostra as figura 45:

Figura 45 – Conjunto imagético legendado do passo-a-passo de como vestir um bebê

“Primeiro a camisa.”

“Depois a fralda.”

“Aperta-se o vestido atrás.”

À esquerda, “o cueiro collocado debaixo dos braços”. Acima, “atando o cueiro atrás”. Abaixo “enfiam-se as mangas do vestido”.

“Apertam-se as fitas dos braços.”

Fonte: Os nossos [...] (1928, p. 144).

Na mesma matéria ainda recomendam:

Na confecção do enxoval devemos atender a três pontos: os vestidinhos devem ser largos, leves e de tecido que não irrite as delicadas e tenras carinhas. Largos, porque dão ao corpinho liberdade para crescer e exercitar os músculos; nenhum bebê pôde ser saudavel sem esta condição do seu vestuário. Leves: não só ajudam a liberdade dos movimentos, mas também evitam o muito calor. [...] E a quantas de vós, queridas leitoras não lembra os vestidos pesados, compridos, cheios de fitas, rendas e outros adornos que pesavam no pobre corpinho do bebê. Espanto-me como podemos sair incolumes de tal prova na infância. Um vestido deve ter de comprimento pouco mais ou menos uns 50 cm. É o suficiente para cobrir os pés, durante os primeiros meses, e quando o bebê cresce a transição é gradual para os vestidos curtos. Facilmente se adapta ao tamanho e crescimento, á medida que a criança se desenvolve e começa a ‘gatinhar’ (OS NOSSOS [...], 1928, p. 144).

Em texto de 1940 da mesma revista, podemos supor que pouco tenha se alterado de uma década a outra, conforme figura 46.

Figura 46 – Sugestão de peças para o enxoval do bebê

Legenda:

1. Camisinha para recém-nascido.
2. Camisinha sem mangas.
3. Touca.
4. Casaquinho em lã branca ou de cor clara.
5. Combinação e calça ordenada de rendas.
6. Indumentaria para ama sêca, composta de um vestido simples, avental e touca.
7. Cueiro.
8. Babadouro.
9. Vestidinho de tecido abotoado nas costas.

Fonte: Enxoval [...] (1940, p. 92)

A pequena mudança está em um novo elemento que virá a ser o substituto do vestido, o item 5, nomeado como combinação e calça e logo transformar-se-á nos macacões ou conjuntinhos de blusa e culotes, calças, ou sungas ou calção, shorts. Para crianças maiores, macacão e vestido ou camisola tinham o mesmo uso em ambos os sexos biológicos na hora de dormir. Em artigo de 1927, da *Vida Domestica*, eles aparecem (Figura 47):

Roupas de dormir – hoje, meninas e rapazes, usam indifferentemente, para dormir, o ‘macacão’ ou a ‘camisola’. Muitas mães preferem uniformemente o macacão durante a estação de inverno, porque abriga melhor o corpo, caso a criança tenha um somno agitado e se descubra com facilidade. É também preferível o macacão para dormir, porque não tolhe os movimentos nem precisa ser atado á cintura, como sucede com o pyjama (PARA [...], 1927, p. 143).

Figura 47 – Desenho de modelos de camisolas e macacões para meninas e meninos

Fonte: PARA [...] (1927, p. 143).

Essa matéria também foi das poucas a mencionar o uso indiscriminado de alguma peça tanto para meninas quanto para meninos. Até por volta da década de 1960, as roupas infantis foram descritas de modo bastante genérico nas revistas analisadas, referenciadas como roupas infantis, para bebês, para crianças e sem nenhuma indicação de gênero, incluindo vestidos enfeitados para crianças maiores. Podemos supor que as leitoras entenderiam a quem se destinavam, uma vez que as fotografias e retratos de crianças e bebês, publicados ao longo das edições, muitas vezes sem conexões com os textos, apontavam as sutis distinções marcadoras de gênero. Contudo, é fato interessante de ser analisado, pois parece indicar que a preocupação em marcar uma diferença generificadora entre dois sexos biológicos na primeira

infância não estava presente na ordem discursiva de forma tão enfática como na contemporaneidade.

Voltando aos macacões, na propaganda de 1941 da Casa Valentim (Figura 48), bastante frequente na revista *Vida Domestica*, eles são apresentados ou como “vestidinho para criança em forma de macacão” ou como “modelos de sunga”. Pela forma como são nomeados, suspeitamos ser um período de transição entre os vestidos e os macacões e entre as roupas de cores lisas e claras para modelos estampados; novamente, não aparece nenhuma referência textual ao gênero. A imagem também retrata um modelo de duas peças, apesar de não o descrever.

Figura 48 – Propaganda de roupas de criança

Legenda:

Ao alto á esquerda: Vestidinho em Albéne estampado, sendo o corpinho guarnecido de franzidos trabalhados. A seguir modelos vários de sunga, confeccionados em tecidos de algodão de qualidade; todos estes modelos são muito práticos e higiênicos. - Vestidinho para crianças em forma de macacão, fechado na frente por um éclair. Confecciona-se em fustão estampado.

Fonte: Casa Valentim (1941, p. 134).

Em 1955, também em *Vida Domestica*, em matéria sobre o enxoval do bebê, denota-se que o discurso empregado permanece o mesmo:

Casaquinho de lã, com “sanfona” na cintura, gola, frente e punhos; flores bordadas a lã clara, com miolo escuro, em ponto de arroz. O outro casaquinho tem recortes e fitilho de côr. A camisola é branca, de flanela, com bordados multicores ou brancos, conforme o gôsto. O calção com peitilho [macacão sem manga], para criança já de um ano, leva um coelhinho bordado na frente. A touca (sempre útil, embora quase em desuso) pode ser de fustão branco, tendo “festoné” na pala. (O ENXOVAL [...], 1955, p. 70).

Finalmente, em 1960, em artigo intitulado *Vamos vestir bem nossas crianças* publicado em *A Cigarra* é declarada a diferença das vestimentas para meninos e meninas. Há uma inversão interessante, agora meninos não vestem mais saias, porém meninas passam a vestir jardineiras, um modelo de macacão com calças.

Estaremos, assim, atendendo às inúmeras mães que, aflitas por dar a seus filhos tudo o que há de melhor, perguntam constantemente como vesti-los, a eles, que já deixaram de ser bebês, mas ainda não chegaram a “ser gente”. [...] Para esporte: uma menina deverá ter, no mínimo, 4 aventais que podem ser listradinhos, xadrezados, adornados de ponto “smock”. Poderá usar ainda jardineiras que são, igualmente, praticas para os meninos. Para estes, há ainda os conjuntos de “shorts” e blusão em algodão estampado ou em linha. Para passeio, o guarda-roupa da menina deverá conter, pelo menos dois vestidos de malha de algodão, em estilo um pouco mais fino. O menino, em número equivalente, terá terninhos ou calças de brim, gabardina ou linho, acompanhado de camisas lisas ou listradas. Para festa ou cerimônia mais formal, os vestidos da menina (em número de dois) podem ser feitos em qualquer destes tecidos: organza, popeline, cetim de algodão, cambraia de linho ou cassa de salpicos. Os bordados não são imprescindíveis – pelo contrário, não estão em voga, tendo cedido o lugar aos acabamentos finos, mais sóbrios. O menino usará em tais ocasiões, se fôr verão, uma calça de linho; se fôr inverno, de veludo cotelé acompanhando camisinhas que podem ter “jabot” ou gola “tuyauté” (MENEZES, 1960, p. 64).

Em 1963, a distinção generificadora atrelada ao sexo anatômico no enxoval do bebê aparece pela primeira vez. Após apresentação de lista contendo 12 camisinhas de pagão, artigo bastante usual em enxovais até a data, ressalta “as roupinhas de cima poderão ser compradas depois que a criança nascer, e de acordo com o sexo. Se fôr menina, usará vestidinhos e camisolas bordadas, se fôr rapaz, muito cedo vestirá cueiros, calcinhas e conjuntinhos de linha” (LOURDES, 1963a, p. 34). Assim é marcada a diferença entre o que é para um bebê designado menino e o que é para um bebê designado menina. Vale lembrar a permanência de algumas peças neutras para serem usadas nas primeiras semanas, pois não era possível saber o sexo anatômico antes do nascimento. As peças que carregavam marcadores de gênero poderiam ser adquiridas depois da criança chegar ao mundo. Além dos vestidos e macacões, as cores são bastante emblemáticas nas disputas discursivas, como veremos a seguir.

4.5.4 Azul ou rosa, a cor importa

As roupas de bebês, durante bastante tempo, foram prioritariamente confeccionadas na cor branca. A essa cor associa-se, no Ocidente, ao bebê sem gênero, com qualidades como pureza, inocência e virgindade, assim como à paz da bandeira branca⁵⁷ (PASTOUREAU, 2007). Soma-se às qualidades dessa cor a imposição do movimento higienista, que orientava o uso de roupas brancas para os bebês por tornarem mais fácil identificar a sujeira e também melhores de lavar, pois não desbotariam. As cores apareciam nos enfeites e fitas, como detalhes do figurino. Conforme as roupas das crianças maiores foram assumindo ares mais leves e estampados, uma grande diversidade de cores adentrou o guarda-roupa infantil, sem distinção de gênero, conforme evidencia texto que descreve imagem em preto e branco (Figura 49) publicado em *Vida Domestica* em 1931:

Da esquerda para a direita: costume em veludo preto, guarnecido de babados plissados, côr de limão. Cinto da mesma côr em camurça. – Costume em flanela branca, avivado e flanela azul polido. – Vestido em crepe da China côr de banana, incrustado de tira, do mesmo crepe, mas côr de coral. – Vestido em faille côr de turquesa, orlado com um ponto em seda, na mesma nuance. – Costume em veludo “tête de nègre”. Peitilho, gola e forro das mangas em crepe da China côr de rosa. Botões forrados de tecido rosa. – Vestido em veludo azul marinho com pintas côr de limão. Pequenos babados plissados em setim côr de limão. [...] As cores preferidas agora, na moda infantil, são o rosa, o azul, o vermelho e o verde, em todas as suas gamas e nuances, realçando sempre o frescor e o encanto infantis (PARA [...], 1931, p. 122).

Figura 49 – Desenho de grupo de crianças com roupas coloridas

Fonte: Para [...] (1931, p. 122).

⁵⁷Pastoureau (2007) também critica o fato de os povos europeus autodenominarem-se brancos, apesar de não o serem, supondo que gostariam de ser tidos como inocentes, puros e limpos.

Essa imagem sintetiza muitos dos elementos abordados até aqui. Não é evidenciado no texto qual dessas crianças é menino ou menina, são crianças. Também percebemos que os cabelos são todos curtos, não servindo como marcador de gênero correlacionado a uma distinção sexual. Presumimos, pelo nosso percurso até aqui, que as crianças que levam vestidos são meninas e as que levam costumes são meninos. As cores são utilizadas indistintamente, rosa e azul, dentre outras, são todas consideradas cores infantis. Outro artigo de *Vida Domestica* de dois anos mais tarde traz uma imagem com três meninos (Figura 50) cuja descrição afirma que um deles está vestido de rosa assim como na figura anterior, na qual o menino estava de cor-de-rosa e a menina de azul:

São eles. O do meio, que tem uma roupa côr de rosa, sobre uma blusa de lingerie, com gola virada e punhos abotoados, saboreia um doce, que o companheiro da direita, com calçote escuro e blusa branca, em seda, espera também ganhar. O terceiro pequenito, á esquerda, com elegante roupinha de que a calça é escura, prendendo com botões a um casaco claro com gola escura e botões em diagonal também escuros, esse... espera os acontecimentos, ou então já ganhou sua parte e ficou satisfeito. Camaradas, muito camaradas mesmo os colegas de Curso Infantil, entre eles não há rusgas, pois se entendem ás mil maravilhas... (A GRAÇA [...], 1933, p. 126).

Figura 50 – Três camaradas

Fonte: A graça [...] (1933, p. 126).

Talvez devêssemos inferir que o uso da cor rosa para as vestimentas de menino e da cor azul para menina tenha sido influenciado por certa quimera que logo adiante resgataremos, ocorrida nos Estados Unidos durante mesmo período do artigo, sobre qual cor dentre essas duas seria para um gênero atrelado à um sexo ou para outro. Entretanto, a intencionalidade da escolha aqui seria apenas uma suposição. A assunção natural para o pensamento dos dias de hoje é a de que rosa é para meninas e azul para meninos. Contudo, a relação entre cores e gêneros nem sempre existiu, tampouco foi fixa. Nas revistas do arquivo, conforme veremos, desde o primeiro momento que se evidencia textualmente alguma associação das cores com os gêneros, ela segue a regra da cor rosa ser feminina e a cor azul ser masculina.

Retomando o significado das cores ao longo da história ocidental, descobrimos que a partir do século XII a Virgem Maria passa a ser retratada com um manto azul, esse gesto aproxima a cor, até então pouco usada, ao sagrado, terno e puro. O vermelho, do qual se origina o cor-de-rosa utilizado para crianças por ser mais suave, em contrapartida, era considerado a cor da guerra, do fogo e do sangue e, portanto, do poder. Até o fim da Idade Média, por conta desses simbolismos, o azul relacionava-se ao feminino e o vermelho ao masculino. Há uma inversão a partir do século XVI por meio da Reforma Protestante, quando o azul passa a ser visto como cor sóbria e discreta, agregando-se ao branco, preto, cinza, bege e marrom na confecção de vestimentas masculinas na modernidade. O uso do vermelho transferiu-se para as mulheres, simbolizando amor e os pecados da carne, inclusive, passando a ser a cor dos vestidos de noiva, costume que se estendeu até o século XIX (PASTOUREAU, 2007).

Poderíamos tentar entender por que essas duas e não quaisquer outras cores assumiram esse lugar no vestuário. É algo a se investigar mais a fundo, mas nos ocorre que ambas as cores também estão presentes nas bandeiras da França, Inglaterra e Estados Unidos, além de terem sido países com importante participação na política internacional, também foram os principais polos de produção e disseminação da moda nos séculos XIX e XX. Uma matéria publicada em *A Cigarra* em 1943, momento em que ocorria a Segunda Guerra Mundial, nos conduziu a levantar a suposição de que as cores das bandeiras tenham relevância nas escolhas das cores da moda:

Reunir o econômico, o belo e o prático é realizá-lo com escassez de elementos, eis o problema da moda atual. [...] E, como o material de indumentaria, dia a dia se vai tornando mais escasso, caro e inferior, muitas vezes chega à conclusão de que é preferível utilizar dois ou três vestidos usados e, combinando-os satisfatoriamente, transformá-los numa só 'toilette' nova e encantadora. [...] E assim é comum vermos nos figurinos vestidos maravilhosos e de grande efeito decorativo, realizados em

dois e até em três tons sabiamente reunidos. Preto e branco, preto e rosa ou azul, marron e amarelo, rosa e azul, são combinações sempre felizes. Há quem prefira juntar três cores, muitas vezes correspondentes às das bandeiras das nações amigas (A MODA [...], 1943, p. 96).

Mas, recuperando o raciocínio, antes de chegarmos à concepção corrente sobre o rosa e o azul, houve novo período de inversão, a tal quimera. Em uma propaganda de uma loja de departamentos estadunidense de 1918 é dito que a regra comumente aceita é a de que meninos usavam rosa – uma cor de decisão – e meninas, azul – cor da delicadeza. Simultaneamente, havia outros textos com sugestões do azul para bebês de olhos da mesma cor, independente do sexo anatômico. Em 1927, a revista *Time* divulgou uma tabela com 10 das principais lojas de departamentos estadunidenses e as cores sugeridas para meninos e meninas. Uma delas apontava a cor rosa para ambas as díades sexos/gêneros, das outras, metade designava azul para meninos e rosa para meninas e a outra metade dizia justamente o contrário. Não é possível saber quem bateu o martelo e findou a disputa, contudo, foi após a Segunda Guerra Mundial que se construiu o acordo da cor rosa para menina e azul para menino (GARBER, 2011; PAOLETTI, 2012). Vale ressaltar, as características simbolizadas pelas cores em distintos tempos históricos nunca foram rígidas e nem unânimes no mundo ocidental. De todo modo, quando relacionadas às diferenças sexuais, considerava-se mais as qualidades simbólicas que coincidiam com o esperado da mulher ou do homem. Assim, as cores foram empregadas, no âmbito dessa relação, de forma sutil e oscilante. Somente após o advento da ultrassonografia obstétrica é que ganhou força por meio do mercado de consumo, como pretendemos demonstrar, a indissociação de rosa para menina e azul para menino, como elementos presentes não só nas roupas, mas em todos os objetos direcionados ao público infantil.

As publicações brasileiras, apesar dos dois exemplos trazidos de uma suposta relação da cor de rosa aos meninos, apontavam rosa e azul como escolhas interessantes para o enxoval de bebês, indiscriminadamente, até a década de 1950. Ao menos foi o que pudemos constatar por dois artigos de *Vida Domestica*, um de 1936, outro de 1942. O primeiro oferece modelos de babador para serem confeccionados: “Eis tres modelos de lindos babeiros, para vossos filhinhos de colo, devendo ser executados em finissima batiste, branca, côr de rosa ou azul, côres estas que vão excellentemente neste genero de trabalho e perfeitamente adequadas ás roupinhas dos bebé’s” (PARA [...], 1936, p. 139). Já o segundo, sobre a graça das crianças, reforça: “É notoria a predileção pelas côres branca, azul e rosa nas roupas infantis o que realmente a todos muito agrada” (AS CRIANÇAS [...], 1942, p. 82).

Encontramos pela primeira vez em 1956 no conto *Nasce Ana Maria* publicado em A Cigarra a enunciação da cor rosa para menina. “‘É menino ou menina? Deixe-me segurá-lo’. Instantaneamente os rostos se desanuviaram e tudo se normalizou. O médico rui-se e foi enxugar as mãos, as enfermeiras voltaram a seus afazeres e a menina do berçário apanhou, com cuidado, a trouxinha côr-de-rosa e colocou-lha nos braços” (BRANDÃO, 1956, p. 154). O tema surge novamente na revista em 1963. Numa coluna de perguntas e respostas, a leitora solicita dicas de como organizar o aniversário de 1 ano da filha. A resposta que recebe parece mais uma instrução do uso das cores do que da organização da festa em si:

Os docinhos são todos confeitados em rosa e dourado, e as forminhas de papel também côr de rosa. Os guardanapos, rosa, terão num canto, escrito em dourado, o nome da aniversariante. O bôlo será um coelhinho branco [...] e uma grande laçada no pescoço, de fita de cetim rosa. Em volta da mesa, coelhinhos menores, imitando o bôlo, feitos de algodão em rama e também com lacinhas no pescoço, de fita azul e rosa; os azuis serão dados aos meninos, e os côr-de-rosa, às meninas (LOURDES, 1963b, p. 30).

Novamente em A Cigarra, agora em 1964, na seção *Faça Você Mesma*, a publicação ensina a pessoa grávida a decorar um cesto de utilidades múltiplas para o quarto do bebê. Como naquela época o conhecimento sobre o sexo anatômico do futuro bebê baseava-se em desejo ou superstição antes do nascimento, o texto segue a mesma lógica, inclusive indicando ser comum as cores amarela e branca como alternativas para ambos os sexos biológicos:

Compre uma cestinha de palha, vime ou madeira, no tamanho e formato desejado. Pinte-a primeiro de branco, com tinta brilhante e deixe secar bem. Depois forre a alça com fita de cetim na cor preferida (azul se espera ter um filho varão, rosa se deseja uma menina... e amarela ou branca se não tem preferência por nenhum sexo) (FAÇA [...], 1964, p. 92).

Entretanto, no final da década de 1960 a distinção de gênero em bebês recém-nascidos, que vinha construindo-se de forma sutil pela escolha das cores, é interrompida como reflexo dos movimentos hippie e feminista. A calça jeans e a camiseta branca viram peças obrigatórias em todos os guarda-roupas adultos, cabelos compridos ganham todas as cabeças e mulheres começam a usar gravatas e smokings. A moda torna-se *unissex* e as crianças são incluídas (PAOLETTI, 2012). Tal giro fica evidente nas publicações do arquivo empírico. As imagens que acompanham a temática do enxoval do bebê desde o lançamento de Pais & Filhos em 1968 trazem arranjos de cores e modelos múltiplos. Em 1972 é decretado em um artigo: “as cores já não são o rosa e o azul. Vale tudo no enxoval do bebê moderno” (MENEZES, 1972, p. 52). Um mês antes a revista havia publicado a matéria ilustrada *Guia de*

*Compras da Futura Mamãe*⁵⁸ (Figura 51), anunciando: “a tônica é uma só: cor, muita cor, para meninos e meninas” (GUIA [...], 1972, p. 120). As roupas são, em sua maioria, vermelhas e azuis, porém, tanto vestidos como macacões e camisas aparecem nas duas cores, indicando poder haver uma marcação de gênero quando a opção for por vestido, mas todas as outras roupas aparentam ter características *unissex*:

Figura 51 – Sugestão de roupas para bebês

Fonte: Guia [...] (1972, p. 120).

Em 1973, *unissex* é destaque de título: *A moda unissex é uma força!*. A reportagem oferece os modelos representados nas figuras 52 e 53, nas quais aparentam ter meninos de cabelos compridos. Notamos que um mesmo corte de cabelo longo, no máximo até os

⁵⁸Bonecas e bonecos aparecem como sugestão do enxoval sem legendas indicativas de mercadoria para meninas. É das únicas ocasiões que qualquer das revistas do arquivo apresenta bonecas e bonecos negros. Em período próximo, há também matéria que discute racismo na infância, demonstrando o impacto dos movimentos sociais na mídia, ainda que pontualmente e muito aquém do que deveria. Nas fotografias, ao longo de todo o período, muito raramente retratam pessoas negras ou pardas, ainda que mais da metade da população brasileira o seja.

ombros, reiteradamente compõe o visual de meninos, ao passo que o de meninas podem ser mais compridos. Encontramos um único marcador de gênero, a touca na cabeça de uma das meninas.

O que há de diferente? - É que a moda ficou igual! - Meninos e meninas estão curtindo o unissex com todo o apoio dos últimos lançamentos das coleções infantis. São modelinhos absolutamente iguais de calças compridas, jardineiras e macacões que deixam a criança à vontade para qualquer brincadeira (CARRILHO, 1973, p. 20).

Figura 52 – Crianças com macacão

Fonte: Garrido [Fotografia de] (1973a, p. 20-21). Acervo Biblioteca Mario de Andrade.

Figura 53 – Crianças com macacão igual

Fonte: Garrido [Fotografia de] (1973a, p. 22-23). Acervo Biblioteca Mario de Andrade.

Se na matéria anterior a moda *unissex* era para crianças maiores, em *Enxoval 74/Ano Novo, roupa nova* encontramos vários vestidinhos (Figura 54), cujo estilo é de amplos coletes sem manga, alguns com amarração lateral, pareados com sunguinhas para o banho de sol do bebê, seja menino ou menina, durante a estação de verão. Quatro anos depois, em propaganda de enxoval da Tip Top de 1977 (Figura 55), a proposta *unissex* ainda vigora. Mais cinco anos adiante, em 1982, ainda não há anúncio da divisão rosa e azul por gênero. Encontramos, nessa data, artigo sobre enxoval para diferentes estações do ano, peças amarelas para o verão e azuis para o inverno (Figuras 56 e 57).

Figura 54 – Vestidinhos para banho de sol

Fonte: Garrido [Fotografia de] (1973b, p. 94-95). Acervo da Biblioteca Mario de Andrade.

Figura 55 – Propaganda de enxoval de bebê

Fonte: Tip Top (1977, p. 66-67). Acervo Biblioteca Mario de Andrade.

Figura 56 – Enxoval amarelo para o verão

Fonte: Bento [Fotografia de] (1982, p. 12-13).

Figura 57 – Enxoval azul para o inverno

Fonte: Bento [Fotografia de] (1982, p. 14-15).

A fase *unissex* da moda também incorporou o rosa ao guarda-roupa dos meninos, conforme as duas matérias seguintes publicadas em 1983. Em *Doce é a moda para este outono*, três crianças brincam num parquinho vestidas da cor, uma delas, um menino (Figura 58). Na publicidade da confecção Petistil (Figura 59) meninas e meninos vestem roupas que poderíamos supor masculinas e o menino é quem usa cor-de-rosa.

Figura 58 – Menino veste cor de rosa

Fonte: Clark (1983, p. 114-115).

Figura 59 – Propaganda com menino de conjunto rosa

Fonte: Petistil Moda (1983, p. 113).

Em 1987 ainda encontramos o anúncio da loja Xuxu Faldas com peças para o enxoval do bebê, em meio a um único moisés verde claro, todas as outras peças são amarelas e brancas, com poucos detalhes em azul, para meninas e meninos (Figura 60).

Figura 60 – Propaganda de peças unissex para enxoval

Fonte: Xuxu Fraldas (1987, p. 65).

A partir de agora, comprovaremos uma alteração drástica. O binômio azul-rosa conecta-se ao menino-menina de modo muito mais intensificado que anteriormente. Impossível não estabelecer o paralelo com a massificação do procedimento que dá a ver o feto; a ultrassonografia obstétrica que o pessoaliza por meio da imagem que carrega um sexo anatômico; sexo designado antes de nascer, sexo considerado natural e indissociável do gênero. Uma propaganda de fraldas da marca Johnson & Johnson, encontrada pela primeira vez em setembro de 1990 e publicada novamente em outras edições, oferece-nos a imagem-acontecimento. O conjunto imagético e textual do anúncio (Figura 61) é sobre fraldas higiênicas com cores distintas, uma azul outra rosa, e formatos distintos de camadas absorventes, cada qual sendo útil somente a um ou outro sexo anatômico.

Figura 61 – Publicidade de fraldas coloridas

A natureza criou esta
diferença.

A Johnson & Johnson respeitou.

Fonte: Johnson & Johnson (1990, p. 31-33).

No primeiro enquadre, é curioso perceber as fisionomias das crianças no momento da captura da imagem selecionada pela empresa para sua propaganda. A menina tem seu órgão genital coberto por uma das pernas, ao contrário do menino, com seu órgão genital exposto sem retraimento. Os gestos da menina indicam continência, enquanto os do menino, expansão. Os elementos que conversam com nossa subjetividade já generificada são os brincos na orelha da menina, mas, mais ainda, os gestos faciais que direcionam sua atenção ao menino ao seu lado, que por sua vez, não se atenta a ela. A diferença entre ambos é reforçada pelo enunciado da criação, ainda que a deleguem a natureza, facilmente o remetemos mentalmente ao bíblico. Seja qual for, ao virarmos a página, nos deparamos com o segundo enquadre, no qual vemos que esse é postulado que não se discute, adequa-se, ou, mais ainda, respeita. A ultrassonografia comprova e, assim, o discurso enunciado pela propaganda da Johnson & Johnson repete-se e intensifica-se.

Em reportagem de 1992, sobre casquinha de lã para bebês, encontramos: “Menina de rosa, menino de azul, a combinação imbatível” (PROTÁSIO, 1992, p. 60). E, ainda: “Nosso homenzinho está pronto para sair. Clássico, chique, puro charme” (PROTÁSIO, 1992, p. 62). Em *Bebê a Caminho, Enxoval à Vista*, do ano seguinte, ainda que o texto traga resquícios dos discursos da moda *unissex*, diz da dificuldade de muitas pessoas em lidar com um bebê sem saber seu sexo – só possível quando evidenciado por marcadores de gênero – e, mais diante, ensinam como diferenciar a menina: “o laço com velcro só pode ser usado se o recém-nascido tiver cabelo. Para as meninas carequinhas, resta a alternativa de se colocar uma fita grande em volta da cabeça. Ou então se costurar detalhes bem femininos nas roupas” (NIELSEN, 1993, p. 64).

No ano de 2000 a matéria *Misture e Use* apresenta vários modelos de roupas para bebês. A despeito de não explicitar no texto, separa roupas para meninas e meninos por página (Figura 62). Os macacões já não figuram mais entre as roupas para meninas, que são prioritariamente vestidos, acompanhadas de menor número de jardineiras. As cores são rosa, vermelho, azul e branco, com estampas floridas e delicadas. As roupas para meninos são macacões, acompanhados de algumas jardineiras. As estampas são mais sóbrias, em xadrez ou roupas lisas, assim como o rol de cores, onde a cor rosa não entra, com primazia do azul e amarelo. Vale ressaltar que a cor rosa passa a ser tida como proibida para roupas de menino, enquanto o azul é liberado para meninas. Se os meninos utilizavam há um século indumentária mais feminina por estarem vinculados ao mundo das mulheres, agora, bebês assumem lugar na vida pública, terreno masculino, e são assim indumentarizados. O movimento *unissex* tornou roupas ditas masculinas, do mundo público e do trabalho, mais

acessíveis às mulheres pela incorporação completa das calças em seus guarda-roupas, o contrário não é verdade, ainda que a cor rosa tenha sido mais democratizada no período, vestidos e saias não foram, e permanecem como marcadores de gênero por seu uso agora mais exclusivo do que nunca pelo gênero feminino.

Figura 62 – Roupas de bebê separadas por distinção entre meninas e meninos

Fonte: Almeida [Fotografia de] (2000, p. 106-107).

Depois de fraldas diferentes para meninas e meninos, justificada por questões anatômicas, em 2012 Pais & Filhos anuncia em reportagem com título *Pomada Separada por Gênero*, o lançamento da pomada Babymed em duas versões, uma para meninas e outra para meninos. O texto da matéria diz: “Meninos e meninas podem até brincar das mesmas coisas, mas que eles são diferentes ninguém discute. Por isso, o Grupo Cimed criou a linha Babymed de pomadas para assaduras, que traz uma formulação feita de acordo com o sexo da criança” (BABYMED, 2012). A diferença anunciada entre elas, entretanto, não é real, uma vez que os ingredientes de ambas são: palmitato de retinol 1.000 UI/g, colecalciferol 400 UI/g e óxido de zinco 100 mg/g⁵⁹, além da bula ser exatamente a mesma. A diferença é única e exclusivamente a cor da embalagem, uma sendo rosa e a outra azul.

⁵⁹Links com descrição dos produtos e acesso à bula: <http://www.grupocimed.com.br/produtos/babymed-menina/>, <http://www.grupocimed.com.br/produtos/babymed-menino/>. Acesso em: 19 out. 2019.

No ano de 2014 a revista divulga em seu *website* o terceiro episódio da série própria *Blá, blá, blá*, disponível no canal *YouTube*. A intenção do episódio, nomeado *Bebê menino pode usar rosa?*, foi dupla: a de colher opiniões nas ruas do porquê é difícil ver meninos vestidos com essa cor e entender a manutenção da “convenção de que rosa é cor reservada exclusivamente para meninas” (BLÁ [...], 2014). O vídeo, apesar de inacessível, é divulgado na página. Curiosamente, a série permanece disponível no canal do *YouTube*, mas lá o episódio 4 está nomeado como sendo o terceiro e o episódio 5 como sendo o quarto e último; o programa que nos interessa aparentemente foi retirado do ar, não sabemos o motivo.

Outro artigo, agora de junho de 2018, *Dividir o mundo em azul ou rosa limita a possibilidade de as crianças serem autênticas*, expõe as consequências do processo de objetivação de bebês quanto aos marcadores de gênero, no caso relatado, em relação à cor rosa.

Há pouco tempo, estava participando de uma produção de fotos para um catálogo de roupas infantis e me surpreendi com um fato que ocorreu durante a sessão. Vestimos um menino de 3 anos de idade com um conjunto esportivo predominante preto com pequenos detalhes em rosa. Ele começou a puxar a roupa, como se estivesse desconfortável. Perguntamos a ele se estava incomodando, ao que a mãe respondeu: “Ele não quer usar porque rosa é cor de menina” (DONINI, 2018).

A ordem discursiva contemporânea está posta. Rosa é de menina, vestidos e saias são femininos. Se compararmos as indumentárias dos dias de hoje com as de outros tempos históricos, mesmo ainda no início da modernidade, concluiremos que a diferenciação por gênero é muito mais relevante atualmente, em qualquer faixa etária e classe social, mas especialmente nas crianças (ENTWISTLE, 2002), mesmo antes do nascimento. A roupa, funcionando como máscara disciplinadora dos corpos, com fins de ora esconder, ora mostrar ou acentuar características biológicas sexuais, é tecnologia visual que compõe o dispositivo generificador (TSEËLON, 2001). Desde que o feto foi generificado e personalizado pela ultrassonografia, corpos infantis passaram a ser muito mais intensamente objetivados e subjetivados pela ordem discursiva dos gêneros. O resultado disso é visível na aparência das crianças na atualidade, seja nas ruas, nos *websites* de fofoca de pessoas famosas e noticiários ou mesmo entre as famílias. Também é notável nos produtos comercializados em todas as frentes aqui exploradas, somando-se a outras descoladas da corporeidade como, decoração, brinquedos, produtos de segurança e transporte, utensílios domésticos, roupa de cama e banho, papelaria, material escolar, e tantos outros.

Esse excesso, ocasionalmente, tem provocado reações, como escolhas isoladas por nomes e educação sem gênero, ou como revelado no texto *Mãe cria loja de roupas sem*

gênero para bebês e o motivo faz todo o sentido publicado na Pais & Filhos em março de 2019.

“Era um guarda-roupa monocromático, com pouca variedade de estampas e sempre ligado às princesas da Disney”, disse. Esse estereótipo incomodou muito a paulista, que resolveu recorrer “a melhor artesã e costureira que conhecia”, sua mãe, para fazer roupas mais coloridas para a neta, Nalu. A avó já acompanhava a busca de Gabriela no setor masculino das lojas. Tudo para fugir do frufu e do rosa. “Existem tantas cores e estampas diferentes, por que padronizar tudo de acordo com o estereótipo de gênero?”, criticou. Cansadas do que encontravam no mercado, elas aceitaram a missão de criar um guarda-roupa diversificado para a bebê (SERRA, 2019).

Ainda assim, iniciativas como essa são minoria. Como ela, pessoas que tentam fugir dos ditos estereótipos no momento de comprar produtos para crianças, encontram-se sem opção e, na grande maioria das vezes, sucumbem ao que lhes é oferecido. Talvez tenhamos elementos suficientes para afirmar que o acontecimento da ultrassonografia obstétrica interrompeu a discursividade do enunciado *unissex* e provocou a emergência da ordem discursiva generificadora da infância. O crescente aumento de saberes especializados sobre gestação, maternidade e infância conduziram à noção de que os corpos são mais facilmente docilizados e disciplinarizados desde a infância, o mais precocemente possível, como demonstramos nessa pesquisa. Os estudos de gênero e *queer* tem sido de grande valia nos jogos de força e resistência frente à postulados hegemônicos, entretanto, ainda há pouca reflexão sobre a incidência da cultura em corpos fetais e infantis. A disputa da ordem discursiva nas escolas, sobre educação de sexualidade e gênero é vital nessa contenda, porém não deve ser a única. A pedagogia cultural e o mercado de consumo extrapolam os muros dos lares e das escolas e deveriam também ser o *locus* de mirada e problematização de práticas discursivas de gênero desde o nascimento e anterior a ele. Tal problematização deveria ser incorporada consistentemente no debate para ampliação de uma circulação discursiva desgenerificante dos corpos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA MONTAGEM

Figura 63 – A des/re/montagem do feto generificado

Fonte: Produção própria desde as figuras 24, 1, 12, 21 e 61.

Apoiadas no fenômeno cultural do Chá Revelação, propusemos ao longo desse texto uma reflexão acerca da ultrassonografia obstétrica como tecnologia generificadora de corpos fetais. A partir do questionamento sobre o papel das imagens na humanização, generificação e transformação do feto em pessoa, tivemos como hipótese de trabalho que essa tecnologia biomédica funcionou como ferramenta nas disputas discursivas a respeito de corpos sexuados e generificados na contemporaneidade. Para averiguar nossa suspeita, avaliamos que seria essencial um recorte temporal que nos levasse para algumas décadas antes da ocorrência da ultrassonografia obstétrica, para compreender seu *a priori* histórico, tanto quanto nos conduzisse até a atualidade, para um diagnóstico do presente. As publicações impressas utilizadas, instrumentos pedagógicos e subjetivadores da cultura, nos ofertaram um rico arquivo de pesquisa para análise do jogo de forças das verdades em disputa. Esse trajeto foi subsidiado pelos procedimentos foucaultianos e didi-hubmernianos, ou seja, escavar as imagens e seus sintomas e pô-las em posição – montagem – conjuntamente ao exercício de análise dos discursos, investigando descontinuidades, as quebras do que é enunciado como verdade de tempos em tempos em cada lugar. As rupturas deram-se a ver pelo que nomeamos de imagens-acontecimento.

Identificamos que a emergência das imagens fetais na ordem discursiva ocidental, resultado da produção da maternidade científica e da invenção do pré-natal, foi cravada pela fotografia de Lennart Nilsson na capa da revista *Life* de 1965. Imagem-acontecimento anunciadora do feto como uma vida humana frágil, requerente de cuidado e atenção, se desenvolvendo dentro do útero. Anteriormente a essa enunciação, fetos eram tidos como criaturas portadoras de monstruosidade, fora da categoria de humanidade; suas imagens tinham pouca circulação cultural, quando o tinham, atraíam a curiosidade por sua aparência não humana.

Apesar de a imagem-acontecimento de Lennart Nilsson não ter circulado no Brasil à época, ela abriu passagem para que imagens similares, imagens clichê, adentrassem o espaço cultural ocidental, visibilizando o feto pela perspectiva de sua humanidade. Mais adiante, na década de 1990, a partir da popularização da imagem-acontecimento da ultrassonografia obstétrica, reproduzível em semelhança como ferramenta imprescindível do pré-natal, tanto no mundo ocidental quanto no Brasil, o feto ressurgiu pessoalizado, ou seja, com gênero e nome. O processo de pessoalização do feto conforme descrito serviu a uma produção de verdade sobre a indissociação entre sexo e gênero em uma fase do desenvolvimento na qual tal verdade ainda não era pautada, a vida intra-uterina. E tudo isso ocorreu salvaguardado pelo papel proeminente do mercado.

Ao longo da pesquisa, percebemos que as imagens de Nilsson se transformaram em livro, amplamente vendido ao redor do mundo em inúmeras edições. As propagandas, presentes desde os primórdios das publicações impressas, ora reforçaram os enunciados vigentes sobre as expectativas da função feminina da maternidade, ora reforçaram a relação da diferença sexual biológica atrelada ao gênero, ora ilustraram como produzir os gêneros desejados nos corpos infantis e fetais. A moda de enxovais e roupas de crianças ditou performances e estilos generificados. A ultrassonografia, a princípio indicada para ser apenas realizada em casos de risco, transformou-se em bem máximo de consumo.

Em *Nascimento da Biopolítica*, originalmente publicado em 1979, fruto de curso ministrado no *College de France*, Foucault explica a arte liberal e contemporânea neoliberal de governar que mobiliza o mercado como identificamos ao longo da pesquisa. Essa arte liberal e contemporânea neoliberal de governar é oriunda de um tipo de racionalidade emergente no século XVIII e foi aprimorada nos séculos seguintes. Nela, o mercado, mecanismo das trocas e fluxo das riquezas, assume o lugar de verdade sobre a relação valor/preço, enquanto que o poder público avalia o princípio de utilidade de sua própria intervenção, definindo as fronteiras em seus limites mínimos. Esses limites referem-se à medida em que diferentes interesses individuais e coletivos põem ou não em risco direitos fundamentais e liberdades. A liberdade, nesse contexto, é gerida e produzida, delimitada no interior de uma relação de segurança “em que a medida do ‘pouco demais’ de liberdade que existe é dada pelo ‘mais ainda’ de liberdade que é pedido” (FOUCAULT, 2008c, p. 86).

Nesse jogo entre liberdade e segurança fundou-se uma cultura política de “perigos cotidianos perpetuamente animados, atualizados, postos em circulação [...] [como] as campanhas relativas à doença e à higiene. Vejam tudo o que acontece em torno da sexualidade e do medo da degeneração do indivíduo, da família, da raça, da espécie humana.” (FOUCAULT, 2008c, p. 90-91). Ou seja, em contraposição às liberdades lança-se mão de técnicas disciplinares e de controle que produzirão os comportamentos desejados. O papel do mercado, assim, se explicita, sendo imperativo para a manutenção da ordem discursiva identificada sobre corpos fetais e infantis. Quanto antes os corpos forem disciplinados, mais adequados estarão para servirem de capital humano em prol da biopolítica e, concomitantemente, à própria lógica do mercado.

Todos os elementos recuperados até aqui evidenciam a tecnologia do sexo como uma tecnologia política central da vida, pela qual “escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações” (FOUCAULT, 1988, p. 159). Esse movimento de governo dos corpos via

técnicas da sexualidade, ao estar cada vez mais precocizado, parece-nos poder ser entendido como de dominação.

Ao longo de sua produção, além de examinar formas de governamentalidade, relações de poder e os jogos de verdades em disputa frente às resistências que provocavam, Foucault também considerou a noção de dominação, que acontece quando:

as relações de poder, em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas. [...] Em tal estado, as práticas de liberdade não existem, existem apenas unilateralmente ou são extremamente restritas e limitadas. [...] Em inúmeros casos, as relações de poder estão de tal forma fixadas que são perpetuamente dessimétricas e a margem de liberdade é extremamente limitada (FOUCAULT, 2006c, p. 266).

A tecnologia da sexualidade parece ser, por essa perspectiva, mobilizada muito mais por dominação. Ainda que tenham havido movimentos de resistência relevantes, como a liberação sexual que eclodiu nos anos 1970 e 1980, responsável pela moda *unissex* e ampliação dos debates sobre gênero, se ampliarmos o olhar histórico, percebemos a manutenção da hierarquização do masculino frente ao feminino, da aderência do gênero ao sexo biológico e da heteronormatividade, assim como podemos supor que a margem de liberdade adquirida pelas resistências foi limitada.

Uma importante enunciação dessa estratégia de manutenção da dominação, foi a formulação de uma dita ideologia de gênero, como abordamos. Em terras nacionais, o termo foi mobilizado em decorrência dos debates no Congresso Nacional sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), a partir de 2013, quando lideranças religiosas fundamentalistas demandaram pela exclusão do vocabulário relativo a gênero e sexualidade do documento. A estratégia ganhou força pelas mãos do Movimento Escola Sem Partido⁶⁰, que passou a disponibilizar modelos de projetos de lei para todas as esferas legislativas. O debate espraiou-se pelos canais de notícias e redes sociais, popularizando a expressão ideologia de gênero (LIONÇO et al., 2018).

Essas forças em disputa sobre o termo gênero escancaram um movimento global conservador em atuação na contemporaneidade. No Brasil, a partir da eleição presidencial de 2018, as investidas reacionárias passaram a ser oficiais, com repercussões na arena internacional, como nesse *tweet* do presidente: “Na ONU o Governo Jair Bolsonaro apresentará suas prioridades no documento de candidatura à reeleição no Conselho de

⁶⁰ Criado em 2004, contra uma suposta doutrinação de discentes por docentes que disseminam “ideais de esquerda”. Em 2014 o movimento ganhou notoriedade ao ser solicitado a redigir um projeto de lei pelo Deputado Estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, também utilizado pelo vereador no Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro no mesmo ano.

Direitos Humanos da ONU. As principais pautas estão ligadas ao fortalecimento das estruturas familiares e a exclusão das menções de gênero” (BOLSONARO, 2019).

De fato, não só no documento de candidatura à reeleição do Brasil no Conselho do Direitos Humanos da ONU, mas em todas as reuniões que o país esteve representado oficialmente, a posição do governo nacional tem sido imperativa nas votações por vetar o termo gênero de todas as resoluções internacionais, em parceria com os países islâmicos e conservadores. Tal postura causou espanto entre as delegações de outros países, uma vez que o Brasil redemocratizado mostrava-se defensor das pautas liberais nos costumes. No dia anterior ao *tweet* de Bolsonaro, o portal de notícias Uol havia publicado a matéria *Novo dicionário do Itamaraty. Brasil tira de textos gênero e termos de consenso por 25 anos ao usar visão conservadora com base em religião*. O dicionário sugere que o termo seja substituído por: “‘igualdade entre homens e mulheres’ [...] ‘violência com base em sexo’ [...] [e] ‘treinamento que leve em conta temas de mulheres’” (CHADE, 2019).

Consciente do peso das palavras para redesenhar uma visão de mundo, a nova administração do Itamaraty sob governo de Jair Bolsonaro (PSL) já imprimiu seu próprio vocabulário nos últimos seis meses e distribuiu orientações aos postos do Brasil pelo mundo sobre o que dizer. E, acima de tudo, o que não dizer (CHADE, 2019).

O alicerce da difusão de discursos moralistas do atual governo tem sido o antigo Ministério de Direitos Humanos, renomeado como Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A pasta, comandada por Damare Alves, pastora evangélica e ex-assessora de deputados em temas como controle de natalidade e aborto, tem como principal foco o Programa Juntos pela Vida, instituído por portaria em setembro de 2019. A missão do programa é “Proteger a vida, fortalecer a família e defender os direitos humanos para todos” (BRASIL, 2019). Desde que assumiu a cadeira, a ministra disse a que veio. No início de 2019 viralizou na mídia vídeo no qual, em comemoração na saída do ato de sua posse, ela aparece cercada por um grupo de apoiadores dizendo: “Atenção! Menino veste azul e menina veste rosa!”. A fala é recepcionada por aplausos e gritos de comemoração. Ela continua: “Atenção, atenção! É uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa!”, dessa vez, acompanhada em coro pelos presentes (DAMARES [...], 2019, transcrição nossa).

No dia 05 de setembro de 2019, representando o presidente Jair Bolsonaro, Damare Alves participou de reunião da Cúpula da Demografia na Hungria. Justificando-se no decréscimo da taxa de natalidade nacional, “abaixo do nível de reposição populacional”, seu discurso anunciou o Brasil como sendo um país pró-família, pró-vida e contra a ideologia de gênero. Ao final, propõe união de países alinhados a esse discurso:

Não há como priorizar a família sem investir nas nossas crianças, respeitando sua integridade, tratando-as como crianças que são e dizendo um sonoro ‘NÃO’ à ideologia de gênero. [...] A Constituição brasileira defende a paternidade responsável, respeita a sexualidade humana e percebe a vida como uma riqueza. O governo do presidente Bolsonaro, por sua vez, defende o direito à vida desde a concepção e condena a prática do aborto como método contraceptivo ou de controle de natalidade. [...] Também temos priorizado auxiliar os nossos profissionais a alcançar um equilíbrio saudável entre trabalho e família. [...] Nesse quadro, buscamos promover uma política de fortalecimento da maternidade e de incentivo à adoção, bem como prestar o necessário apoio às famílias uniparentais, geralmente chefiadas por mulheres, que são muito comuns no Brasil. [...] Por fim, eu não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para convidar todos os Estados aqui representados para juntar-se a nós na formação de um grupo de países amigos de família, para, no âmbito da Organização das Nações Unidas, defender e resgatar os valores que alguns setores tendem, muitas vezes, a ignorar (ALVES, 2019).

Em seu discurso, Damares Alves refere-se também, apressadamente, sobre a preocupação por um equilíbrio entre trabalho e família. Depois da conquista do direito ao voto, a inclusão das mulheres no mercado de trabalho foi uma importante reação provocada pelos movimentos feministas. Notamos aí uma arena de combate que se espraia. No relatório *Trade and development report 2017* da ONU salienta-se que a estratégia neoliberal dominante fracassou em produzir número suficiente de empregos para todo o mercado de trabalho, gerando uma dinâmica na qual as pessoas são exploradas ou excluídas. Concernente ao debate de gênero, em países nomeados como em desenvolvimento, o relatório aponta que a falta de oferta de emprego frente à entrada das mulheres no mercado de trabalho provocou uma queda nas taxas de empregos de homens, fomentando discursos defensivos de que melhorias para mulheres podem estar ocorrendo às custas dos homens. Tais enunciações reivindicam que mulheres são menos adequadas para o trabalho remunerado devido à sua responsabilidade pelo trabalho não remunerado como prestadoras de cuidados de filhas e filhos, pessoas idosas, da casa e de pessoas doentes (UNITED NATIONS, 2017).

O movimento seguinte, que firmou a posição do atual governo brasileiro, foi o discurso do presidente Jair Bolsonaro na 74ª Assembleia Geral da ONU, no dia 24 do mesmo mês:

Durante as últimas décadas, nos deixamos seduzir, sem perceber, por sistemas ideológicos de pensamento que não buscavam a verdade, mas o poder absoluto. A ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas. A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula mater de qualquer sociedade saudável, a família. Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica. O politicamente correto passou a dominar o debate público para expulsar a racionalidade e substituí-la pela manipulação, pela repetição de clichês e pelas palavras de ordem. A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu (VERDELIO, 2019).

As enunciações higienistas e de construção da maternidade científica das primeiras décadas do século XX apresentadas nos capítulos anteriores, ressurgem, um século depois, proferidas por representantes do Estado Brasileiro. Buscando por estratégias que poderiam provocar um retorno a uma ordem discursiva passada, na qual as mulheres eram exclusivamente donas de casa, responsáveis por maternar futuros cidadãos de bem do país, as disputas pela verdade se acirraram. Esse cenário, além de revelar a centralidade da tecnologia da sexualidade nos jogos de poder, perpassando assuntos nucleares da nossa pesquisa, evidencia o desejo de um retorno a um tempo histórico em alguma medida desestabilizado pelos movimentos feministas e pela revolução sexual.

Silenciosamente, a generificação de corpos fetais teve o efeito de repautar, de modo ainda mais incisivo, a diferença que a natureza criou e suas consequentes funções e usos, objetivando e hierarquizando corpos fetais, subjetivando-nos agora mais precocemente, no interior de uma dicotomia falseada do macho/masculino frente à fêmea/feminino, como procuramos demonstrar nessa nossa tentativa de diagnosticar o presente. Por outro lado, também encontramos movimentos insurgentes de liberdade, como a preocupação de alguns genitores em nomear as crianças de forma neutra e não divulgar seu sexo designado no nascimento, num extremo de maior enfrentamento; e também, os debates correntes sobre a desgenerificação da educação, roupas, brinquedos e brincadeiras para crianças nos espaços das micropolíticas. Aí então, ressurgem a dúvida. Afinal, os movimentos e lutas sociais têm ou não conseguido ampliar as liberdades frente a uma estratégia de dominação?

Se formos otimistas, podemos avaliar que, a partir das conquistas dos movimentos feministas, o último século e as duas primeiras décadas do século XXI têm garantido liberdades não existentes anteriormente na história ocidental. Se formos pessimistas, podemos considerar que, ao mesmo tempo que se alargaram algumas liberdades, essas estratégias não têm sido suficientes para conter os retrocessos ou garantir uma dinâmica mais equilibrada de jogos de poder e emancipação social frente à dominação.

Contudo, não podemos negligenciar que da data de início da escrita dessa dissertação até o momento que elaboramos essas considerações finais – coincidente com a última eleição presidencial – ganharam espaço e circulação os discursos de ódio às diferenças. Não é como se eles não estivessem presentes anteriormente, mas passaram a ser anunciados pelo próprio presidente e membros de seu governo, ou seja, foram autorizados e validados, ganhando outro status nas disputas discursivas.

Presenciamos, assim, a retomada de tempos fascistas. Para Foucault uma dinâmica de poder totalitária como foram o nazismo e o fascismo concretiza-se por meio “da existência na

população geral, de uma fração relativamente grande, disposta a assumir e ser responsável por um certo número de funções do Estado: repressão, controle, lei e ordem” (FOUCAULT, 2017). No regime nazista esse feito se deu, inclusive, pelas mãos de organizações paramilitares. Ao defender milicianos e proclamar discursos de ódio contra minorias, agentes estatais corroem as liberdades e legitimam o poder violento e totalitário de aniquilamento das diferenças.

No prefácio de *O Anti-Édipo: Esquizofrenia e Capitalismo*, do filósofo francês Gilles Deleuze (1925-1995) em conjunto com o também francês filósofo e psicanalista Félix Guattari (1930-1992), Foucault oferece algumas considerações de como nos libertar do fascismo. Dentre elas, defende ações políticas não totalizadoras pautadas em “desejos por proliferação, justaposição e disjunção”; a escolha pela diferença e “agenciamentos móveis”; “desindividualizar” por multiplicação e deslocamento; e prerroga a utilização da análise como multiplicadora “das formas e dos domínios de intervenção da ação política” (FOUCAULT, 1977b).

Nossa investida, portanto, acaba por ser a de assumir uma postura não fascista, ao procurar produzir uma análise sobre as repercussões da generificação precoce dos corpos que ofereça subsídios para uma escolha pela diferença. Como apresentamos, o acontecimento da generificação precoce dos corpos, que se fez perceber via imagens e noções de representação do que é do campo do masculino em contraposição ao que é do campo do feminino teve sua dicotomia intensificada nos últimos anos desde a mais tenra infância. Se temos de um lado grupos múltiplos resistindo aos saberes e poderes hegemônicos, temos por outro, uma ordem discursiva subjetivando meninos de dois anos a se revoltarem frente a uma roupa cor-de-rosa por ser considerada uma cor de menina. Ao procurar analisar como esses discursos emergiram, nossa intenção foi a de fornecer mais elementos para ações micropolíticas, sejam elas quais forem, que visem a emancipação autônoma e a liberdade.

REFERÊNCIAS⁶¹

- ABRANTES, E. S. “Mãe Civilizadora”: A educação da mulher nos discursos feminista e antifeminista na primeira república. In: Encontro Regional de História ANPUH/RJ, 2006, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, p. 01-08. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Elizabeth%20Sousa%20Abrantes.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.
- A EDADE perigosa. **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 05, n. 83, p. 50, dez. 1924. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Dados do setor. Dados Gerais. **ANS** [website] 2019. Disponível em: <https://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais>. Acesso em: 22 ago. 2019.
- A GRAÇA na infância. **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 182, p. 126, mai. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=830305&PagFis=18314>. Acesso em: 12 set. 2019.
- AINSWORTH C. Sex redefined. **Nature**, Londres: Macmillan, v. 518, p. 288-291, 19 feb. 2015. Disponível em: <https://www.nature.com/news/sex-redefined-1.16943>. Acesso em: 01 mai. 2018.
- ALMEIDA, V. [Fotografia de]. In: FERREIRA, Z. Misture e use. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 32, n. 06, p. 104-109, mar. 2000.
- ALVES, D. [Discurso]. **Elementos para participação brasileira na Cúpula Demográfica de Budapeste**. 05 set. 2019. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/setembro/na-hungria-ministra-dameres-ressalta-que-o-brasil-e-um-pais-pro-familia/DiscursoBudapeste.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2020.
- AMARAL, W. N.; SANTOS, H. C.O. **A História da Ultrassonografia no Brasil**. Goiânia: Contato Comunicação, 2012.
- A MODA. **A Cigarra**. São Paulo, ano 25, n. 117, p. 96, dez. 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em 02 jul. 2019.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC. 1981.
- AS CRIANÇAS constituem o encanto dos lares. **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 24, n. 291, p. 82, jun. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 10 set. 2019.

⁶¹ A norma utilizada para elaboração das referências foi o sistema de chamada autor data.

ASSUNÇÃO, B. A.; ITALIANO, I. C. Moda e vestuário nos periódicos femininos brasileiros do século XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 71, p. 232-251, dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n71/2316-901X-rieb-71-00232.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

ASSUNÇÃO, C. Q. S. **Belos, sadios e normais**: as representações sociais dos corpos infantis modernos na revista Pais & Filhos (1968 – 1977). 2010. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A SYPHILIS, um dos maiores flagelos da humanidade – a syphilis infantil. O que fazem os Estados Unidos no combate ao mais traiçoeiro dos males. **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 18, n. 238, p. 23-25, jan. 1938. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830305&pesq=>. Acesso em 10 jul. 2019.

BABYMED. [Propaganda]. Pomada separada por gênero. **Pais & Filhos**. São Paulo, 13 abr. 2012. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/familia/pomada-separada-por-genero/>. Acesso em: 19 out. 2019.

BAILÃO, L. A. Condições Ideais Para Ultrassom. **ULTRAEDUC** [Website], 02 out. 2017. Disponível em: <http://www.ultraeduc.com.br/post/condicoes-ideais-para-ultrassom/251>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BENTO, A. [Fotografia de]. In: MIGUEZ, C. Para ele, um enxovalzinho dentro da estação. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 06, p. 112-117, fev. 1982.

BENTO XVI, Papa. **Discurso do Papa Bento XVI à Cúria Romana na apresentação de votos natalícios**. 21 dez. 2012. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20121221_auguri-curia.html. Acesso em: 10 out. 2019.

BESSE, S. K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914 -1940. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1999.

BÍBLIA, N. T. Coríntios I. In: BÍBLIA. **Sagrada Bíblia Católica**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. [Website] Atenção primária em saúde. Núcleo de telessaúde Santa Catarina. Quantas vezes e em que período gestacional deve-se solicitar ultrassonografia obstétrica? **BVS**, 02 abr. 2018. Disponível em: <https://aps.bvs.br/aps/quantas-vezes-e-em-que-periodo-gestacional-deve-se-solicitar-ultrassonografia-obstetrica/>. Acesso em 22 ago. 2019.

BIROLI, F. [Online]. Movimento feminista - verbete. In: ABREU, A. A. *et al* (Orgs.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. São Paulo: FGV, 2001. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-feminista>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BLÁ, blá, blá: Bebê menino pode usar rosa? [YouTube]. **Pais & Filhos**. São Paulo, 27 fev. 2014. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/mais/bla-bla-bla-bebe-menino-pode-usar-rosa/>. Acesso em: 21 out. 2019.

- BLOSSOM, P. 9 things white families don't understand about piercing a baby's ears. **Romper**, New York, 19 jun. 2017. Disponível em: <https://www.romper.com/p/9-things-white-families-dont-understand-about-piercing-a-babys-ears-64446>. Acesso em: 17 out. 2019.
- BOLSONARO, J. Na ONU... Brasília, 11 de jul. 2019. [Twitter] **@jairbolsonaro**. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1149280327665422337>. Acesso em: 10 out. 2019.
- BOTELHO, P. Quente demais. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 27, n. 02, p. 88-93, dez. 1994.
- BRANDÃO, R. Nasce Ana Maria. **A Cigarra**. São Paulo, ano 37, n. 08, p. 154, ago. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 02 jul. 2019.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Portaria nº 2.467, de 06 de setembro de 2019. Institui o Programa Juntos pela Vida. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.467-de-6-de-setembro-de-2019-215564040>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- BUENO, L. M. O que é melhor: menino ou menina? **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 01, n. 07, p. 26-29, mar. 1969.
- BITTONI, D. H. S. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.
- BUKLIJAS, T; HOPWOOD, N. A blind spot in anatomical images. **Making visible embryo**: online exhibition. University of Cambridge, 2008. Disponível em: http://www.sites.hps.cam.ac.uk/visibleembryos/s2_1.html. Acesso em 20 ago. 2019.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução S. Lamarão e A. M. da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, J. **Bodies that matter**: on the discursive limits of "sex". New York: Routledge, 2014.
- BUTLER, J. **Gender trouble**. New York: Routledge, 1999.
- CAMPITELI, I. Casal decide não contar o sexo do bebê de 1 ano: "Usamos pronomes neutros para nos referirmos ao Anoush". **Pais & Filhos**. São Paulo, 17 set. 2019. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/crianca/casal-decide-nao-contar-o-sexo-do-bebe-de-1-ano-usamos-pronomes-neutros-para-nos-referirmos-ao-anoush/>. Acesso em: 30 set 2019.
- [CAPA da Life magazine]. **Life Magazine**. Chicago, v. 58, n. 17. 30 abr. 1965. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=UVMEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 08 mai. 2018.
- CAPISTRANO, B. Ultrassonografia morfológica: entenda mais sobre o exame 3D e 4D. **Mães GNT**, 29 out. 2012. Disponível em: <http://gnt.globo.com/maes-e-filhos/materias/ultrassonografia-morfologica-entenda-mais-sobre-o-exame-3d-e-4d.htm>. Acesso em: 25 nov. 2019.

CARDOSO, E. B. Entre o tradicional e o moderno: os femininos na revista vida doméstica. **Gênero**. Niterói, v. 9, n. 2, p. 103-134, 1. sem. 2009.

CARRILHO, W. A moda unissex é uma força! **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 05, n. 11, p. 20-25, jul. 1973.

CASA VALENTIM. [Propaganda] Roupinhas para criança. **Vida Domestica**. São Paulo, ano 21, n. 278, p. 131, mai. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830305&pesq=>. Acesso em: 10 set. 2019.

CASTELLO, A. Bate coração. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 30, n.11, p. 12-15, ago. 1998.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CAVALLARI, M. M. Detalhes revelam os riscos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 set. 1995. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/16/mundo/11.html>. Acesso em: 23 mar. 2018.

CENSURA cinematográfica. **A Cigarra**. São Paulo, ano 06, n. 126, p. 51, dez. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 02 jul. 2019.

CHADE, J. Novo dicionário do Itamaraty Brasil tira de textos gênero e termos de consenso por 25 anos ao usar visão conservadora com base em religião. **Uol Notícias**, 10 jul. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/novo-dicionario-do-itamaraty/index.htm#novo-dicionario-do-itamaraty>. Acesso em: 11 out. 2019.

CHAZAN, L. K. **Pioneiros da ultra-sonografia obstétrica no Brasil**. 2008. 80f. Relatório (Pesquisa de pós-doutorado) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.tesesims.uerj.br/cgi-bin/wxisl660.exe/lildbi/iah/?IsisScript=lildbi/iah/iah.xic&base=TESES&lang=p>. Acesso em: 03 jun. 2018.

CHAZAN, L. K. **“Meio quilo de gente”**: um estudo antropológico sobre ultra-som obstétrico. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/x78qr/pdf/chazan-9788575413388.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

CHILVERS, I.; GLAVES-SMITH, J. **A dictionary of modern and contemporary art**. 2. ed. Nova York: Oxford University Press, 2009.

CIDREIRA, R. P. **Os Sentidos da Moda**. São Paulo: Annablume, 2005.

CLARK, C. Doce é a moda para este outono. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 08, p. 114-116, abr. 1983.

COELHO, A. Luísa ou Lucas. **Pais & filhos**. Rio de Janeiro, ano 29, n. 10, p. 60-61, jul. 1997.

COHEN, I. S. Diversificação e segmentação dos impressos. *In*: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. G. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CONHEÇA seu filho antes de nascer, **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 38, n. 473, p. 62, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 28 ago. 2019.

CONSULTORIO medico gratuito da “Revista feminina”. **Revista Feminina**. São Paulo, ano 07, n. 74, p. 53, jul. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pesq=>. Acesso em 08 ago. 2019.

CONTENTS. **Life Magazine**. Chicago, v. 58, n. 17, p. 03. 30 abr. 1965. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=UVMEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 08 mai. 2018.

COSLOVSKY, S. O que a medicina pode fazer por pelas crianças. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 03, n. 06, p. 39-45, fev. 1971.

COUSAS uteis. **Vida Domestica**. ano 02, n. 16, p. 27. Rio de Janeiro, 30 jun. 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830305&pesq=>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CRIANÇA Transexual: menino ou menina? **Pais & Filhos**. Editora Manchete, São Paulo, 03 jun. 2015. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/crianca/crianca-transexual-menino-ou-menina/>. Acesso em: 30 set. 2019.

CRIANÇAS mais estilosas que você. **Pais & Filhos**. São Paulo, 16 mai. 2013. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/crianca/criancas-mais-estilosas-que-voce/>. Acesso em: 30 nov. 2019.

CRUZ, R. S. B. L. C.; CAMINHA, M. F. C.; BATISTA FILHO, M. Aspectos históricos, conceituais e organizativos do pré-natal. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. v. 18, n. 01, p. 87-94, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/15780>. Acesso em: 10 mai. 2019.

CUNHA F. M. Proteção a infancia: como diminuir a mortandade dos lactantes. **Revista Feminina**. São Paulo, ano 09, n. 102, p. 15-16, nov. 1922 Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6240>. Acesso em 08 ago. 2019.

DAMARES: menino veste azul e menina veste rosa. Uma nova era?, 3 jan. 2019. [YouTube] **ATeu Ver**. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6myjru-e81U>. Acesso em: 11 out. 2019.

DANTAS, C. V. [Online]. Cigarra, a - verbete. *In*: ABREU, A. A. *et al* (Orgs.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. São Paulo: FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CIGARRA,%20A.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

DA ROCHA, M. I. B. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. **Revista Brasileira Estudo de Populações**, São Paulo, v. 23, n. 02, p. 369-374, jul./dez. 2006.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n2/a11v23n2.pdf>. Acesso em 03 jun. 2020.

DE LUCA, T. R. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. G. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.

DIAS, C. É hora do chá, para o bebê. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 19, n. 05, p. 82-86, jan. 1987.

DIDI-HUBERMAN, G. **Quando as imagens tomam posição**. Tradução de Cleonice Paz Barreto Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 2017a.

DIDI-HUBERMAN, G. [Entrevista cedida a] **La noche de la filosofía**: la imagen potente, 1 vídeo. [YouTube] Canal Encuentro, 2017b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6uvGhCgupq0>. Acesso em: 27 mai. 2019.

DIDI-HUBERMAN, G. **Diante da imagem**: Questão colocada aos fins de uma história da arte. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: 34, 2013.

DIDI-HUBERMAN, G. **Imagens apesar de tudo**. Tradução de Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. Lisboa: KKYM, 2012.

DIDI-HUBERMAN, G. "... O que torna o tempo legível, é a imagem". [Entrevista cedida a] M. Aparício. **ArteFilosofia**, n. 11, p. 14-28, 2011a. Disponível em: <https://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/raf/article/viewFile/594/550>. Acesso em: 01 dez. 2018.

DIDI-HUBERMAN, G. **Ante el tiempo**: historia del arte y anacronismo de las imágenes. Tradução de Antonio Oviedo. Buenos Aires: Adriana Hidalgo. 2011b.

DIDI-HUBERMAN, G. **Invention of hysteria**: Charcot and the photographic iconography of the Salpêtrière. Tradução de Alisa Hartz. Londres: The MIT Press, 2003.

DONALD, I.; MACVICAR, J.; BROWN, T.G. Investigation of abdominal masses by pulsed ultrasound. **The Lancet**, v. 271, n. 7032, p. 1188-1195, 31 May 1958. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673658919056>. Acesso em: 20 fev. 2019.

DONINI, R. Dividir o mundo em azul ou rosa limita a possibilidade de as crianças serem autênticas. **Pais & Filhos**. São Paulo, 26 jun. 2018. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/blogs-e-colunistas/rafaela-donini/dividir-o-mundo-em-azul-ou-rosa-limita-a-possibilidade-de-as-criancas-serem-autenticas/>. Acesso em 30 set 2019.

DREYFUS, H.L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUDEN, B. **Disembodying women**: perspectives on pregnancy and the Unborn. Tradução de Lee Hoinacki. Harvard University Press: Cambridge, 1993.

DUDEN, B. The Fetus on the "Farther Shore" Toward a History of the Unborn. *In*: MORGAN, L. M. MICHAELS, M. W. (Orgs.). **Fetal subjects, feminist positions**, p. 13-25. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1999.

ELE quer cabelo grande, mas não deixa lavar. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 05, n. 11, p. 106-107, jul. 1973.

ELEUTÉRIO, M. L. Imprensa a serviço do progresso. *In*: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. G. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

EMPRESA Feminina Brasileira. [Propaganda]. A ciencia da maternidade. **Revista Feminina**. São Paulo, ano 04, n. 32, p. 21, jan. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pesq=>. Acesso em: 08 ago. 2019.

ENTWISTLE, J. **El cuerpo y la moda**: una visión sociológica. Tradução de Alicia Sánchez Mollet. Barcelona: Paidós, 2002.

ENTWISTLE, J. The Dressed Body. *In*: ENTWISTLE, J. e WILSON, E. (Orgs.) **Body Dressing**, p. 33-58. Oxford: Berg, 2001.

ENXOVAES de bebê. **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 05, n. 78, p. 85, jul. 1924. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 10 set. 2019.

ENXOVAL para o bebê. **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 20, n. 265, p. 92, abr. 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 10 set. 2019.

FAÇA você mesma! **A Cigarra**. São Paulo, ano 50, n. 12, p. 92, dez. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em 02 jul. 2019.

FARGE, A. **The allure of the archives**. Tradução de Thomas Scott-Railton. Yale University Press: London, 2013.

FERNANDES, S. Utra-sonografia: o exame que revela a vida no útero. **Pais & filhos**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 08, p. 22-25, abr. 1984.

FERNANDES, S. Até que ponto é preciso educar de forma diferente? **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 11, n. 12, p. 10-11, ago. 1979.

FERRARI, J. O primeiro desfile de Luciana, **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 03, n. 09, p. 20-26, mai. 1971.

FLEURY Medicina e Saúde. [Website] Diagnóstico de gravidez: no início, sapos anunciavam a chegada de príncipes e princesas. **Boletim**. n. 08, 2006. Disponível em: <http://www.fleury.com.br/medicos/educacao-medica/revista-medica/materias/Pages/diagnostico-de-gravidez-no-inicio-sapos-anunciavam-a-chegada-de-principes-e-princesas.aspx>. Acesso em: 19 ago. 2019.

FORTES, L. C. Formato e tamanho da barriga. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 12, n. 08, p. 10-13, abr. 1980.

[FOTOGRAFIA de Clélia]. **A Cigarra**. São Paulo, ano 07, n. 133, p. 43, abr. 1920.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em 02 jul. 2019.

[FOTOGRAFIA de Nilza Cavalcante]. **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 05, n. 76, p. 5, mai. 1924. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 28 ago. 2019.

[FOTOGRAFIA de Paulo]. **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 07, n. 96, p. 52, jan. 1926.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 28 ago. 2019.

FOUCAULT, M. “Anti-retro”. [Entrevista cedida a] Pascal Bonitzer e Serge Toubiana. **Cahiers du Cinema**, p. 251-252, July-August 1974. Tradução de Annwyl Williams, 04 nov. 2017. Disponível em: <https://onscenes.weebly.com/film/anti-retro-michel-foucault-in-interview>. Acesso em: 05 fev. 2020.

FOUCAULT, M. A pintura fotogênica *In*: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e escritos III**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa, p. 346-355. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, M. **Isto não é um cachimbo**. Tradução de Jorge Coli, 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008b.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no College de France. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FOUCAULT, M. Diálogos sobre o poder. *In*: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e escritos IV**. Estratégia, poder, saber. 2. ed. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro, p. 253-266. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

FOUCAULT, M. Precisões sobre o poder. Respostas a certas críticas. *In*: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e escritos IV**. Estratégia, poder, saber. 2. ed. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro, p. 270-280. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e escritos V**. Ética, sexualidade, política. 2. ed. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa, p. 264-287. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006c.

FOUCAULT, M **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.

FOUCAULT, M Nietzsche, Freud, Marx. *In*: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e escritos II**. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Tradução de Elisa Monteiro, 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e a hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero, p. 231-250. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado, 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977a.

FOUCAULT, M. Introdução à vida não-fascista. *In*: Gilles Deleuze e Félix Guattari. **Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia**. New York, Viking Press, 1977b, p. XI-XIV. Tradução de Anderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/vidanaofascista.pdf>. Acesso em: 03 fev. 202.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade *In*: FREUD, S. **Obras completas, volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905)**. Tradução de Paulo César de Souza, p. 13-172. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS [Website] A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Anos de Incerteza (1930-1937). Institutos de aposentadoria e pensões. **FGV/CPDOC**: São Paulo, 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>. Acesso em: 18 ago. 2019.

FURAR ou não a orelha do bebê? **Pais & Filhos**. São Paulo, 23 mai. 2016. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/receita-nascido/furar-ou-nao-a-orelha-do-bebe/>. Acesso em: 17 out. 2019.

FURAR ou não a orelha do seu bebê? **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 07, n. 07, p. 89, mar. 1975.

GALERIA infantil. **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 06, n. 86, p. 47, mar. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 28 ago. 2019.

GALVÃO, M. I. Numa pequena tela, desfazem-se dúvidas. Graças ao ultra-som. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 09, n. 12, p. 126-129, ago. 1977.

GARBER, M. **Vested interests: cross-dressing and cultural anxiety**. New York: Routledge. 2011.

GARRIDO, L. [Fotografia de]. *In*: CARRILHO, W. A moda unissex é uma força! **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 05, n. 11, p. 20-25, jul. 1973a.

GARRIDO, L. [Fotografia de]. *In*: CARRILHO, W. Enxoval 74/Ano Novo, roupa nova. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 06, n. 04, p. 94-98, dez. 1973b.

GIMENEZ, I. Luana Piovani rebate críticas por cortar o cabelo da filha ao estilo Joãozinho. **Pais & Filhos**. São Paulo, 08 jul. 2019. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/crianca/luana-piovani-rebate-criticas-por-cortar-o-cabelo-da-filha-ao-estilo-joaozinho/>. Acesso em: 30 nov. 2019.

GONZALEZ, A. Ultra-sonografia: um retrato da evolução do bebê. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 12, n. 06, p. 8-12, fev. 1980.

GUIA de compras da futura mamãe. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 04, n. 06, p. 120-121, fev. 1972.

GUYTON, A. C.; HALL, J. E. **Fundamentos de Fisiologia**. 12. ed. Editora Elsevier: Brasil, 2012.

HAFNER, J. Gender reveals: Insanely popular - and also outdated? **USA Today**, 12 mar. 2017. Disponível em: <https://www.usatoday.com/story/news/nation-now/2017/03/12/gender-reveals-gender-identity-cisgender/98535822/>. Acesso em: 09 jul. 2018.

JOHNSON & JOHNSON. [Propaganda]. A natureza criou essa diferença. A Johnson & Johnson só respeitou. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 23, n. 01, p. 31-33, set. 1990.

JÜLICH, S. Picturing abortion opposition in Sweden: Lennart Nilsson's early photographs of embryos and fetuses. **Social History of Medicine**, v. 31, n. 02, p. 278-307, May 2018. Disponível em: <https://academic.oup.com/shm/article/31/2/278/3067646>. Acesso em 14 dez.18.

JÜLICH, S. The making of a best-selling book on reproduction: Lennart Nilsson's A child is born. **Bulletin of The History of Medicine**, v. 89, n. 03, p. 491-525, 2015a. Disponível em: <http://uu.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A868300&dswid=9766>. Acesso em 14 dez.18.

JÜLICH, S. Lennart Nilsson's A child is born: the many lives of a best-selling pregnancy advice book. **Culture Unbound**, v. 07, p. 627-648, 2015b. Disponível em: <http://www.cultureunbound.ep.liu.se/v7/a38/cu15v7a38.pdf>. Acesso em 14 dez.18.

JÜLICH, S. Lennart Nilsson's fish-eyes: a photographic and cultural history of views from below. **Konsthistorisk Tidskrift**, v. 84, n. 02, p. 75-92, 2015c. Disponível em: <http://uu.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A827200&dswid=9766>. Acesso em 14 dez.18.

JÜLICH, S. Colouring the human landscapes: Lennart Nilsson and the spectacular world of scanning electron micrographs. **Nuncius: annali di storia della scienza**, v. 29, n. 02, p. 464-497, 2014. Disponível em: <http://uu.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A772746&dswid=9766>. Acesso em 14 dez.18.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2019.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais. In: RAMOS, M. M.; NICOLI, P. A. G.; ALKMIN, G. C. (Orgs.). **Gênero**,

sexualidade e direitos humanos: perspectivas multidisciplinares, cap. 15, p. 221-236. Initia Via: Belo Horizonte. 2017.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KARVUNIDIS, J. **A weird thing came upon Twiter**. [Facebook] High Gloss And Sauce, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/HighGlossSauce/photos/a.110397032312047/2571530012865391/?type=3&theater>. Acesso em: 12 out. 2019.

KRUMMEL, J. [YouTube]. **Gender reveal party fail**, nov. 2016a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ho6tRkHDTLA>. Acesso em: 09 jul. 2018.

KRUMMEL, J. [YouTube]. **Gender reveal party success**, nov. 2016b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_lbEteL4d50. Acesso em: 09 jul. 2018.

LABORATÓRIO MIL. [Panfleto]. **Vai ser menina ou menino?** Sexagem Fetal. 2019.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEACH, E. R. Cabelo mágico. In: DA MATTA, R. (Org.). **Edmund Leach:** antropologia. Tradução de Alba Zaluar Guimarães. São Paulo: Ática, 1983.

LETTERS. **Life Magazine**. Chicago, v. 58, n. 20, p. 27. 21 mai. 1965. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=NVMEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 08 mai. 2018.

LIMA, A. L. G. Os saberes especializados da pediatria e a adaptação das mães às necessidades de seus bebês: um estudo de manuais de puericultura publicados no Brasil. In: 31ª Reunião Anual da Anped, GT-20: Psicologia da Educação, 2018, Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais: ANPED, 2018. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt20-4017-int.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

LIMA, J. D. Movimento pró-vida se organiza e cresce no Brasil. **Sempre Família**. Mai. 2015. Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br/defesa-da-vida/movimento-pro-vida-se-organiza-e-cresce-no-brasil/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

LIONÇO, T.; ALVES, A. C. O.; MATTIELLO, F. & FREIRE, A. M. “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 599-621, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2019.

LOBO, M. A história do parto. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 02, n. 07, mar. 1970.

LORENZ, K. M. A zoologia filosófica no Brasil: explorando as modernas correntes do pensamento científico no Collégio de Pedro II em meados do século XIX. **História da**

Educação, Pelotas, n. 21, p. 133-158, jan/abr 2007. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em: 20 ago. 2019.

LOURDES, M. O cantinho das mães. **A Cigarra**. São Paulo, ano 49, n.10, p. 34, out. 1963a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 02 jul. 2019.

LOURDES, M. O assunto é você. **A Cigarra**. São Paulo, ano 49, n. 10, p. 30, out. 1963b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 02 jul. 2019.

LÖWY, I. **Imperfect pregnancies: a history of birth defects and prenatal diagnosis**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2017.

MAIS VOCÊ. [Programa de TV]. Mais você fala tudo sobre o chá da revelação, festa para revelar o sexo do bebê, 1 vídeo. **Rede Globo de Televisão**. Rio de Janeiro, 08 nov. 2013. Disponível em: <http://globoplay.globo.com/v/2942171/>. Acesso em: 09 jul. 2018.

MACHADO, L. E. S. A ciência em marcha: menino ou menina? **A Cigarra**. São Paulo, ano 35, n. 10, p. 110-111, out. 1954. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 02 jul. 2019.

MALTA, M. H. Como educar menino e menina, sem preconceito. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 07, n. 02, p. 90-93, out. 1974.

MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de império. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. G. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, A. P. V. A ciência dos partos: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia científica no século XIX. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 03, p. 645-665, Florianópolis, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 jun. 2019.

MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MEDISON. [Propaganda]. Olha eu aqui, mamãe!!! **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 32, n. 06, p. 21, mar. 2000.

MENDONÇA, T. Pré-natal: a rotina indispensável para o sucesso da gravidez. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 01, set. 1982.

MENEZES, W. A linha livre do bebê. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 04, n. 07, p. 52-55, mar. 1972.

MENEZES, W. Vamos vestir bem nossas crianças. **A Cigarra**. São Paulo, ano 46, n. 04, p. 62-65, abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 10 set. 2019.

MICHAELS, M. W. Fetal Galaxies: Some Questions About What We See p. 113-132. *In*: MORGAN, L. M. MICHAELS, M. W. (Org.). **Fetal subjects, feminist positions**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.

MIGUEZ, C. Os mistérios desvendados pelo ultra-som. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 09, p. 16-21, mai. 1982.

MIRA, M. C. **O leitor e a banca de revistas**: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

MIRANDA, C. A. Somos todos do jardim da infância. **A Cigarra**. São Paulo ano 56, n. 10, p. 22-27, out. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 10 set. 2019.

MITTWOCH, U. Sex determination in mythology and history. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, São Paulo, v. 49, n. 01, p. 07-13, fev. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302005000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 out. 2018.

MONEY J. Hermaphroditism, gender and precocity in hyperadrenocorticism: Psychologic findings. **Bulletin of the Johns Hopkins Hospital**, v. 6, n. 96, p. 253-264, 1955. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14378807>. Acesso em: 15 mai. 2018.

MONTEFUSCO, P. Exames de ponta. **Pais & Filhos**. São Paulo, 20 abr. 2011. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/mais/exames-de-ponta/>. Acesso em: 21 ago. 2019.

MORAES, D. Saber o sexo antes, você decide. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 24, n. 10, p. 18-22, ago. 1992.

MORAES, D. Ultra-som: por que fazer, por que evitar. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 22, n. 06, p. 8-12, fev. 1990.

MORAES, D. Vale a pena saber o sexo antes? **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 21, n. 08, p. 10-14, abr. 1989.

MORAES, D.; WERNECK, C. Bebê com saúde. O ultra-som confirma. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 24, n. 02, p. 26-29, out. 1991.

MOTA, R. M. S. **O uso do ouro popular no norte de Portugal no século XX**. 693 f. Tese (Doutorado em Estudos do Patrimônio). Escola de Artes, Universidade Católica Portuguesa. 2014.

MUNDO Infantil. **A Cigarra**. São Paulo, ano 07, n. 141, p. 36, ago. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em 02 jul. 2019.

MUSICA. **A Cigarra**. São Paulo, ano 06, n. 122, p. 28, out. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em 02 jul. 2019.

NAHATA, L. The gender reveal: implications of a cultural tradition for pediatric health. **Pediatrics**, v. 140, n. 06, Dec. 2017. Disponível em: <https://pediatrics.aappublications.org/content/140/6/e20171834>. Acesso em: 28 set. 2019.

NAHOUM, J. Assim se forma o rosto de um homem. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 02, n. 04, p. 38-42, dez. 1969.

NIELSEN, A. Bebê a caminho, enxoval à vista. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 26, n. 01, p. 60-65, out. 1993.

NIETZSCHE, F. **Aurora**: reflexões sobre os pensamentos morais. Tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NILSSON, L. **A child is born**: the drama of life before birth in unprecedented photographs. A Practical Guide for the Expectant Mother. Photos: Lennart Nilsson. Text: Axel Ingelman-Sundberg, Claes Wirsén. New York, NY: Dell Publishing, 1966.

NOVOS exames para grávidas. A ciência não só ajuda a grávida a se aproximar do bebê como também a detectar problemas de saúde. **Pais & Filhos**. São Paulo, 21 jan. 2014. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/gravidez/novos-exames-para-gravidas/>. Acesso em 21 ago. 2019.

NUNES, P. Conhecer o bebê ainda no útero. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 03, p. 20-26, nov. 1981.

O CABELLO dos nossos pequerruchos. **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 08, n. 115, p. 139, out. 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830305&pesq=>. Acesso em: 20 ago. 2019.

O CABELO do seu recém-nascido vai cair. E isso é completamente normal. **Pais & Filhos**. São Paulo, 31 mai. 2016. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/recem-nascido/o-cabelo-do-seu-recem-nascido-vai-cair-e-isso-e-completamente-normal/>. Acesso em: 17 out. 2019.

O ENXOVAL do bebê... **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 35, n. 442, p. 70, jan. 1955. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830305&PagFis=54481&Pesq=enxoval%20bebe>. Acesso em: 10 set. 2019.

O'LEARY, D. **Gender**: the deconstruction of women. Analysis of the gender perspective in preparation for the fourth world conference on women. Georgia State University Library. Digital collections. Nancy N. Bootle papers. Beijing, 1995. Disponível em: <https://digitalcollections.library.gsu.edu/digital/collection/booth/id/1384>. Acesso em: 10 out. 2019.

OLIVEIRA, M. T. Cabelos: da etologia ao imaginário. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 41, n. 03, p. 135-151, set. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2007000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 out. 2019.

O MEDICO e a mulher, dois grandes factores do progresso da pátria. **Revista Feminina**. São Paulo, ano 10, n. 107, p. 38-44, abr. 1923. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6220>. Acesso em 08 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Recomendações da OMS sobre cuidados pré-natais para uma experiência positiva na gravidez**. 2016. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/250800/WHO-RHR-16.12-por.pdf;jsessionid=5DA0CCDC153B70145ABD045F0DCB4083?sequence=2>. Acesso em: 17 jul. 2019.

OS AMIGOS do lar. **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 06, n. 63, p.08, out. 1923. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830305&pesq=>. Acesso em: 28 ago. 2019.

OS NOSSOS filhinhos. **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 09, n. 124, p. 144, jul. 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 10 set. 2019.

PANORAMA do mundo. **A Cigarra**, São Paulo, ano 32, n. 194, p. 11, abr. 1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em 02 jul. 2019.

PAOLETTI, J. B. **Pink and blue: telling the boys from the girls in America**. Indiana: Indiana University Press, 2012.

PARA as mããs. **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 18, n. 220, p. 139, jul. 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 10 set. 2019.

PARA os nossos filhos. **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 09, n. 114, p. 143, set. 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 10 set. 2019.

PARA os nossos pequenos amiguinhos. **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 13, n. 154, p. 122, jan. 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 10 set. 2019.

PARÉ, A. **On monsters and marvels**. Tradução de Janis L. Pallister. London: University of Chicago Press, 1982.

PASTOUREAU, M. Una nota de color. [Entrevista cedida a] Dominique Simonnet. **Radar Página/12**, Buenos Aires, 21 jan. 2007. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/radar/9-3542-2007-01-21.html>. Acesso em: 25 out. 2019.

PEREIRA, A. C. **SER MÃE É...** A produção de subjetividades nos discursos da revista Pais & Filhos (1968-2008). 2014. 205 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PETISTIL MODA. [Propaganda]. Coffee bean color. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 08, p. 113, abr. 1983.

PETCHESKY, R. P. Fetal images: the power of visual culture in the politics of reproduction. **Feminist Studies**, ano 13, n. 02, p. 263-292, 1987. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3177802?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 10 dez. 2018.

PINA, J. Criança com cara de criança. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 32, n. 09, p. 60-65, jun. 2000.

PROTÁSIO, R. É primavera! Dias claros, cores claras. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 24, n. 11, p. 60-63, set. 1992.

QUAL é o sexo do bebê? **Pais & Filhos**. São Paulo, 17 mai. 2013. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/gravidez/qual-e-o-sexo-do-bebe/>. Acesso em: 30 set 2019.

QUEIROZ, R. O preço de um filho. **A Cigarra**. São Paulo, ano 48, n. 08, p. 94-97, ago. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 10 set. 2019.

RACHEL, V. As 10 posições erradas do bebê que vai nascer. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 04, n. 11, p. 04-11, set. 1971.

REGNAULT, J. **Menino ou menina?** Tradução de Elias Davidovich. Rio de Janeiro: Editora Vecchi. 1938.

RETRATOS de crianças, **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 03, n. 37, p. 21, dez. 1922. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em: 28 ago. 2019.

REVOREDO, O. A. Ideologia de gênero: perigos e alcances. *In*: PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA (Org.). **Lexicon**. Termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas. Tradução de Cláudia Scolari. 2. ed, p. 491-509, Brasília: Edições CNBB, 2007.

ROBERTS, J. ‘Wakey wakey baby’: narrating four-dimensional (4D) bonding scans. **Sociology of Health & Illness**, v. 34, n. 02, p. 299–314, Feb. 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21507010>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ROGÉRIO, C. Nossa primeira capa. **Crescer**, nov. 2008. Disponível em: <http://revistacrescer.globo.com/Revista/Crescer/0,,EMI15833-10473,00-NOSSA+PRIMEIRA+CAPA.html>. Acesso em: 07 set. 2018.

ROSENFELD, A. Drama of life before birth. **Life Magazine**. Chicago, v. 58, n. 17, p. 54-72, abr. 1965. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=UVMEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 13 jul. 2019.

ROUSSEAU, J. **Emílio ou da educação**. Tradução de Sérgio Milliet 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

RUBIN, G. The traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex. *In*: REITER, R. (Org.). **Towards an Anthropology of Women**, p. 157-210. Nova York: Montly Review Press, 1975. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/RUBTTI>. Acesso em: 19 out. 2019.

SÁ, C. A tumba das chimeras. **A Cigarra**. São Paulo, ano 23, n. 50, p. 96-99/148-153, mai. 1938. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pesq=>. Acesso em 10 set. 2019.

SALLES, R. A maternidade envelhece a mulher? **Vida Domestica**. Rio de Janeiro, ano 17, n. 233, p. 165-166, ago. 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830305&pesq=>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SAMERKSI, S. Pregnancy, Personhood, and the Making of the Fetus. *In*: DISCH, L. HAWKESWORTH, M. (Eds.). **The Oxford Handbook of Feminist Theory**, cap. 34, p. 699-720, New York: Oxford University Press, 2016.

SCAVONE, L. Políticas feministas do aborto. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 675-680, ago. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200023&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03 jun. 2020.

SCHWENGBER, M. S. V. **Donas de Si?** A educação de corpos grávidos no contexto da Pais & Filhos. 2006. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SERRA, Y. Mãe cria loja de roupas sem gênero para bebês e o motivo faz todo o sentido. **Pais & filhos**. Editora Manchete, São Paulo, 08 mar. /2019. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/bebe/mae-cria-loja-de-roupas-sem-genero-para-bebes-e-o-motivo-faz-todo-o-sentido/>. Acesso em: 30 set 2019.

SOARES, M. A. Pela infância. **Revista Feminina**. São Paulo, ano 04, n. 36, p. 37, mai. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pesq=>. Acesso em 08 ago. 2019.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUTELLO, M. O seu bebê também merece um chá de panela. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 08, n. 05, p. 32-35, jan. 1976.

SPITZCOVSKY, J.; SINGER, S. Feministas aprovam em Pequim agenda para a próxima década. **Folha de São Paulo**, 16 set. 1995a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/16/mundo/10.html>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SPITZCOVSKY, J.; SINGER, S. Documento final marca avanço feminista. **Folha de São Paulo**, 16 set. 1995b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/16/mundo/13.html>. Acesso em: 23 mar. 2018.

STOLLER, R. **Sex and gender: the development of masculinity and femininity**. London: Karnac Books, 1984.

STOMER, N. Looking in Wonder: Prenatal Sublimity and the Commonplace “Life”. **Signs**, v. 33, n. 03, p. 647-673, Spring 2008. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/10.1086/523816?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 15 dez. 2018.

TAYLOR, S. J. **The public life of the fetal sonogram: technology, consumption, and the politics of reproduction.** Londres: Rutgers University Press, 2008.

TEÓFILO, A. P. C. **Com que linhas se cose o gênero: a importância do vestuário infantil na construção do gênero.** 90f. Dissertação (Mestrado em Estudos sobre as Mulheres) - Faculdade de Ciências Sociais e humanas. Universidade Nova de Lisboa. 2010.

TERESA, A. Gravidez. **Pais & Filhos.** Rio de Janeiro, ed. especial, n. 04, p. 3, dez. 1978. Editorial.

THE HUMAN embryo. **Life Magazine.** 79-81. v. 29, n. 01, 03 jul. 1950. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=u0oEAAAAMBAJ&pg=PA79&dq=embryo&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwigsvjx84_kAhU3I7kGHb25Bu0Q6AEIKTAA#v=onepage&q=embryo&f=false. Acesso em: 18 ago. 2019.

TIP TOP. [Propaganda] O enxoval do bebê dos pés a cabeça. **Pais & Filhos.** Rio de Janeiro, ano 09, n. 12, p. 66-67, ago. 1977.

TSEËLON, E. From Fashion to Masquerade: Towards an Ungendered Paradigm. In: ENTWISTLE, J. e WILSON, E. (Orgs.). **Body Dressing**, p. 103-117. Oxford: Berg, 2001.

UNITED NATIONS. **Trade and development report 2017: beyond austerity towards a global new deal.** 2017. United Nations: New York e Geneva, 2017. Disponível em: https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/tdr2017_en.pdf. Acesso em: 28 jan. 2020.

VERÃO: uma festa colorida. **Pais & Filhos.** Rio de Janeiro, ano 19, n. 03, p. 116-118, nov. 1986.

VERDÉLIO, A. Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. **Agência Brasil**, 24 set. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursana-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 13 out. 2019.

VIEIRA, H. L.. Movimentos pró-vida brasileiros. 1998. **Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família.** Disponível em: <https://providafamilia.org.br/movimentos.htm>. Acesso em: 03 jun. 2020.

VIOTTI, M. L. R. Apresentação: declaração e plataforma de ação da IV conferência mundial sobre a mulher – Pequim 1995, **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**, Brasil, p.148-153. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/instrumentos-internacionais-de-direitos-das-mulheres/view>. Acesso em: 10 out. 2019.

VOCÊ daria um nome sem gênero para seu filho? **Pais & Filhos.** São Paulo, 2 set. 2017. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/bebe/voce-daria-um-nome-sem-genero-para-seu-filho/>. Acesso em: 30 set 2019.

VOCÊ sabia que dá para descobrir o sexo do seu bebê no início da gestação? **Pais & Filhos.** São Paulo, 09 jun. 2016. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/gravidez/voce-sabia-que-da-para-descobrir-o-sexo-do-seu-bebe-no-inicio-da-gestacao/>. Acesso em: 30 set 2019.

XUXU FRALDAS. [Propaganda]. O magazine da garotada. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 19, n. 05, p. 65, jan. 1987.

WANDERLEY, I. Malha e brim: uma solução. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 08, n. 07, p. 62-63, mar. 1976.

WELLNER, K. Carnegie Institution of Washington Department of Embryology. **Embryo Project Encyclopedia**. Arizona State University: Arizona, 2010. Disponível em: <https://embryo.asu.edu/pages/carnegie-institution-washington-department-embryology>. Acesso em: 18 ago. 2019.

WERNECK, C. Uma janela para o feto. **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro, ano 21, n. 03, p. 124-128, nov. 1988.

WILLIAMS, A.; MURPHY, K. A boy or girl? Cut the cake. **The New York Times**, 07 abr. 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/04/08/fashion/at-parties-revealing-a-babys-gender.html>. Acesso em: 09 jul. 2018.

WOO, J. **Obstetric Ultrasound** [Website] A short history of the developments of ultrasound in obstetrics and gynecology. 1999. Disponível em: <http://www.ob-ultrasound.net/hydrophone.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ZACHARIAS, I. Nomes sem gênero: 12 opções para você fugir do óbvio. **Pais & Filhos**. São Paulo, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/familia/nomes-sem-genero-12-opcoes-para-voce-fugir-do-obvio/>. Acesso em: 30 set. 2019.

ZHANG, M. A Child Is Born (1965), by Lennart Nilsson. **The Embryo Project Encyclopedia**. 17 Sep. 2013. Disponível em: <https://embryo.asu.edu/pages/child-born-1965-lennart-nilsson>. Acesso em: 22 set. 2018.